



**2º BALANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DO
PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA
2018-2030**

**ANO 2020
RELATÓRIO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE SÃO PAULO**





**CIDADE DE
SÃO PAULO**

Prefeito Ricardo Nunes

COMITÊ GESTOR INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

Secretário de Governo Municipal Rubens Rizek
Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social Berenice Maria Giannella
Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania Claudia Carletto
Secretário Municipal de Educação Fernando Padula
Secretário Municipal de Inovação e Tecnologia Juan Quirós
Secretário Municipal de Saúde Edson Aparecido dos Santos

COMISSÃO TÉCNICA DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Secretaria de Governo Municipal
Karina Tollara d'Alkimin
Raissa Fontelas Rosado Gambi
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
Sylmara Andreoni Vettorello Ramires
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
Isabela Grilo Pessoni
Cristiane Pereira
Secretaria Municipal de Educação
Fatima Bonifacio
Marcia Andrea Bonifacio da Costa Oliveira
Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia
Rafael Marins Fialho
Clara Etienne e Silva Arreguy
Secretaria Municipal de Saúde
Athenê Maria de Marco França Mauro
Juliana André Nunes

OUTRAS SECRETARIAS ENVOLVIDAS

Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência Silvia Grecco
Secretaria Municipal de Cultura Alexandre Youssef
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho Aline Cardoso
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer Thiago Martins Milhim
Secretaria Municipal de Habitação Orlando Faria
Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes Levi dos Santos Oliveira
Secretaria Municipal de Subprefeituras Alexandre Modonezi de Andrade
Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente Eduardo de Castro

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

Alexis Galias de Souza Vargas

NÚCLEO DA POLÍTICA MUNICIPAL INTEGRADA PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

Karina Tollara d'Alkimin
Eduardo dos Anjos Barboza
Judith Zuquim
Raissa Fontelas Rosado Gambi

CRIAÇÃO PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Assessora Especial Secretaria de Governo Municipal
Carolina Cretella Vaz Conn Muniz

AGRADECIMENTOS

Em tempos de isolamento social, de tantas restrições e luto, os nossos mais sinceros agradecimentos a todos os/as profissionais da prefeitura de São Paulo, sobretudo os/as que estiveram na linha de frente do combate à pandemia, protegendo e garantindo os direitos das crianças na primeira infância e de suas famílias.

Lista de Siglas

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	OCA - Orçamento da Criança e do Adolescente
ACS - Agente Comunitária de Saúde	ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
AEE - Atendimento Educacional Especializado	OMS - Organização Mundial da Saúde
AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Acquired Immunodeficiency Syndrome)	ONG - Organização Não Governamental
ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância	OPI - Orçamento Primeira Infância
ART - Tratamento Restaurador Atraumático (Atraumatic Restorative Treatment)	OSC - Organização da Sociedade Civil
BI - Business Intelligence	PAEF - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
CAPS - Centro de Atendimento Psicossocial	PAP-CIL - Postos de Atendimento Presencial da Central de Intermediação em Libras
CAPS IJ - Centro de Atendimento Psicossocial Infantojuvenil	PMPI - Plano Municipal pela Primeira Infância
CEFAI - Centros de Apoio e Acompanhamento à Inclusão	PMSP - Prefeitura Municipal de São Paulo
CEI - Centro de Educação Infantil	PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
CEInfo - Coordenadoria de Epidemiologia e Informação	PNAR - Pré-Natal de Alto Risco
CEJAM - Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim	RME - Rede Municipal de Ensino
CEMEI - Centro Municipal de Educação Infantil	RN - Recém-Nascido
CET - Companhia de Engenharia e Tráfego	SASF - Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Básica no Domicílio
CEU - Centro de Educação Unificado	SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	SEAS - Serviço Especializado em Abordagem Social para Pessoas em Situação de Rua
CME - Conselho Municipal de Educação	SEDS - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social
CMESCA - Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	SEME - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
COVISA - Coordenadoria de Vigilância em Saúde	SGM - Secretaria de Governo Municipal
CRAI - Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante	SIGA - Sistema Integrado de Gestão de Assistência à Saúde
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social	SIPIA/CT - Sistema de Informação para Infância e Adolescência / Conselho Tutelar
CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social	SIPNI - Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunização
CREN - Centro de Recuperação e Educação Nutricional	SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
CT - Acordo de Cooperação Técnica	SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
DIU - Dispositivo Intrauterino	SMC - Secretaria Municipal de Cultura
DNV - Declaração de Nascido Vivo	SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis	SME - Secretaria Municipal de Educação
DVA - Declaração de Vacina Atualizada	SMIT - Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia
EAD - Ensino a distância	SMPED - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
EJA - Educação de Jovens e Adultos	SMS - Secretaria Municipal da Saúde
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente	SMSE-MA - Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto
EMASP - Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo	SMSU - Secretaria Municipal de Segurança Urbana
EMEB - Escola Municipal de Educação Bilíngue	SMSUB - Secretaria Municipal das Subprefeituras
EMEI - Escola Municipal de Educação Infantil	SSP - Secretaria Estadual de Segurança Pública
ESF - Estratégia de Saúde da Família	SPVV - Serviços de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência
FUMCAD - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	SUAS - Sistema Único da Assistência Social
GCM - Guarda Civil Metropolitana	SUS - Sistema Único de Saúde
GT - Grupo de Trabalho	SVMA - Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente
MPT - Ministério Público do Trabalho	UBS - Unidade Básica de Saúde
NAAPA - Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem	UMAPAZ - Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz
NPV - Núcleo de Prevenção de Violência	UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
	UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

Sumário

<i>Introdução</i>	05
<i>Balanço da Implementação do PMPI – 2020</i>	07
<i>EIXO ESTRATÉGICO I - Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância</i>	
<i>EIXO ESTRATÉGICO II - Garantir a todas as crianças na primeira infância o acesso à educação, cuidados e estímulos que contribuam para o seu desenvolvimento integral</i>	
<i>EIXO ESTRATÉGICO III - Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância</i>	
<i>EIXO ESTRATÉGICO IV - Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância</i>	
<i>Anexo – Principais Avanços e Desafios de 2020 Detalhados por Meta e Estratégia do PMPI</i>	20

Introdução

A percepção da importância da construção de políticas públicas que considerem as necessidades e as especificidades do desenvolvimento das crianças na primeira infância, a fim de proteger e garantir os seus direitos, tem se fortalecido nos últimos anos no Brasil. Desde outubro de 2017, o município de São Paulo conta com uma lei específica, a nº 16.710/17, que estabelece princípios e diretrizes para a elaboração e implementação das políticas públicas para a primeira infância, e determina a elaboração de um Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI). Em novembro de 2018, a prefeitura de São Paulo publicou o Decreto nº 58.514/18, que instituiu o primeiro Plano Municipal pela Primeira Infância da cidade. Construído de forma participativa, o documento sintetiza as diretrizes, metas e ações voltadas a crianças de 0 a 6 anos, especialmente as mais vulneráveis, até 2030, e está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Nos normativos do Plano, está prevista uma estratégia de aprofundamento constante da análise das estratégias e metas previstas, tendo sempre como objetivo principal o maior impacto na garantia de direitos e proteção integral das crianças em São Paulo. O Decreto nº 58.514/18 prevê a realização de ciclos anuais de avaliação do PMPI, a serem realizados na Semana Municipal da Primeira Infância, que ocorre na primeira semana do mês de agosto, conforme calendário oficial da cidade. A previsão de ciclos de avaliação do PMPI atende também à exigência prevista no inciso VI, do art. 4º, da Lei Municipal 16.710/17, de “monitoramento permanente, avaliação periódica e ampla publicidade das ações e dos resultados” das políticas públicas pela primeira infância, e é essencial para o acompanhamento e controle social da efetivação do PMPI.

Como parte do processo de monitoramento e avaliação do PMPI, este documento apresenta o 2º Balanço da implementação do Plano

Municipal pela Primeira Infância 2018 - 2030, pelo Governo Municipal, referente ao ano de 2020, com os principais avanços e desafios em um ano impactado pela pandemia de Covid-19 em todo o mundo, e de forma específica em uma cidade como São Paulo. Os impactos atingiram e ainda atingem importantes dimensões de especial atenção para a primeira infância, tais como acesso a creche, insegurança alimentar e violência doméstica; mas, fundamentalmente, impuseram formas imediatas de intervenção das políticas públicas que este Balanço busca explicitar e analisar como contribuição ao debate mais amplo sobre os impactos da pandemia na garantia dos direitos na primeira infância.

O relatório está organizado em duas partes, a primeira que apresenta informações sobre os resultados, avanços e desafios, para cada um dos quatro Eixos estratégicos previstos no PMPI e um Anexo, com o detalhamento das informações para as 31 metas e estratégias propostas. O documento foi elaborado no âmbito do Comitê Gestor Intersetorial da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância, com o apoio da Comissão Técnica da Primeira Infância, responsável pelo desenho e a operacionalização da metodologia de levantamento e consolidação de dados, que envolveu 14 Secretarias Municipais diretamente envolvidas na execução das ações previstas – Governo (SGM), Educação (SME) Saúde (SMS), Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), Inovação e Tecnologia (SMIT), Pessoa com Deficiência (SMPED), Cultura (SMC), Esportes e Lazer (SEME), Mobilidade e Transportes (SMT), Habitação (SEHAB), Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDDET), Verde e Meio Ambiente (SVMA) e Subprefeituras (SMSUB).

Importante destacar que em 2020, mesmo com todos os desafios e o foco no enfrentamento da pandemia, foi publicado e apresentado o

Introdução

relatório da Prefeitura de São Paulo sobre o 1º Balanço do PMPI, relativo ao ano de 2019, na III Semana Municipal da Primeira Infância, no dia 07 de agosto de 2020. Na ocasião, foram apresentados também outros dois relatórios produzidos pelas representações do Poder Legislativo e da sociedade civil, na Comissão de Avaliação. A realização do monitoramento e da avaliação do Plano está ancorada, portanto, na estrutura de governança da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância, que conta ainda com a Comissão de Avaliação do PMPI. Esta é formada por representantes das mesmas secretarias municipais que compõem o Comitê Gestor Intersetorial da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância e por representantes do Poder Legislativo, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos Tutelares e de organizações da sociedade civil, conforme Decreto 58.514/18. A Comissão de Avaliação do PMPI foi instituída, em julho de 2019, pela Resolução 02/CGIPMIPI/2019 e desde outubro de 2019 têm sido realizadas, trimestralmente, as reuniões ordinárias. Além do fortalecimento do papel avaliativo da Comissão, um dos desafios para os próximos anos é a participação dos 32 Comitês Gestores Regionais da Primeira Infância no monitoramento e na avaliação das ações.

Uma importante diretriz que embasa o PMPI e que deve ser considerada no Balanço diz respeito à priorização das crianças em situação de vulnerabilidade e está fixada tanto na legislação nacional (Marco Legal da Primeira Infância - Lei nº 13.257/16 – art. 14, § 2º) quanto na municipal (Lei nº 16.710/17 – art. 7º, I “a” e art. 11, IV). O primeiro desafio derivado dessa diretriz é definir como lidar com as diferenças de cada território da cidade. Os indicadores sociais disponíveis demonstram situações muito díspares no Município, que merecem intervenções específicas e diferenciadas. Questões específicas desta importante análise estão pontuadas na descrição dos avanços e desafios apresentados

por eixo neste Balanço. Planejar e implementar políticas integradas específicas para cada território pode ser uma resposta adequada a essa diretriz normativa e um caminho para priorizar as ações nos locais onde os indicadores demonstram a maior vulnerabilidade das crianças e de suas famílias.

As marcas da vulnerabilidade estão em territórios das franjas da cidade, mas também em públicos específicos, como população em situação de rua e famílias beneficiárias do Bolsa Família. Uma das estratégias para o enfrentamento das desigualdades tem sido trabalhar com distritos prioritários, considerando um conjunto de indicadores multifatoriais que consolidam um diagnóstico para identificação e compreensão dos reais desafios do Município na garantia das condições para o desenvolvimento integral das crianças. Para o biênio 2019-2020, a Prefeitura de São Paulo trabalhou com a definição de territórios vulneráveis a partir do diagnóstico consolidado em 10 indicadores: Mortalidade Infantil; Baixo Peso ao Nascer; Gravidez na Adolescência; Mortalidade Materna; Demanda por creche; Pré-Natal; Bolsa Família; Expectativa de Vida; Aglomerados Subnormais (Favela); Índice Paulista de Vulnerabilidade Social. Os dez distritos que apareceram o maior número de vezes entre os 15 piores índices foram definidos como os prioritários, sendo eles: Brasilândia, Capão Redondo, Jardim Ângela, Grajaú, Pedreira, Cidade Tiradentes, Iguatemi, Itaim Paulista, Lajeado e São Rafael.

Balanço da Implementação do PMPI – 2020

Na sequência são apresentados os principais avanços e desafios na implementação do PMPI, relativos ao ano de 2020, a partir de uma análise das metas e estratégias estabelecidas para os quatro eixos. Em uma análise global, a implementação do PMPI em 2020 apresenta avanços importantes, o que representa um processo positivo de implementação, principalmente ao se considerar os impactos da pandemia no ano de 2020. Como um Plano de longa duração e que envolve ampla articulação entre poder público e sociedade civil, permanecem desafios, que estão destacados na análise geral de cada um dos eixos. O detalhamento das informações por meta e estratégia, contido no Anexo, permite também o aprofundamento das análises. Um dos desafios para o processo de monitoramento e avaliação é avançar na definição de indicadores para as metas e as estratégias, considerando as diferenças e desigualdades entre os territórios, e aprimorar os mecanismos de comunicação e divulgação das informações, fortalecendo a transparência.

Considerando a natureza da pauta da primeira infância, e o contexto da pandemia e do pós, aponta-se, para os próximos ciclos do PMPI, desafios importantes relacionados à criação de ações e programas integrados para lidar com alguns impactos específicos deste contexto. Dentre estes, destaca-se o estabelecimento de estratégias intersetoriais para lidar com as questões relacionadas à garantia de direitos básicos, como a segurança alimentar, e o fortalecimento das redes de proteção e cuidados para gestantes e crianças na primeira infância.

EIXO I: Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância

O Eixo I apresenta um significativo avanço nas estratégias de articulação intersetorial, entre elas destaca-se o funcionamento da estrutura de governança, composta por comitês e comissões; o desenvolvimento do 2º Orçamento Criança e do Adolescente (OCA) e o lançamento do 1º Orçamento Primeira Infância (OPI), ambos relativos ao ano de 2019, a implantação do Sistema Integrado, a elaboração e publicação do Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância e a formalização de parcerias com a sociedade civil (ACTs). Houve ainda um importante investimento em formação continuada sobre Primeira Infância.

Um dos grandes avanços deste Eixo em 2020 foi a elaboração do Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, que culminou na publicação da Resolução do Comitê Gestor Intersetorial CGPMIPM nº 02/2020 e de quatro portarias conjuntas que detalham os seus instrumentos. O protocolo é constituído por 3 instrumentos de naturezas distintas, mas interdependentes: a Jornada de Ofertas Básicas, a Integração para Acesso e os Fluxos de Alertas. Com o objetivo de contribuir para a formação de redes de atenção integral, com a definição de estratégias de comunicação, alinhamento e fluxos intersetoriais de atendimento e monitoramento, que orientem o trabalho dos/as diversos profissionais envolvidos/as nos serviços prestados pela Prefeitura às gestantes e às crianças de 0 a 3 anos, o Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância constitui uma das principais ferramentas para a gestão intersetorial. Em 2021, deverá ser realizado um piloto para apoiar a sua efetiva implantação.

O desenvolvimento de ações que partem de uma visão integrada das políticas evidenciou a importância de uma atuação mais articulada com



o Sistema de Garantia de Direitos. Esta articulação passa, hoje, em larga medida, pela existência e participação conjunta em diversos espaços, como as Comissões Municipais com foco na proteção integral de crianças e adolescentes. Em 2020, a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil (CMETI), sob a coordenação da SMADS, iniciou a construção de fluxos para o atendimento às situações de trabalho infantil que envolvem notificação aos órgãos de garantia de direitos: Defensoria Pública do Estado, Ministério Público do Trabalho e Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares da Cidade de São Paulo. A Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (CMESCA), também coordenada pela SMADS, que é um órgão de caráter consultivo e propositivo, realizou atividades e campanhas e deu prosseguimento a revisão do Plano Municipal de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Como uma ferramenta importante para a gestão intersetorial, houve, ao longo de 2020, o desenvolvimento, pela empresa pública Prodam, do Sistema Integrado, cuja arquitetura foi construída utilizando-se ferramentas de Business Intelligence (BI) a partir da disponibilização de dados selecionados das bases das áreas da assistência social, educação e saúde. O Sistema permite diversos tipos de consulta e subsidia o diagnóstico, o planejamento e o monitoramento de diversas políticas públicas, numa perspectiva intersetorial. Como iniciativa inovadora, o Sistema está em processo de aprimoramento para que possa ser efetivamente utilizado e incorporado às rotinas de serviços, programas, projetos e benefícios das secretarias que atendem a gestantes e crianças na primeira infância.

A transparência à destinação de recursos para a primeira infância no orçamento deu mais um passo com a elaboração e publicação em 2020, de forma pioneira, do primeiro Orçamento Primeira Infância (OPI), bem como o 2º Orçamento Criança e Adolescente (OCA) do município de São Paulo, ambos relativos ao ano de 2019. O 2º Orçamento Criança e Adolescente (OCA), baseado no ano de 2019, e 1º Orçamento Primeira Infância (OPI), a partir da versão piloto de 2019, incorpora alguns avanços na metodologia já consolidada de elaboração desses orçamentos temáticos, aproximando-se da realidade do Município e das diretrizes do Plano Municipal pela Primeira Infância. A publicação do OCA e do OPI se dá sempre no ano subsequente ao de sua elaboração, em função do encerramento da execução orçamentária. Outro ponto importante relacionado à transparência foi a publicação, pela prefeitura, do relatório do 1º Balanço da implementação do PMPI, relativo ao ano de 2019, num esforço conjunto da Comissão de Avaliação do PMPI.

No âmbito da assistência social, foram desenvolvidas diversas ações com objetivo de integrar e qualificar os serviços de visita domiciliar para garantir maior cobertura territorial. De modo a qualificar a visita domiciliar, sobretudo com foco nas famílias com crianças na primeira infância, foram realizadas ações junto aos Serviços de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio (SASFs), incluindo ainda a capacitação permanente das equipes nas temáticas específicas da primeira infância no contexto da pandemia. Foram disponibilizados diversos conteúdos aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como os Serviços de Acolhimento, com links e cards referentes à temática da primeira infância visando a formação e educação permanente, inclusive com foco nas questões mais diretamente relacionadas à pandemia.

Quanto aos desafios, permanece a necessidade de uma atuação mais articulada com o Sistema de Garantia de Direitos e um modelo de formação baseado em redes locais intersetoriais, que vá além das

capacitações setoriais. A avaliação qualificada dos serviços públicos, bem como o estabelecimento de padrões de qualidade no atendimento integral na primeira infância, permanecem como pontos de atenção no planejamento para os próximos ciclos do Plano.

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

O Eixo II apresenta entre os principais avanços, em 2020, o atendimento da demanda por vaga em creche e o atendimento total da demanda por pré-escola, a continuidade da implementação do Currículo da Cidade, o aumento da oferta de espaços lúdicos e acessíveis em equipamentos de cultura, regulamentação da ampliação da licença paternidade para os servidores públicos e o lançamento do Curso “Paternidade Responsável”. No contexto da pandemia, foi fundamental o estabelecimento do Cartão Alimentação para os/as alunos da Rede Municipal de Ensino (RME) e a continuidade da distribuição do Programa Leve Leite, pela educação (SME), além de distribuição de cestas básicas para os beneficiários da rede socioassistencial municipal, como estratégia para fazer frente ao isolamento e contribuir para a segurança alimentar das crianças.

No atendimento da educação infantil, houve a priorização da criação de novas vagas em creches nos distritos prioritários por meio de várias frentes de atuação, como a implantação dos programas Bolsa Primeira Infância, Mais Creche e a ampliação do transporte escolar gratuito para crianças de zero a três anos (Baby-TEG). Somente em 2020, foram criadas 24.738 vagas, para o atendimento na Educação Infantil de crianças de 0 a 3 anos, totalizando 375.560 matrículas. No entanto, um dos impactos da pandemia foi a queda nos cadastros de Educação Infantil, principalmente para creche/CEI. Espera-se que haja uma demanda reprimida que deverá aparecer com o avanço na vacinação.

Uma estratégia importante, prevista no PMPI e que permanece como desafio é o estabelecimento de protocolos de busca ativa de crianças em idade pré-escolar e que estejam fora da escola, de modo a garantir a inclusão das crianças em situação de maior vulnerabilidade. Importante salientar que, entre os impactos da pandemia, é preciso considerar a



ausência ou redução do papel de proteção integral da escola/creches/centros de convivência, as dificuldades de acesso a atividades virtuais (equipamentos, conexão, habilidades dos cuidadores) e também a necessidade do estreitamento dos laços entre educadores/as e famílias. A ausência da convivência entre as próprias crianças nos ambientes escolares e espaços públicos afetou a qualidade das interações durante o período de isolamento e terá impactos duradouros mesmo após o término da pandemia.

O estabelecimento do Cartão Alimentação e a continuidade da distribuição do Programa Leve Leite, além de distribuição de cestas básicas para os beneficiários da rede socioassistencial municipal, foi uma estratégia fundamental. Face à pandemia e à suspensão das aulas presenciais, os recursos para alimentação foram repassados mensalmente para todos os alunos da rede municipal por meio do Cartão Alimentação. Os valores foram definidos por níveis de ensino. Também o Programa Leve Leite permaneceu vigente, beneficiando os alunos mais vulneráveis inscritos no CadÚnico. O Cartão Alimentação beneficiou mais de 1 milhão de alunos em 2020, com investimento de R\$ 530 milhões. Ainda pela educação, houve o envio de 445.368 mil cestas básicas aos alunos e 445.368 mil kits dos Programa Alimento Solidário e Higiene Solidária, em parceria com o Governo Estadual, destinados aos alunos da RME mais vulneráveis. Na Assistência Social, foi autorizado que os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) da rede parcerizada efetuassem a compra de cestas básicas para distribuição para os/as usuários/as dos serviços a fim de contribuir para a garantia da segurança alimentar.

Outro importante avanço no Eixo II foi a continuidade da implementação qualificada do currículo da cidade em educação infantil, com atividades formativas, visitas pedagógicas e o Programa Minha Biblioteca. O currículo da educação Infantil está assentado sobre os princípios de equidade, de uma educação integral e inclusiva e, para implementação desse currículo, a SME desenvolveu um extenso e sistemático percurso formativo organizado a partir de quatro eixos norteadores: currículo, avaliação, formação e acompanhamento. Os percursos formativos ocorrem a partir da organização de diferentes agrupamentos de educadores com pautas específicas para Supervisores Escolares, Diretores de Escola, Coordenadores Pedagógicos e ações que abrangem os/as demais educadores/as da Educação infantil. Outra estratégia adotada foi a realização de visitas pedagógicas que tiveram um caráter territorial e dialogam com as necessidades específicas de cada região.

Em relação a tornar o ambiente da cidade mais acolhedor para as crianças, houve a implantação de espaços lúdicos e acessíveis em equipamentos de cultura e o desenvolvimento de projetos para a implantação de Territórios Educadores nos distritos prioritários. Foram implantados, pela Secretaria da Cultura, em seus equipamentos, 10 espaços lúdicos e educativos que consideraram os distritos prioritários e as necessidades e especificidades das crianças na primeira infância. A partir do mapeamento das Casas de Cultura e de um processo de escuta das comunidades envolvidas, os espaços lúdicos e educativos foram instalados nas seguintes Casas de Cultura: São Rafael, Guaianases, Raul Seixas, M'Boi Mirim, Campo Limpo, Brasilândia, Butantã, Vila Guilherme, Hip Hop Sul e Hip Hop Leste. Ainda, em 2020 foi licitada a contratação de empresa para reforma de 2 salas da primeira infância na Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato, com inauguração prevista para 2021.

De modo a criar espaços lúdicos, seguros e inclusivos no ambiente urbano, que oportunizem o contato e a interação de crianças de 0 a 6 anos, promovendo a sua segurança e desenvolvimento, foi dada continuidade ao processo de implantação do projeto "Territórios Educadores". Em 2020,

foram desenvolvidos os projetos de segurança viária e das trilhas e estações educadoras para os 10 distritos mais vulneráveis para primeira infância, além da realização de obras de readequação de geometria e requalificação das calçadas nos distritos da Brasilândia e Cidade Tiradentes. As ações foram desenvolvidas com o apoio técnico da parceria realizada com o WRI Brasil e com a Fundação Bernard van Leer. Fundamental, ainda, a garantia de espaços pedagógicos adequados e acessíveis em todas as creches e escolas, principalmente voltados para o brincar. A sobrecarga de horas em telas e TV, agravada pela pandemia, e a impossibilidade de acesso presencial a espaços e experiências culturais, reduziu o contato intergeracional e com outras crianças, considerando ainda a desativação de espaços comunitários. Acrescente-se, ainda, a redução do universo experiencial com a natureza, o aumento do sedentarismo e a impossibilidade de acesso a áreas verdes gratuitas, tais como parques e praças em espaços comunitários.

Em função da pandemia, a SMC realizou programações culturais online, como forma de manter as atividades em funcionamento. O destaque foram as programações culturais transmitidas nas redes sociais como YouTube, Instagram e Facebook. Foi criado, ainda, o projeto "Bibliotecas Online", convidando artistas das mais diversas áreas a propor atividades artísticas em quatro linhas de ação: apresentações artísticas, vivências, intervenções artísticas e livro, leitura e literatura. As programações online trabalharam a difusão literária, desde a primeira infância. Foram selecionados diversos projetos de contação de histórias, misturando música, brincadeiras e literatura para compor a programação para a primeira infância das bibliotecas municipais.

Como importante inovação no setor público, foi articulada à ampliação da licença paternidade, a realização de um curso sobre paternidade responsável, na modalidade EAD, ofertado por meio da Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo (EMASP). De acordo com a Lei nº 17.200, de 14 de outubro de 2019, regulamentada pelo Decreto nº 59.279, de 12 de março de 2020, os servidores municipais de São



Paulo poderão prorrogar a licença-paternidade por 14 (quatorze) dias, além dos 6 (seis) dias estabelecidos por lei, bem como ampliar para 3 meses no caso de criança com deficiência, mediante a participação em programa ou atividade de orientação sobre parentalidade responsável, oferecido ou indicado pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas. Em dezembro de 2020, a Prefeitura de São Paulo lançou o curso “Paternidade Responsável”, ministrado em modalidade EAD – EMASP. O certificado recebido após a conclusão do curso serve como comprovante a ser utilizado pelo futuro pai para que tenha sua licença-paternidade estendida de acordo com a legislação vigente. O curso foi elaborado no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Prefeitura e a Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI, com o apoio da Fundação Bernard van Leer e desenvolvido pela organização 4Daddy.

Para os próximos ciclos de implementação do PMPI permanecem como desafios associados a este eixo a criação ou revitalização de mais espaços públicos, que considerem as necessidades e as especificidades da primeira infância, bem como a garantia de espaços pedagógicos adequados e acessíveis em todas as creches e escolas da Educação Infantil voltados para o brincar. A ampliação da oferta de atividades físicas e culturais para gestantes e crianças na primeira infância foi bastante impactada pelas restrições da pandemia em 2020, sendo importante retomá-la nos próximos anos. Outro ponto de atenção é em relação ao estabelecimento de estratégias para restrição da exposição das crianças a mecanismos mercadológicos, objeto de ações não só do poder público, mas de toda a sociedade. Nessa parceria entre poder público e iniciativa privada, o PMPI também apresenta como estratégia a criação de um prêmio de reconhecimento das ações pela primeira infância.

EIXO III: Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

Os principais avanços no Eixo III estão relacionados a impactos importantes da pandemia, com destaque para a publicação do Fluxo Integrado de Atenção à Criança e ao Adolescente Vítima de Violência, no âmbito do Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância, assim como o aprimoramento do sistema de notificação de violências, apoiado por campanhas para alertar sobre a maior vulnerabilidade de crianças sob isolamento social. Também houve um importante avanço na garantia do direito à convivência familiar e comunitária, com a implementação do programa Família Acolhedora. Em termos de mudanças em indicadores multifatoriais, houve uma redução significativa da gravidez na adolescência.

Como estratégia de enfrentamento às situações de violências, foi elaborada metodologia e publicado o Fluxo Integrado de Atenção à Criança e ao Adolescente Vítima de Violência, que contribui para a estruturação e integração de redes de serviços e atendimento às situações de maior vulnerabilidade, identificadas a partir de diferentes portas da rede de proteção intersetorial. O aprimoramento do sistema de notificação de violências é um elemento fundamental para a implementação do Fluxo, sendo que todas as denúncias passam por análise preliminar da Ouvidoria: Municipal de Direitos Humanos e são encaminhadas para atendimento integrado.

A pandemia também provocou a necessidade de campanhas e material informativo direcionado às famílias e cuidadores, com o objetivo de sensibilizar os adultos em relação às vulnerabilidades de crianças e adolescentes que podem surgir ou se agravar na situação de confinamento. O primeiro semestre de 2020 exigiu ações imediatas para o enfrentamento do impacto da emergência sanitária nas situações de violência contra crianças e adolescentes, em especial nos ambientes domésticos, ainda



mais pelo fato das escolas, que são um importante espaço de proteção social, terem passado a atuar de forma remota. Como estratégia de proteção, foi traduzida e adaptada, no âmbito da Comissão Técnica da Parceria Global para o Fim da Violência contra Criança e Adolescente uma campanha internacional direcionada às famílias e cuidadores, veiculada em diversas mídias sociais dos serviços públicos e também distribuída conjuntamente com cestas básicas para famílias mais vulneráveis participantes de programas sociais.

Paralelamente à veiculação da campanha, em maio de 2020, foi criado um canal exclusivo para denúncias de violência contra crianças e adolescentes, por meio do SP156, articulado à Ouvidoria Municipal de Direitos Humanos. A ligação é anônima e a denúncia é analisada e encaminhada para órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, que solicitam os atendimentos e ações cabíveis conforme cada caso. O canal também está capacitado para receber denúncias feitas pelas próprias crianças e adolescentes. A Ouvidoria Municipal de Direitos Humanos também é uma estratégia importante no Fluxo de Atendimento Integral a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, parte integrante do Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância.

Durante a pandemia, as diversas políticas foram mobilizadas em ações direcionadas a situações de maior vulnerabilidade. O Serviço de Assistência Social e Proteção Básica no Domicílio (SASF) realizou o atendimento a gestantes e crianças de 0 a 6 anos, assim como o Serviço Especializado em Abordagem Social para Pessoas em Situação de Rua

(SEAS) realizou a identificação de gestantes e crianças de 0 a 6 anos em situação de rua para providências imediatas na inclusão na rede socioassistencial e Sistema de Garantia de Direitos. Destaca-se a rede de serviços socioassistenciais para atendimento às mulheres e seus filhos, tais como Centro de Acolhida Especial para Mulheres; Centro de Acolhida Especial para Mulheres Gestantes, mães e bebês e o Centro de Acolhida Especial para Mulher em Situação de Violência. Importante ressaltar o serviço do Centro de Defesa e Convivência da Mulher que oferece proteção e apoio a mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Em junho de 2020, a SME publicou a Instrução Normativa nº 20, com texto retificado pela IN nº 21 de julho do mesmo ano, que busca orientar a todos os servidores da RME sobre os procedimentos a serem adotados nos casos de suspeita ou confirmação de casos de violências praticadas contra bebês e crianças matriculadas na RME. Outra importante estratégia no enfrentamento à violência se desenvolveu a partir de um site coordenado pelo NAAPA (Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem) que interagiu com estudantes durante a pandemia e recebeu cerca de 80 mil acessos, o que permitiu um importante diálogo com a rede no período de fechamento das unidades educacionais.

Dentre as ações consideradas prioritárias no momento da pandemia da Covid-19 pela SMS está o funcionamento permanente dos Núcleos de Prevenção à Violência (NPV), que continuaram com as atividades relacionadas ao atendimento de casos de suspeita ou confirmação de vítimas de violência. Instituiu-se o monitoramento de todos os casos que já estavam em acompanhamento através de contato telefônico e/ou de visita domiciliar. Para os casos novos, os NPVs seguiram o fluxo de atendimento e cuidado em rede: acolhendo, orientando e encaminhando para a rede de cuidados. No ano de 2020, as equipes realizaram 780 encontros envolvendo a Rede de Proteção, de modo que as situações de alta complexidade pudessem ser compartilhadas entre os diferentes agentes.

Uma mudança de paradigma na proteção integral de crianças institucionalizadas foi a implantação, em 2019, do Serviço de Acolhimento Familiar – Modalidade Família Acolhedora, no município de São Paulo. Em 2020, estiveram em funcionamento três serviços de acolhimento familiar, com capacidade de 90 vagas, e atendimento prioritário para crianças de 0 a 6 anos. No final do ano, havia 47 famílias habilitadas para o acolhimento de crianças. A Família Acolhedora é uma modalidade de acolhimento provisório, prevista no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e definida como prioritária ao acolhimento institucional. Acontece em residências de famílias cadastradas, selecionadas e formadas por profissionais da área da Infância e Juventude. O acolhimento acontece em ambiente familiar, garantindo a construção de vínculos individualizados e convivência comunitária para crianças ou adolescentes afastados da família biológica por determinação judicial, como medida de proteção excepcional e provisória. Durante o período de afastamento, todos os esforços são empreendidos para que os vínculos com a família biológica sejam mantidos. Quando, mesmo após esses esforços, o retorno à família biológica não se mostra possível, a criança é encaminhada para adoção por uma família que esteja devidamente habilitada e inscrita no Cadastro Nacional de Adoção. O acolhimento é temporário, feito por meio de um termo de guarda provisória. A adoção é permanente e não é abordada pelo Programa Família Acolhedora.

Também em 2020 a gravidez na adolescência foi abordada por meio de diferentes estratégias. A construção do Fluxo Integrado de Atenção à gravidez na adolescência no âmbito do Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância, foi balizada pela publicação do documento “Diretrizes Intersetoriais para Garantia de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, Prevenção e Atenção Integral à Gravidez de Adolescentes no Município de São Paulo”. As Diretrizes Intersetoriais foram construídas no âmbito da Plataforma dos Centros Urbanos (2017-2020), iniciativa do Unicef pela redução das desigualdades e garantia dos direitos de meninas e meninos que vivem na cidade. Tratar a gravidez na adolescência numa perspectiva preventiva e de atenção integral à menina

e ao menino adolescente proporciona a estes sujeitos o exercício da vida sexual e reprodutiva baseado em valores e comportamentos mais autônomos, bem como em tomadas de decisão responsáveis, além da construção de projetos de vida a longo prazo. Também favorece que a gestante adolescente tenha uma gravidez saudável e uma rede de cuidado e proteção para ela e o bebê, garantindo apoio a suas necessidades psicossociais, como a permanência na escola, o apoio da comunidade, da família e do adolescente pai.

Conforme análise da Plataforma dos Centros Urbanos – Unicef; nos últimos 4 anos a proporção de bebês nascidos de mães adolescentes caiu na cidade como um todo e também nos distritos nos quais essa incidência era mais elevada. Os indicadores melhoraram em quase todos os distritos da capital paulista, com destaque para os 48 distritos cujas taxas estavam mais altas na cidade em 2016. Embora a gravidez na adolescência no município de São Paulo apresente índices inferiores aos nacionais, os dados apresentam desigualdades territoriais acentuadas, com maior incidência nas regiões mais vulneráveis. Além disso, o número de mães adolescentes negras é significativamente mais alto. Em números totais, houve uma importante redução entre 2017 e 2020, passando de 19.244 para 13.518. Entretanto, essa redução foi mais acentuada em territórios centrais da cidade. Ressalte-se, ainda, o alerta de violência para os 400 casos de gravidez entre 10 e 14 anos, definido juridicamente como estupro de vulnerável.

Outra frente de atenção na gravidez na adolescência foi o atendimento e acompanhamento às gestantes e mães que cumprem medidas socioeducativas de liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade realizada pelo Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (SMSE-MA). As adolescentes são acompanhadas pelo serviço e orientadas sobre a importância do acompanhamento pré-natal, orientações para a construção/reformulação do projeto de vida, verificação do atendimento mensal pela Saúde, realização de encaminhamento às unidades de saúde, discussão de caso com os profissionais envolvidos.

De acordo com as condições de saúde da adolescente, o técnico, mediante relatório médico, pode solicitar a suspensão do cumprimento da prestação de serviços à comunidade em razão dos riscos. Para além das orientações e sensibilização em relação ao acompanhamento pré-natal de forma referenciada na rede de saúde, foram definidas ações de contingência e proteção para o cumprimento de medida socioeducativa (Portaria 33/SMADS/2020).

Entre os desafios para o Eixo III, está a capacitação de equipes para o atendimento integrado de situações de vulnerabilidade extrema, como mães e gestantes em situação de rua, dependentes químicas ou respondendo processo criminal. A prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Saúde, atende as necessidades de saúde da população em situação de rua nas 468 Unidades Básicas de Saúde e principalmente por meio de suas 26 equipes de Consultório na Rua e 8 equipes do Redenção na Rua. As equipes seguem os Protocolos e Diretrizes da SMS para o acompanhamento das gestantes no pré-natal, com orientações quanto a importância de continuarem esse processo de avaliação após o nascimento do bebê, assim como para fazerem a marcação de consultas nas UBS de referência. Para o enfrentamento da Covid-19, durante o período da pandemia, as equipes do Consultório na Rua e Redenção na Rua têm realizado ações de prevenção e acompanhamento dos casos pós Covid-19.

Um importante elo no atendimento a situações de vulnerabilidade de crianças e famílias é a qualificação das ações dos conselhos tutelares, prevista na Meta 7, relativa ao aprimoramento do Sistema de Garantia de Direitos. A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) desenvolveu, ao longo de 2020, diversas atividades formativas para os/as conselheiros/as, além de promover melhorias nas estruturas físicas dos conselhos e adquirir material lúdico para os 52 Conselhos Tutelares, tendo em vista o contexto de atendimentos realizados no órgão, de modo a contribuir para a construção de um espaço acolhedor. Permanece ainda como desafio a implementação do Sistema de



Informação para Criança e Adolescência (SIPIA), uma ferramenta unificada de registro de atendimento, e a formação necessária para garantir a sua implantação na cidade. Outro importante desafio é a integração efetiva dos conselhos tutelares aos serviços e fluxos específicos de atenção integral.

Entre os desafios para o Eixo 3 está, também, a garantia do acesso às políticas das famílias de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, dimensões da vulnerabilidade que exigem estratégias específicas de políticas integradas. Muitas ações nessa dimensão também exigirão, para os próximos ciclos, iniciativas de pesquisas, censos e mapeamentos temáticos que contribuam para a detecção precoce de situações que requerem atenção especializada.

EIXO IV: Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

Apesar da sobrecarga imensa na rede de atendimento de saúde durante a pandemia, houve muitos avanços na implementação de estratégias específicas do PMPI em 2020. Entre os principais, destaca a cobertura vacinal, a redução da mortalidade infantil, a redução do percentual de adolescentes grávidas, mencionada no eixo anterior, e o aumento do percentual de grávidas com 7 ou mais consultas de pré-natal, mesmo com todos os desafios da pandemia.

Importante ressaltar que foram garantidas a assistência ao planejamento reprodutivo individual, pré-natal, parto, recém-nascido, puérperas e puericultura. Nesse contexto, foram elaboradas três Notas Técnicas para adequação de espaço físico e manutenção da prioridade ao atendimento de puérperas, recém-nascidos e crianças, seja com consultas nas unidades e/ou em domicílio, reforçando a importância do aleitamento materno, da imunização e do atendimento aos casos suspeitos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG).

A redução no coeficiente de mortalidade infantil de 11,2, em 2019, para 10,1, em 2020, representa o resultado de ações coordenadas e um avanço em indicadores globais alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) refletidos no PMPI. Dos 10 territórios vulneráveis prioritários no Plano, o coeficiente caiu em 7 destes, sendo que em Brasilândia houve uma queda de 8,68 pontos, evidenciando o impacto das estratégias. A taxa de mortalidade infantil expressa o número de crianças de um determinado local que morre antes de completar um ano de vida a cada mil nascidas vivas. O resultado é impactado por múltiplos fatores e reflete a qualidade de vida da população e das ações das políticas públicas, sendo um indicador de contexto.



A cultura do parto humanizado também avançou, apesar do impacto da pandemia sobre as ações coletivas e capacitações; importantes ações foram realizadas nas Casa de Parto de Sapopemba e na Casa Ângela. Em Sapopemba houve encontros de acolhimento com gestantes, reuniões técnicas para discussão de casos, foi aprimorado o fluxo da Coleta Streptococcus e organizada a Agenda Ultrassom Obstétrico com vagas exclusivas para gestantes em acompanhamento na casa. Na Casa Ângela, também foram realizadas importantes ações, como monitoramento das mulheres que aderiram ao programa de pré-natal oriundas das UBS de referência; viabilização do espaço físico para capacitação prática de inserção do Dispositivo Intrauterino (DIU) de médicos oriundos das 12 UBS da Monte Azul, oferta de 90 bolsas para profissionais da ESF Monte Azul para o curso online sobre “Atualização em Covid-19 para profissionais que atendem gestantes, parturientes e puérperas” desenvolvido pelo Núcleo de Ensino do NUPEC – Casa Ângela, grupo de acolhimento online como forma das gestantes conhecerem a Casa Ângela virtualmente; permanência da enfermeira obstetra/obstetiz da Casa Ângela no Hospital Municipal do Campo Limpo (HMCL) após a transferência, sempre que possível, de acordo com a demanda da mulher e necessidade/possibilidade do serviço.

A realização de consultas de pré-natal é influenciada por múltiplos fatores socioeconômicos, pela estrutura de prestação de serviços e pela extensão das políticas públicas. Em 2020, o percentual de nascidos vivos cujas mães realizaram sete ou mais consultas de pré-natal foi de 82,4% para o município, o que representa um índice superior ao verificado em

2019, que foi de 80,5%. Embora haja diferenças importantes entre os distritos, a distribuição padrão entre centro e periferia não se verifica para este indicador, sendo os piores índices verificados em distritos limítrofes da zona norte e em alguns distritos mais centrais. O menor percentual de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal foi verificado no distrito do Brás, com 72,07%.

A vacinação é a forma mais eficaz de se proteger contra diversas doenças e de diminuir a intensidade dos sintomas e, portanto, reduz a morbimortalidade infantil. É muito importante manter a vacinação atualizada, pois a imunização em massa protege todas as pessoas da comunidade e diminui o risco de contágio. Os resultados do SISPACTO para a cobertura vacinal em 2020 foram: poliomielite 82,0%; pentavalente 92,8%; pneumo 10 valente 82,9%; SCR D1 85,4%. Em 2020, foi publicada Portaria SMS (434/2020) que institui, no município de São Paulo, a vacinação para BCG de todos os nascidos vivos com peso a partir de 2.000g, antes da alta hospitalar.

A despeito das restrições da pandemia, foi dada continuidade do monitoramento da situação vacinal das crianças até 5 anos de idade, e realizada busca ativa de faltosos, em todas as regiões da cidade por meio de teleatendimento, visitas domiciliares e monitoramento pelas equipes do Consultório na Rua. Em parceria com a Secretaria Municipal da Educação, foi estabelecido que por ocasião da matrícula, a família deve disponibilizar a Declaração de Vacinação Atualizada (DVA). A realização da verificação da situação vacinal das crianças e dos adolescentes em unidades educacionais em 2020 teve que ser readequada em função do fechamento das escolas em virtude da pandemia.

As ações de enfrentamento e prevenção à sífilis congênita envolveram a realização de capacitações e ampliação do monitoramento por meio da ferramenta online – Monitora TV, que atingiu 100% das gestantes. Também foi realizada capacitação virtual para médicos e enfermeiras através da plataforma virtual ECHO, para um total de 5.495 profissionais,

discutindo o protocolo de sífilis e casos clínicos. Foi também garantido o teste rápido para sífilis em todas as UBSs, sendo realizados 134.639 testes rápidos em 2020.

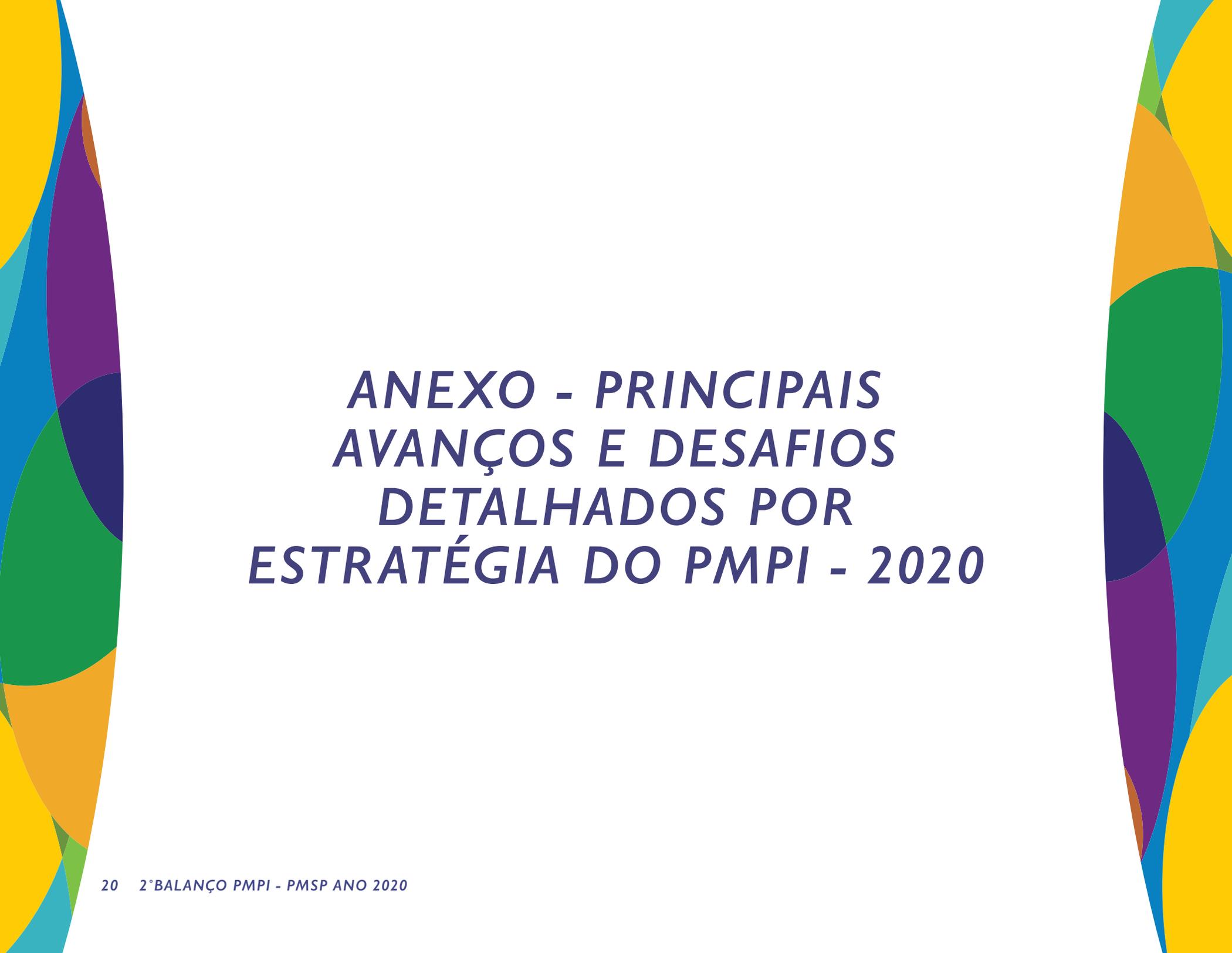
Foram também implementadas estratégias para a saúde bucal na primeira infância, com cerca de 500 triagens de risco na faixa etária de 0 a 9 anos, antes da suspensão das aulas presenciais, que sofreram descontinuidade em função da pandemia. O acompanhamento de concentração de flúor no abastecimento público tem sido realizado através de informações fornecidas pela Vigilância em Saúde Ambiental da Coordenadoria de Vigilância em Saúde (COVISA). A necessária realização de um levantamento epidemiológico sobre a saúde bucal na primeira infância demanda um grupo de profissionais cirurgiões dentistas que estejam capacitados e calibrados para a realização de uma ação dessa natureza, fato que ainda permanece um desafio para os próximos ciclos do Plano.

Considerando as diversas metas e estratégias do Eixo IV, há ainda uma dimensão cultural que necessita mobilização e engajamento de todos os setores da sociedade: a disseminação da cultura do aleitamento. Para tal, o PMPI deverá criar estratégias de envolvimento dos setores privados e público, criando espaços de apoio à amamentação nos diversos territórios da cidade e, principalmente, reconhecendo a liberdade de aleitamento como um direito da mãe e do bebê. Como pontos de atenção, destaca-se a importância da redução da desnutrição de gestantes e crianças e da obesidade em crianças na primeira infância, que foram agravados pela pandemia, e a redução do coeficiente de mortalidade por acidentes até 5 anos, com a oferta de formação em prevenção de acidentes para as mães durante a gestação e profissionais que atendem às crianças.

O cenário da pandemia e do pós aponta desafios importantes para metas e estratégias contidas neste eixo e que são fortemente impactadas por múltiplos fatores, como a mortalidade infantil e materna. Para os próximos ciclos do PMPI nesse Eixo também será fundamental o desenvolvimento de ações integradas para lidar com alguns impactos



específicos da pandemia e pós-pandemia, tais como o estabelecimento de estratégias intersetoriais para detectar precocemente questões de saúde mental em gestantes e mães e, ainda, o maior risco de estresse tóxico para crianças em isolamento – considerando-se as desigualdades territoriais de atendimento agravadas e a disponibilidade na rede de atenção básica sobrecarregada.



**ANEXO - PRINCIPAIS
AVANÇOS E DESAFIOS
DETALHADOS POR
ESTRATÉGIA DO PMPI - 2020**

EIXO ESTRATÉGICO I: Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p data-bbox="241 462 325 592">I.</p> <p data-bbox="157 690 430 868">Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância.</p>	<p data-bbox="535 397 619 479">I.I</p> <p data-bbox="525 495 892 641">Desenvolver uma estrutura de governança intersetorial que reja as políticas públicas para a primeira infância.</p>	<p data-bbox="1060 397 1942 982">Estrutura de governança intersetorial em funcionamento ao longo de 2020. Durante todo o ano, mesmo com a emergência sanitária, a Comissão Técnica da Primeira Infância manteve a realização quinzenal das reuniões ordinárias, sendo frequentes reuniões extraordinárias semanais, de modo a avançar nas ações e projetos definidos no PMPI, conforme as diretrizes do Comitê Gestor Intersetorial. Houve, ainda, a realização de 4 reuniões ordinárias da Comissão de Avaliação, conforme periodicidade trimestral, além de uma reunião extraordinária. A Comissão de Avaliação cumpriu um importante papel na elaboração do 1º Balanço da Implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância, publicado em 07 de agosto de 2020, apresentado em evento virtual, como parte da programação da III Semana Municipal pela Primeira Infância. Os encontros semestrais previstos para os Comitês Gestores Regionais não puderam ser realizados em função do direcionamento das ações para o combate à pandemia. Ainda, assim, houve a realização de reuniões com os/as representantes dos Comitês no âmbito da elaboração do Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância.</p>

EIXO ESTRATÉGICO I: Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p data-bbox="247 456 331 586">I.</p> <p data-bbox="163 683 432 862">Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância.</p>	<p data-bbox="533 391 642 472">1.2</p> <p data-bbox="527 493 1003 634">Criar mecanismos que promovam a atuação articulada do executivo com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.</p>	<p data-bbox="1062 391 1944 1390">A atuação articulada do Executivo com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente passa pelas representações em algumas Comissões Municipais e pela realização de atividades conjuntas. Em 2020, a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil (CMETI) sob a coordenação da SMADS, iniciou a construção de fluxos para o atendimento as situações de trabalho infantil que envolvem notificação aos órgãos de garantia de direitos: Defensoria Pública do Estado, Ministério Público do Trabalho, Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares da Cidade de São Paulo. A Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (CMESCA), também coordenada pela SMADS, órgão de caráter consultivo e propositivo tem como uma de suas atribuições participar de mobilizações e articulações junto aos setores do governo e da sociedade acerca da problemática da violência sexual de crianças e adolescentes, bem como interagir com os diversos programas setoriais de órgãos ou entidades executoras de políticas públicas que tratem das questões das crianças, dos adolescentes e de suas famílias. Em 2020, a comissão apoiou a realização do 15º Grito de Carnaval, que reuniu mais de 1,5 mil pessoas no centro da capital, e das ações do 18 de maio, Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. No período de 18 a 29 de maio, foram divulgados seminários, palestras e simpósios com a participação de membros dos órgãos do sistema de garantia de direitos, universidades e trabalhadores dos serviços das diversas políticas públicas sociais, além da divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelos Serviços de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência (SPVV). Foi dado, ainda, prosseguimento à revisão do Plano Municipal de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.</p>

EIXO ESTRATÉGICO I: Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p data-bbox="247 431 331 561">I.</p> <p data-bbox="159 659 432 837">Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância.</p>	<p data-bbox="533 393 646 474">1.3</p> <p data-bbox="533 493 995 597">Dar transparência à destinação de recursos para a primeira infância no orçamento.</p>	<p data-bbox="1066 393 1944 1019"><i>Elaborado e publicado, em 2020, de forma pioneira, o primeiro Orçamento Primeira Infância (OPI), bem como o 2º Orçamento Criança e Criança e Adolescente (OCA) do município de São Paulo, ambos relativos ao ano de 2019. O 2º Orçamento Criança e Adolescente (OCA), baseado no ano de 2019, e 1º Orçamento Primeira Infância (OPI), a partir da versão piloto, incorpora alguns avanços na metodologia já consolidada de elaboração desses orçamentos temáticos, aproximando-se mais da realidade do Município e das diretrizes do Plano Municipal pela Primeira Infância. Tanto o OCA quanto o OPI foram elaborados no primeiro semestre de 2020, coincidindo com o período de enfrentamento à pandemia da Covid-19, conjuntura que impediu avanços metodológicos mais significativos, bem como uma melhor interlocução com as Secretarias gestoras das ações que compõem os orçamentos. Apesar disso, foi priorizada a continuidade da iniciativa e ajustados os procedimentos para a conclusão do trabalho, dentro das possibilidades dos envolvidos no momento da elaboração. A publicação do OCA e do OPI se dá sempre no ano subsequente ao de sua elaboração, em função do encerramento da execução orçamentária.</i></p>

EIXO ESTRATÉGICO I: Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p data-bbox="247 435 331 565">I.</p> <p data-bbox="159 662 432 841">Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância.</p>	<p data-bbox="533 396 642 474">1.4</p> <p data-bbox="527 493 1026 597">Ofertar serviços integrados, adequados às idades, situações e condições das famílias.</p>	<p data-bbox="1064 391 1944 1243">Elaboração e publicação do Protocolo Integrado de Atenção à Primeira Infância, que é um dos caminhos para a efetivação da integração entre os serviços. O Protocolo é composto por três instrumentos interdependentes e inter-relacionados, que são: a Jornada de Ofertas Básicas, a Integração para Acesso e os Fluxos de Alertas. O Protocolo foi instituído por meio da Resolução do Comitê Gestor Intersetorial CGPMI-PM nº 02/2020 e os seus instrumentos detalhados em portarias conjuntas. Como objetivos do Protocolo relacionados à integração dos serviços, destacam-se a criação e o fortalecimento de uma rede integrada de proteção às gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias; a orientação aos agentes públicos dos serviços das áreas da Saúde, Educação e Assistência Social, para uma atuação articulada, focada na proteção da criança e da gestante e na promoção do desenvolvimento integral da primeira infância; bem como a informação aos/às cidadãos/ãs sobre a oferta e direito do acesso aos serviços, programas e benefícios voltados a gestantes e crianças na primeira infância, no Município. Um ponto fundamental do Protocolo é garantir, independentemente da porta de entrada, o acesso das gestantes e crianças na primeira infância a todos os serviços/programas/benefícios existentes e aplicáveis, reforçando a perspectiva dos direitos, além de auxiliar na identificação, encaminhamento e atendimento das situações que configuram alertas, entendidas como agravos vivenciados por gestantes ou crianças na primeira infância, que exigem atenção específica, olhar integral e ação integrada no seu cuidado.</p>

EIXO ESTRATÉGICO I: Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p>1.</p>	<p>1.5 <i>Compatibilizar as divisões administrativas das secretarias municipais.</i></p>	<p><i>A compatibilização das diferentes divisões administrativas das secretarias permanece como um desafio. No âmbito da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância, tem-se trabalhado, sempre que possível, com os distritos e subprefeituras.</i></p>
<p><i>Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância.</i></p>	<p>1.6 <i>Criar uma identificação cadastral unívoca para todas as gestantes e crianças de até 72 meses e suas famílias, a ser adotada nos sistemas de informação de todas as secretarias municipais.</i></p>	<p><i>A identificação cadastral unívoca permanece como um desafio, requerendo a realização de estudos sobre a viabilidade e também definições sobre qual seria o tipo de cadastro mais adequado e factível. No entanto, a Prefeitura de São Paulo avançou, ao longo de 2020, na integração de dados das áreas da Educação, Assistência e Saúde por meio do desenvolvimento de um Sistema.</i></p>
	<p>1.7 <i>Integrar os prontuários de dados de todas as secretarias municipais que atendem na primeira infância.</i></p>	
	<p>1.8 <i>Consolidar uma estrutura de gestão e governança local baseada na criação de comitês gestores regionais nos territórios.</i></p>	<p><i>32 Comitês Gestores Regionais da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância em funcionamento. Embora a emergência sanitária tenha prejudicado a realização de encontros periódicos com os/as representantes dos Comitês, das secretarias de SMS, SME e SMADS, foi possível a realização de reuniões com as/os representantes no âmbito do processo de elaboração do Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância e de seus instrumentos.</i></p>

EIXO ESTRATÉGICO I: Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p data-bbox="247 493 331 623">I.</p> <p data-bbox="159 721 432 899">Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância.</p>	<p data-bbox="533 396 642 477">1.9</p> <p data-bbox="527 496 1031 675">Desenvolver um sistema de informação que acione os serviços públicos diante de alertas sobre riscos relacionados ao desenvolvimento infantil enfrentados pela população na primeira infância.</p>	<p data-bbox="1062 396 1944 834">Sistema Integrado da Primeira Infância desenvolvido. Ao longo de 2020, houve o desenvolvimento, pela empresa pública PRODAM, do Sistema Integrado, conforme parâmetros estabelecidos no protótipo realizado em 2019. A arquitetura do Sistema Integrado foi construída utilizando-se ferramentas de Business Intelligence (BI) e foi feita a partir da disponibilização de dados selecionados das bases das áreas da assistência social, educação e saúde. O Sistema permite vários tipos de consulta e subsidia o diagnóstico, o planejamento e o monitoramento de diversas políticas públicas, numa perspectiva, de fato, intersetorial. Como iniciativa inovadora, o Sistema está em processo de aprimoramento para que possa ser efetivamente utilizado e incorporado às rotinas de serviços, programas, projetos e benefícios das secretarias que atendem a gestantes e crianças na primeira infância.</p>

EIXO ESTRATÉGICO I: Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p>I.</p> <p>Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância.</p>	<p>1.10</p> <p>Desenvolver e implantar protocolos integrados de atendimento na primeira infância.</p>	<p>Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância, bem como seus instrumentos, publicado. Ao longo de 2020, deu-se continuidade ao processo de elaboração do protocolo no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, que culminou na publicação da Resolução do Comitê Gestor Intersetorial CGPMIPM nº 02/2020 e das portarias conjuntas que detalham os seus instrumentos. O protocolo é constituído por 3 instrumentos de naturezas distintas, mas interdependentes: a Jornada de Ofertas Básicas; a Integração para Acesso e os Fluxos de Alertas. Com o objetivo de contribuir para a formação de redes de atenção integral, com a definição de estratégias de comunicação, alinhamento e fluxos intersetoriais de atendimento e monitoramento, que orientem o trabalho dos/as diversos profissionais envolvidos/as nos serviços prestados pela Prefeitura às gestantes e às crianças de 0 a 3 anos, o Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância constitui uma das principais ferramentas para a gestão intersetorial. Em 2021, deverá ser realizado um piloto para apoiar a sua efetiva implantação.</p>

EIXO ESTRATÉGICO I: Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p data-bbox="247 461 331 591">I.</p> <p data-bbox="159 688 432 867">Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância.</p>	<p data-bbox="533 407 659 483">I.11</p> <p data-bbox="522 505 972 646">Integrar e qualificar os serviços de visita domiciliar com vistas a garantir maior cobertura territorial e foco na primeira infância.</p>	<p data-bbox="1062 407 1940 1219"><i>Em 2020, em função da pandemia, a visita domiciliar realizada no âmbito da Saúde não foi realizada da forma tradicional, ocorrendo em situações de necessidade. Para facilitar o atendimento, houve a aquisição de 6.160 tablets, mas que ainda não engloba a totalidade dos Agentes Comunitários de Saúde (ACSs). No âmbito da assistência social de modo a qualificar a visita domiciliar, sobretudo com foco nas famílias com crianças na primeira infância, foram realizadas diversas ações junto aos Serviços de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio (SASFs), dentre as quais, destacam-se: divulgação da Cartilha – Crianças na Pandemia Covid-19 – Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia Covid-19, elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz; divulgação da Cartilha – Orientação para famílias de crianças com deficiência – da UERJ, LADIS e Fundação Carlos Chagas; Curso online: Infância em tempos de Covid-19 – realizado pela UNICEF em comemoração 30 anos do ECA; Orientação Técnica – A visita domiciliar do PCF/Primeira Infância no SUAS em contexto de pandemia e isolamento social – Junho/2020 – MC; divulgação do Aplicativo MOTHERLY focado na saúde e bem-estar das gestantes, criado por pesquisadores da Medicina da USP para ajudar na depressão e hábitos saudáveis; divulgação de materiais “Recomendações referentes à Semana do Plano de Ações PCF/Covid-19 sobre dicas de Cuidados e Atividades com Bebê e Crianças” – MC, Fundação Bernard Van Leer e PNUD.</i></p>

EIXO ESTRATÉGICO I: Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p>2.</p> <p><i>Implantar padrões de qualidade para o atendimento na primeira infância, considerando o desenvolvimento individual das crianças e a especificidade de cada serviço.</i></p>	<p>2.1</p> <p><i>Definir padrões mínimos de qualidade para os serviços públicos destinados à população na primeira infância.</i></p>	<p><i>Permanece um desafio para os próximos anos a definição de padrões de qualidade mínimos para todos os serviços da Prefeitura voltados à primeira infância.</i></p>
	<p>2.2</p> <p><i>Avaliar anualmente os serviços ofertados pela Prefeitura para a população na primeira infância.</i></p>	<p><i>Publicação, em 2020, do 1º Balanço da implementação do PMPI, relativo ao ano de 2019. Embora seja necessário avançar na definição de indicadores e de um sistema de avaliação intersetorial, importante passo foi dado com a publicação, em agosto, de informações detalhadas de cada uma das metas e estratégias previstas no PMPI. Mesmo com todos os desafios impostos pela pandemia, houve o compromisso com a divulgação destas informações que constitui um ponto de partida para um processo contínuo de aprimoramento.</i></p>
	<p>2.3</p> <p><i>Consolidar um sistema de avaliação intersetorial do desenvolvimento na primeira infância.</i></p>	

EIXO ESTRATÉGICO I: Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p>3.</p> <p>Garantir a formação de servidores, agentes parceiros e outros atores do sistema de garantia de direitos para atuarem de maneira ativa e propositiva no atendimento à população na primeira infância.</p>	<p>3.1</p> <p><i>Consolidar um modelo de formação continuada, baseado em redes locais intersetoriais, que capacite todos os agentes públicos e da rede parceira que atendem a população na primeira infância para o atendimento integral.</i></p>	<p><i>As secretarias continuaram com os seus processos de formação continuada que incorporam questões relativas à primeira infância, durante o ano de 2020, mesmo diante da pandemia, embora não tenha permitido maiores avanços na direção da construção de um modelo de formação, baseado em redes intersetoriais. Na Secretaria de Educação, em razão da Pandemia da Covid-19, os processos formativos em 2020 aconteceram de modo virtual. Conforme consta na base de dados do Núcleo Técnico de Formação foram ofertadas pela SME 18.716 vagas, com a participação de 17.793 profissionais e aproveitamento de 87% (16.216 profissionais). Em relação aos projetos pedagógicos na educação Infantil na perspectiva do Currículo da Cidade, foram disponibilizadas 2.930 vagas, distribuídas em 61 turmas. Na educação, o processo formativo ofertado aos agentes públicos da educação se deu como preconiza o Edital SME nº 01, de 29 de janeiro 2021 que define a formação como um conjunto de ações integradas, intencionalmente planejadas, que têm como base conceitos, concepções e práticas para promover mudanças na atuação dos profissionais da SME que se organiza a partir dos seguintes princípios: o reconhecimento e a valorização dos diferentes saberes e das fases de vida profissional dos educadores da SME, incluindo as especificidades nos territórios em cada região da Cidade; a compreensão de que a formação continuada é parte de um conjunto de ações necessárias à implementação das diretrizes pedagógicas constantes no Currículo da Cidade, ao desenvolvimento do profissional da educação e a articulação dos Projetos e Programas que compõem a Política Educacional da SME; a necessidade de criar e fortalecer ações de formação que problematizam e contribuam com os desafios vivenciados pelos profissionais da Rede Municipal de Ensino (RME); o planejamento da formação continuada a partir de um diagnóstico acerca das questões a serem abordadas; o desenvolvimento ►</i></p>

EIXO ESTRATÉGICO I: Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância

AVANÇOS E DESAFIOS - 2020

► de processos de aprendizagem para os adultos em formação, que privilegiam o encadeamento de ações e o engajamento dos profissionais. O planejamento das formações deverá ter como eixos principais o aprofundamento e desenvolvimento de práticas relacionadas ao Currículo da Cidade e à aprendizagem e ao desenvolvimento dos bebês, crianças, jovens e adultos. Para tanto, podem ser propostas ações formativas que contemplem uma das quatro linhas programáticas: Currículo, Avaliação, Gestão pedagógica e acompanhamento das aprendizagens. Na área da assistência social, foram disponibilizados diversos conteúdos para os Serviços de Assistência Social à Família e Proteção Básica Domiciliar (SASFs) e aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como os Serviços de Acolhimento, com links e cards referentes à temática da primeira infância visando a formação e educação permanente, inclusive com foco nas questões mais diretamente relacionadas à pandemia: “Diálogo com Especialistas – Tema: A Primeira infância diante da Covid-19 – promovida pela Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância; Capacitação do Novo Sistema e-PCF (gestores de parceria do CRAS, Coordenadores de CRAS e orientadores socioeducativo e técnicos da CPSB) – SEDS – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, CPSB e ESPASO; Curso Migrações e Direitos na Cidade de São Paulo - Enfoque na Assistência Social de Conteúdo do Ministério da Cidadania: Guias, Manuais, Cadernos e Cartilhas referente ao PCF; Fundação Maria Cecília Souto Vidigal: Vídeos, artigos, livros, dentre outros materiais; UNICEF – relatórios, Brinquedos e Brincadeiras e Kit de Desenvolvimento da Primeira infância; Rede Nacional da Primeira Infância: Guias, Relatórios e Instrumentos; O Começo da Vida: material audiovisual e filme completo; ABRINQ: Temas e indicadores no Observatório da Criança e publicações sobre cenários, ODS e gestão; Guia Formativo – Monitoramento de Políticas pela Primeira Infância elaborado pela Rede Nossa São Paulo, Fundação Bernard Van Leer, Programa Cidades

Sustentáveis e Rede Conhecimento Social; Curso Primeira Infância e Competências Familiares; - produzido pelo UNICEF; Seminário online do Programa Criança Feliz – Diálogos da Primeira Infância – Experiências de Gestão e de Monitoramento do PCF; Curso online: Infância em tempos de Covid-19 – realizado pela UNICEF em comemoração 30 anos do ECA; III Seminário Internacional – A qualificação das ações do Programa Criança feliz e o impacto nas políticas de atendimento à primeira infância: desafios e oportunidades – dias 1, 2 e 3 de dezembro/2020 – promovido pelo MC; Produção do Cuidado, Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; Encontros de Formação para Disseminação e Multiplicação do Apadrinhamento Afetivo na Cidade de São Paulo; Divulgação dos CARDS e vídeos advindos do Ministério da Cidadania: Plano de Ações PCF/Covid 19; “ Radar da Primeira Infância” – Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Ansiedade das Crianças; Gestantes, Mães e Familiares; Garantia de Direitos das Gestantes e Crianças; Dicas sobre Acidentes Domésticos envolvendo Crianças; Dificuldades no Desenvolvimento em tempos de Covid-19; Brincadeiras – Plano de Ações PCF/ Covid-19; Bloco II – Guia de Brincadeiras com Crianças do nascimento aos 6 anos – disponibilizado pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Bloco IX – Novas Turmas Curso Básico do PCF e Curso I – EPPCF – Promoção do Desenvolvimento Infantil e o PCF no Portal de capacitação do MC – Agosto 2020; Bloco VI – Seminário Online – Diálogos de Primeira infância – Experiências de Gestão e de Monitoramento do PCF – 16 a 18/06/2020; Conteúdo complementar para qualificação dos profissionais do PCF – Ministério da Cidadania; Webinar “Repercussões da Pandemia de Covid-19 no Desenvolvimento Infantil; Webinar “Avaliação de programas e políticas para famílias e crianças na Primeira Infância – organizada pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Webinar – Instrumentos de Avaliação de Parentalidade – promovida pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Webinar Primeira ►

EIXO ESTRATÉGICO I: Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância

AVANÇOS E DESAFIOS - 2020

“Cidade Amigas das Crianças” – Desafio Universitário pela lançado pela Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP) em parceria com a Fundação Bernard Van Leer – 07/07/2020; Webinar: Ciencia e politica: Um caminho para a Primeira Infancia – realização IVEPESP – 22/09/2020; Webinar de Lançamento – Premio Parentalidade: boas praticas de visitantes na pandemia – 01/10/2020 – realização Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal; Webinar de divulgação das boas práticas vencedoras – 10/12/2020; Live: “Nenê do Zap: Importância da interação na Primeira Infância – realizado pela Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal e UNESCO; Live do Sistema e-PCF;. Na Saúde, houve a participação de profissionais na construção dos instrumentos do protocolo integrado para a Primeira Infância com os integrantes dos Comitês Regionais da Primeira Infância e representantes interlocutores da Criança das Coordenadorias Regionais de saúde e das Supervisões Regionais de saúde, por meio de reuniões online.

EIXO ESTRATÉGICO I: Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<h1>4.</h1>	<h2>4.1</h2> <p>Consolidar mecanismos de participação da sociedade no monitoramento e controle das políticas públicas para a primeira infância.</p>	<p>Funcionamento da Comissão de Avaliação do PMPI. Em 2020, houve a realização das 4 reuniões ordinárias previstas, além de uma extraordinária. Foi construído também, no âmbito da Comissão, o 1º Balanço da implementação do PMPI, relativo ao ano de 2019, com informações do poder executivo, legislativo e também da sociedade civil.</p>
<p>Promover a participação social no monitoramento e na implementação do PMPI/São Paulo.</p>	<h2>4.2</h2> <p>Promover a participação social nos conselhos de direitos e de controle social das políticas para a primeira infância.</p>	<p>Participação da equipe do Núcleo da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância e das demais representantes da Comissão Técnica em várias comissões municipais de forma a promover a articulação das ações e políticas, com foco na primeira infância.</p>

EIXO ESTRATÉGICO I: Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p>4.</p> <p>Promover a participação social no monitoramento e na implementação do PMPI/São Paulo.</p>	<p>4.3</p> <p>Desenvolver estratégias de divulgação do Plano Municipal pela Primeira Infância a fim de promover o envolvimento da sociedade e das famílias na sua implementação</p>	<p>Realização de ações na Semana Municipal do Brincar, em maio de 2020, e da III Semana Municipal da Primeira Infância, em agosto de 2020, como forma de divulgação do Plano Municipal pela Primeira Infância. A Semana do Brincar tem por objetivo demonstrar que o brincar é fundamental para o desenvolvimento integral da criança e do ser humano, e essencial para a construção de uma infância digna. Em 2020, a segunda edição da Semana Municipal do Brincar não pôde ser realizada de forma intersetorial em função da situação de emergência da Covid-19. Como ainda era o início da pandemia, os serviços e os recursos virtuais estavam sendo adaptados para o novo contexto de restrições. Não obstante, durante a última semana de maio, a Secretaria Municipal de Educação promoveu atividades especiais dedicadas à temática do brincar na primeira infância, dentro da sua programação virtual voltada tanto aos educandos e suas famílias, quanto aos educadores, assim como a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social realizou ações no âmbito dos Serviços de Convivência. A III Semana Municipal da Primeira Infância foi celebrada em agosto de 2020. Entretanto, por conta da pandemia, o evento foi inteiramente realizado de forma virtual, por meio do canal Primeira Infância, da PMSP, criado na plataforma YouTube, com tradução simultânea em Libras, em parceria com a SMPED. Assim como nas edições anteriores, a Semana contou com o apoio do UNICEF e teve como objetivos divulgar a pauta da primeira infância e estimular o envolvimento da sociedade e das famílias na valorização e nos cuidados da primeira infância, promovendo debates e oficinas sobre temas relacionados ao desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos. Considerando o contexto no qual foi realizada, foi abordada a temática do Coronavírus e de seus diversos impactos na primeira infância em rodas de conversa com especialistas convidados. A Semana contemplou, ainda, contações de histórias para as crianças e a divulgação do primeiro balanço da implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) 2018 -2030, ►</p>

EIXO ESTRATÉGICO I: Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância

AVANÇOS E DESAFIOS - 2020

► *apresentado no encerramento da Semana, pela Comissão de Avaliação do PMPI, composta por representantes da Prefeitura, Câmara Municipal e sociedade civil. Além dos eventos ao vivo, foram disponibilizados no canal do YouTube, vídeos produzidos por Serviços de Assistência Social à Família (SASFs), da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, com propostas de brincadeiras para crianças na primeira infância. Ao final da III Semana Municipal da Primeira Infância, o canal no qual foi transmitida a programação possuía mais de 8 (oito) mil inscritos/as e 123 (cento e vinte e três) mil visualizações, o que demonstrou o alcance e a grande visibilidade da pauta da primeira infância.*

EIXO ESTRATÉGICO I: Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p>5.</p>	<p>5.1</p> <p><i>Desenvolver e aprimorar estratégias de financiamento de projetos e programas voltados ao atendimento na primeira infância.</i></p>	<p><i>Publicado Edital de Doação específico para a Primeira Infância em 2020, assim como estabelecidos Acordos de Cooperação Técnica com organizações da sociedade civil. Foi dada continuidade ao aprimoramento da metodologia do Orçamento Criança e do Adolescente (OCA) e Orçamento Primeira Infância (OPI), pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, sendo os resultados relativos ao ano de 2019 publicados em 2020. Como principais resultados preliminares relativos ao ano de 2019: para o Orçamento Criança e Adolescente (OCA), tem-se que a Prefeitura de São Paulo despendeu, em 2019, R\$ 15,8 bilhões (valor liquidado/pago), com ações voltadas, de forma geral, para as crianças e adolescente, o que representou 28% de todo o orçamento municipal liquidado/pago (cujo total foi de R\$ 55,8 bilhões). Se considerarmos especificamente a Primeira Infância, o valor foi de R \$8,9 bilhões, o que representou 16% do orçamento total do Município no ano de 2019. A área (função) que representou o maior montante de recursos foi a educação, seguida de saúde e assistência social.</i></p>
<p><i>Diversificar as fontes de recursos para o atendimento integral na primeira infância</i></p>	<p>5.2</p> <p><i>Promover parcerias do poder público com a iniciativa privada, ONGs e instituições filantrópicas, nacionais e internacionais, para viabilizar projetos e programas voltados ao atendimento na primeira infância.</i></p>	<p><i>Novas parcerias firmadas com a iniciativa privada e organizações da sociedade civil, assim como houve a continuidade de parcerias já estabelecidas em 2019. Houve a celebração de um importante Acordo de Cooperação Técnica com a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), com o apoio da Fundação Bernard van Leer, para a realização de um curso EAD sobre “Paternidade Responsável” para servidores públicos, mas aberto ao público em geral, lançado em dezembro de 2020.</i></p>

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p>1.</p> <p>Garantir atendimento a todas as crianças de 0 a 3 anos</p>	<p>1.1</p> <p>Assegurar, até 2025, atendimento da Educação Infantil para 75% das crianças de zero a 3 anos ou 100% da demanda registrada, o que for maior.</p>	<p>Criadas 24.738 vagas, em 2020, para o atendimento na Educação Infantil de crianças de 0 a 3 anos, totalizando 375.560 matrículas. Desde o início da pandemia, observa-se queda nos cadastros de Educação Infantil, principalmente para creches. Espera-se que haja uma demanda reprimida que deverá aparecer com avanço na vacinação e a melhoria da pandemia.</p>
<p>2.</p> <p>Garantir atendimento integral às crianças de 4 e 5 anos</p>	<p>1.2</p> <p>Garantir condições de mobilidade segura e acessível para que as crianças possam acessar os equipamentos públicos.</p>	<p>Continuidade do Transporte Escolar Gratuito (TEG) e do Programa Travessia Segura, que contribuem para a mobilidade segura e acessível das crianças. Na educação, houve no TEG 68.594 atendimentos, incluindo atividades de contraturno. O Programa não foi afetado diretamente com a pandemia. Os condutores continuaram à disposição no caso de retorno das atividades presenciais, não havendo redução. O Programa Travessia Segura, publicado em 2019, consiste na redução da distância de travessia do pedestre, por meio da implantação de extensões de calçadas e ilhas de refúgio, ampliando e privilegiando os espaços destinados aos pedestres no viário paulistano. Em 2019, o programa foi implantado em 9 pontos da cidade e em 2020 em 71 pontos.</p>
<p>Garantir atendimento integral às crianças de 4 e 5 anos</p>	<p>2.1</p> <p>Garantir a manutenção da universalização do atendimento na educação infantil às crianças de 4 e 5 anos de idade.</p>	<p>Em dezembro de 2020, foram registradas 235.894 matrículas na pré-escola. Houve continuidade no atendimento total das solicitações de vagas para a pré-escola durante todo o ano.</p>

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p data-bbox="218 431 342 565">2.</p> <p data-bbox="155 659 443 764">Garantir atendimento integral às crianças de 4 e 5 anos</p>	<p data-bbox="520 402 644 483">2.2</p> <p data-bbox="520 501 989 607">Definir e implementar protocolos de busca ativa para a identificação das crianças fora da escola.</p>	<p data-bbox="1066 407 1944 477">Fortalecida a integração entre as políticas para a realização de busca ativa para identificação de crianças fora da escola e desenvolvidos pilotos.</p> <p data-bbox="1066 483 1944 1442">A SMADS mantém entre as suas estratégias de atendimento a busca ativa por meio da atuação dos equipamentos e serviços socioassistenciais, que identificam e encaminham famílias com crianças fora da escola para a rede da educação. Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, o Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio (SASF) e o serviço de abordagem a pessoas em situação de rua (SEAS) contempla entre suas atribuições a articulação intersetorial e o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, que prevê acompanhamento de saúde e regularidade da frequência escolar como critério de manutenção do benefício. Na área da Saúde, as equipes do Consultório na Rua também identificam, encaminham e acompanham as crianças. Em 2020, a SME implantou um piloto para o desenho de protocolos de busca ativa, em parceria com a SGM, a SMADS e SMIT, com foco em crianças de 4 a 5 anos e 11 meses de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. A iniciativa consistiu em mapear este público, nos dez distritos mais vulneráveis da Cidade de São Paulo, via sistemas de informações da assistência e educação, que não estavam matriculadas na pré-escola. De posse desses dados, foi iniciada a busca ativa por telefone e chegou-se ao total de 154 crianças fora da escola e que confirmaram interesse em matrícula e cujos dados foram atualizados para ingresso na Rede. Ainda em 2020, a SME também realizou 2.194 (dois mil, cento e noventa e quatro) visitas aos domicílios de crianças de 4 a 5 anos e 11 meses, regularmente matriculados nas Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEI, com objetivo oferecer apoio aos estudantes que integram a Educação Especial voltada para crianças com deficiência. A ação será retomada em 2021 como estratégia de acompanhamento destas crianças.</p>

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p data-bbox="212 467 338 602">2.</p> <p data-bbox="149 699 443 805">Garantir atendimento integral às crianças de 4 e 5 anos</p>	<p data-bbox="512 402 642 483">2.3</p> <p data-bbox="512 500 968 646">Mapear e requalificar os espaços públicos disponíveis para assegurar o atendimento em tempo integral, garantindo a acessibilidade.</p>	<p data-bbox="1062 407 1944 1000"><i>Em 2020, a realização de ações voltadas para o atendimento das crianças em tempo integral ficou prejudicada em função da necessidade do distanciamento social. Várias ações foram paralisadas, como foi o caso das atividades educativas realizadas nos espaços que compõem a CEA-UMAPAZ e as atividades físicas nos diversos Centros Esportivos da cidade de São Paulo. Em relação à acessibilidade, na Secretaria de Educação todos os prédios construídos e inaugurados após a Lei de Acessibilidade, em tempo hábil, são projetados para atenderem aos parâmetros de acessibilidade, sendo esta uma preocupação e motivo de grande empenho da secretaria. Importante destacar que alguns prédios necessitam de intervenções de pequeno porte, podendo ser realizadas com recursos de 2º escalão. Outros equipamentos necessitam de construção de rampa, instalação de elevador e/ou reforma que altera a estrutura do prédio. Estes devem ser adequados com recursos de 3º escalão, pois exigem um projeto específico e um tempo maior para execução. Além disso, toda reforma e manutenção executada requer aprovação prévia e orçamento disponível.</i></p>

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p data-bbox="210 544 336 673">2.</p> <p data-bbox="151 771 441 876">Garantir atendimento integral às crianças de 4 e 5 anos</p>	<p data-bbox="514 406 640 487">2.4</p> <p data-bbox="514 503 987 722">Promover a integração da rede de equipamentos públicos com espaços privados e das organizações da sociedade civil (OSCs) com o objetivo de melhorar o atendimento na primeira infância.</p>	<p data-bbox="1060 397 1942 1469">Parcerias e Acordos de Cooperação Técnica (ACT) firmados com o objetivo de melhorar o atendimento para a primeira infância. Ao longo de 2020, alguns acordos de cooperação foram celebrados pela SME de modo a promover ações que promovam o desenvolvimento e aprendizagem de bebês e crianças, como o ACT com a Fundação Volkswagen e a Mais Diferenças. O Projeto Brincar tem sido concebido a partir da articulação de diferentes princípios que são constitutivos e fundamentais em uma escola de educação infantil: o fortalecimento das políticas públicas, a educação para todos, a gestão das escolas, a formação continuada, a criação e experimentação de práticas pedagógicas inclusivas junto com professores e crianças, a acessibilidade, a disponibilidade e a participação da comunidade escolar, entendendo a escola como um bem comum. O Projeto Brincar formou 7.813 profissionais da educação, sendo esse total composto por 6.011 professoras/las (77% das participantes). É importante dizer que deste número, cerca de 640 (10%) são professoras do Ensino Fundamental. Destaca-se a elaboração de três materiais pedagógicos acessíveis e inclusivos. O cenário de isolamento social imposto pela pandemia de Coronavírus (Covid-19) exige que as famílias tenham novas formas de brincar e se relacionar em suas casas. Nesse sentido, os materiais produzidos propõem brincadeiras e atividades que podem ser realizadas em casa com todas as crianças, com e sem deficiência: “Pílulas do Brincar: proposições de brincadeiras inclusivas para famílias e crianças”, “Fios do Brincar: tecendo o acolhimento de todos os bebês e crianças pequenas” e “Arquitetura Infantil: reinventando os espaços”. Os três materiais pedagógicos acessíveis e inclusivos e seus respectivos materiais complementares desenvolvidos pelo Projeto Brincar tiveram 24.389 downloads. O Projeto Brincar colaborou com o conteúdo do material “Trilhas de Aprendizagem” em que a equipe contribuiu com sugestões de atividades acessíveis e inclusivas para todas as crianças. O material, que foi enviado em formato impresso para todas as famílias da educação infantil da rede ►</p>

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

AVANÇOS E DESAFIOS - 2020

► municipal de ensino, contou com links para os materiais acessíveis e inclusivos do Projeto Brincar e com a incorporação de uma versão reduzida do “Arquitetura Infantil: reinventando os espaços”. Na cultura, foi firmada parceria entre a Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato e editoras para viabilizar o projeto “Vamos ler com o bebê?”, que envolve a mediação de leitura direcionada para a primeira infância, a fim de permitir que as famílias compartilhem leituras com as crianças, ainda que não possam estar presencialmente na Biblioteca. Sete (7) editoras (Editoras Bamboozinho, BrinkBook, Estação Liberdade, Jujuba, Pulo do Gato, Roda & CIA e Editora WMF Martins Fontes) permitiram que a biblioteca utilizasse títulos, específicos, do seu catálogo para realizar lives de mediação de leitura. A Biblioteca produziu e disponibilizou os vídeos nas suas redes sociais no Youtube, Facebook e Instagram. Em 2020, foram produzidos dois vídeos do projeto “Vamos ler com o bebê?”. Por sua vez, a SMADS implementou parcerias visando qualificar o atendimento na primeira infância, como foi o caso da Jornada On Line Primeira infância Trabalho com famílias, ministrada por Ana Maria Felice Bastos de Souza e Leila Saitapelo, do Descobrir Brincando e da formação Formação “Desenvolvimento da Criança de 0 a 6 anos nos seus aspectos biopsicossocial”, realizada pela Profª Edimara de Lima e Psicóloga Ariadne Pereira. A CEA-UMAPAZ possui parceria com o Colégio Santi, porém, por conta da pandemia por coronavírus, em atendimento às orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Decreto nº 59.283 de 16 de Março de 2020, as atividades dessa parceria não ocorreram no ano de 2020.

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p>3.</p> <p>Melhorar a qualidade da educação infantil</p>	<p>3.1</p> <p>Garantir a implementação do Currículo da Cidade: Educação Infantil.</p>	<p><i>Continuidade das ações voltadas para a implementação do Currículo da Cidade, tais como atividades formativas, visitas pedagógicas e o Programa Minha Biblioteca. O currículo da educação Infantil está assentado sobre os princípios de equidade, de uma educação integral e inclusiva. Para a implementação desse currículo, a SME desenvolveu um extenso e sistemático percurso formativo organizado a partir de quatro eixos norteadores: Currículo, avaliação, formação e acompanhamento. Os pressupostos teóricos abordados no currículo foram trabalhados com os/as educadores/as a partir de encontros que abordaram as seguintes dimensões do documento: Avaliação – possibilidade de qualificar e acompanhar a aplicação dos indicadores de qualidade da educação infantil junto às UEs; a elaboração ou retomada dos planos de ação das UEs a partir dos resultados dos indicadores; a construção e acompanhamento de documento a partir da escuta de crianças; implementação dos relatórios individuais relativos ao processo de aprendizagem. Outra etapa que pautou o processo de implementação do Currículo da Educação Infantil se deu a partir das atividades de formação. Os percursos formativos ocorreram a partir da organização de diferentes agrupamentos de educadores com pautas específicas para Supervisores Escolares, Diretores de Escola, Coordenadores Pedagógicos e ações que abrangeram os/as demais educadores/as da Educação infantil. Outra estratégia adotada foi a realização das visitas pedagógicas que tiveram um caráter territorial e dialogam com as necessidades específicas de cada região em uma perspectiva pragmática. De modo que, a partir das necessidades identificadas para o Currículo, ganhou vida na ação diária da unidade escolar. Coube ao SME/COPED/DIEI oferecer subsídios para que a ação fosse desenvolvida no nível local. Outra ação que corroborou para a implementação do Currículo da Cidade - Educação Infantil, associa-se ao Programa Minha Biblioteca que tem como propósito incentivar a leitura em família que propicia o fortalecimento dos laços afetivos entre as crianças e as famílias/responsáveis. Assim, como todas as atividades desenvolvidas pela SME durante a situação de pandemia, o processo de implementação do currículo se efetivou a partir das possibilidades oferecidas pelas ferramentas de usos remoto, com momentos síncronos e assíncronos.</i></p>

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
3. Melhorar a qualidade da educação infantil	3.2 Garantir que todas as unidades de educação infantil disponham de espaços pedagógicos adequados e acessíveis, internos e externos, que propiciem o livre brincar.	<p>Projetos de acessibilidade dos prédios escolares realizados, bem como ofertado Atendimento Educacional Especializado (AEE) e disponibilizados equipamentos de tecnologia assistiva para estudantes da rede municipal de ensino. Com relação à acessibilidade, a SME desenvolveu projetos de acessibilidade dos prédios escolares, os quais visam promover tanto a adequação arquitetônica quanto a dos mobiliários e de sinalização, previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – NBR 9050/2004/2015, que aponta os critérios de acessibilidade a serem observados no planejamento do espaço escolar, contribuindo para o desenvolvimento inclusivo das escolas, no sentido de efetivar o direito de acesso e de participação de todos. Atualmente, na cidade de São Paulo há 659 Unidades Escolares - Centro de Educação Infantil (CEI) e Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) com acessibilidade arquitetônica, de acordo com os dados levantados para o portal de transparência em dezembro de 2020. A oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na educação infantil está em consonância ao disposto na Nota Técnica Conjunta nº 02/2015/MEC/SECADI/DPEE/SEB/ DICEI, de 04 de agosto de 2015, que trata de “Orientações para a organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil”. O atendimento educacional especializado aos bebês e crianças, público da Educação Especial é realizado, preferencialmente, no contexto da Unidade Educacional e em seus diferentes espaços educativos, não substituindo as experiências oferecidas para todos os bebês e crianças, de acordo com as propostas pertinentes ao currículo da infância. A organização do AEE na Educação Infantil demanda a articulação entre o/a professor/a de referência do agrupamento/ turma e o/a professor/a responsável pelo AEE, que atuam de forma colaborativa e articulada. Os serviços de Educação Especial assumem seu papel de apoio e suporte, por meio da oferta de recursos e estratégias especializadas, que visam ►</p>

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

AVANÇOS E DESAFIOS - 2020

► responder às necessidades biopsicossociais do público da Educação Especial, por meio de serviços como: os Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão, o Atendimento Educacional Especializado, as Escolas Municipais de Educação Bilíngue e Escola Polo Bilíngues para os bebês e as crianças de 0 a 3 anos, matriculadas nos Centros de Educação Infantil – CEIs, o AEE é realizado no seu horário de frequência à unidade educacional, com atuação colaborativa entre os/as professores/as responsáveis pelo AEE colaborativo ou itinerante e os demais profissionais da U.E. As crianças de 4 e 5 anos, com matrícula na EMEI ou no CEMEI em período parcial, poderão ser encaminhadas para o AEE no contraturno escolar, após avaliação pedagógica/estudo de caso que indique não ser possível o atendimento nas formas previstas nos incisos I e III do art. 23, da Portaria nº 8.764/2016, utilizando-se como critério a necessidade específica da criança em relação às atividades próprias de AEE elencadas no art. 22. Em parceria com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência – SMPED, foram entregues equipamentos de tecnologia assistiva (584 itens) para facilitação do aprendizado para 214 estudantes com deficiência da rede municipal de ensino.

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p>3.</p> <p><i>Melhorar a qualidade da educação infantil</i></p>	<p>3.3</p> <p><i>Assegurar (até 2025) uma relação educando por docente no sistema municipal de ensino que fortaleça a qualidade social da educação e as condições de trabalho dos profissionais da educação, na seguinte proporção: Berçário I: 7 crianças / 1 educador; Berçário II: 9 crianças / 1 educador; Mini – Grupo I: 12 crianças / 1 educador; Mini – Grupo II: 25 crianças / 1 educador; Infantil I: 25 crianças / 1 educador; e Infantil II: 25 crianças / 1 educador.</i></p>	<p><i>Relação educando por docente no sistema municipal de ensino, alcançada nos agrupamentos Berçário I e II e Mini-Grupo I e II. Para o Infantil I e II, permanece o desafio de reduzir ainda mais esta relação. Conforme indica a Instrução Normativa nº 36, de 15 de outubro de 2020, o atendimento na Educação Infantil, realizado nos Centros de Educação Infantil (CEIs) da Rede Direta e Parceira, nos Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs) e nas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEl)s ocorre em agrupamentos formados de acordo com as datas de nascimento e proporção adulto-criança. Em 2020, já contemplou a proporção educador/criança, tal como descritas no PMPI, nos seguintes agrupamentos Berçário I: 7 crianças / 1 educador; Berçário II: 9 crianças / 1 educador; Mini – Grupo I: 12 crianças / 1 educador; Mini – Grupo II: 25 crianças / 1 educador; No que tange à faixa etária dos 4 e 5 anos, no momento as turmas são organizadas seguindo a seguinte proporção: Infantil I: 29 crianças / 1 educador; e Infantil II: 29 crianças / 1 educador.</i></p>
	<p>3.4</p> <p><i>Desenvolver programas de formação continuada para os profissionais da educação com foco no desenvolvimento integral da criança.</i></p>	<p><i>Processos formativos relacionados ao Currículo da Cidade, com participação de mais de 40 mil profissionais, realização de 2 Jornadas Pedagógicas, com o envolvimento de mais de 120 mil profissionais, além de visitas pedagógicas e formação de grupos de trabalho diversos. Em 2020, além das ações descritas no item 3.1, relativas ao Projeto Brincar, uma parceria da SME, Fundação Volkswagen e o Mais Diferenças, outras ações de formação foram desenvolvidas pela SME/DRE nos horários coletivos nas unidades. As atividades abordaram as diferentes temáticas e foram disponibilizadas por meio de variados recursos midiáticos que contemplaram formações síncronas e assíncronas. Foram realizadas pela Divisão de Educação ►</i></p>

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

AVANÇOS E DESAFIOS - 2020

► Infantil- DIEI, em parceria com as Diretorias Regionais de Educação - DRE, processos formativos com o propósito de evidenciar as ações do Currículo da Cidade: 25 lives com diferentes temáticas, envolveu 40 mil profissionais; 6 lives com a Profª Eliana Bhering sobre Avaliação na Educação Infantil, (300 mil visualizações); 2 Jornadas Pedagógicas, em junho e novembro, a primeira envolveu profissionais de outros países e a segunda, troca de experiências das práticas dos professores, com a participação de 120 mil profissionais da Educação; 9 Visitas Pedagógicas nas unidades de cada território, com 50 educadores (SME/DRE/Unidade); Grupo de Trabalho com profissionais das Unidades de CEMEI, para discussão das ações pedagógicas desta unidade; Grupo de Trabalho (GT) Quintais – surgem com o objetivo de promover tempo de qualidade às crianças no brincar livre e o contato com a natureza. Algumas unidades aproveitam o horário intermediário enquanto outras utilizam outros momentos para as vivências no quintal. Nesse tempo, as crianças escolhem as experiências ou brincadeiras que querem participar no quintal, que é organizado com antecedência pelos educadores de forma atrativa para as crianças, com base em uma escuta sensível dos seus interesses e necessidades, com o envolvimento de 80 educadores; GT de Avaliação, possibilitou um estudo/discussão sobre os Indicadores e sobre Avaliação de Contexto, assim como o grupo, cerca de 10 educadores, também elaborou questionário para as famílias/responsáveis, para os docentes e para a Gestão, e o Grupo de Trabalho (GT) envolveu diferentes atores da SME/DRE e Unidade para discutirem os Protocolos para Volta às Aulas. A parceria com o Instituto Avaliá organizou uma formação: Caminhos do Cuidar, envolvendo 78 Unidades dos 13 territórios para discussão dos protocolos com o objetivo de colaborar na construção de protocolos e na produção de documentos norteadores para a volta às atividades na Educação Infantil, na cidade de São Paulo,

elaborados de forma participativa e promovendo interlocução setorial e de entidades interessadas, por meio de formação continuada à distância de equipes das unidades de Educação Infantil. O NAAPA, acompanhou fazendo acolhimento para cerca de 31.952 educadores/as de Educação Infantil; outro parceiro por meio de Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, a Fundação Volkswagen e a Mais Diferenças o Projeto Brincar no ano de 2020 – elaborou três materiais pedagógicos acessíveis e inclusivos. O cenário de isolamento social imposto pela pandemia de Coronavírus (COVID-19) exige que as famílias tenham novas formas de brincar e se relacionar em suas casas. Nesse sentido, os materiais produzidos propõem brincadeiras e atividades que podem ser realizadas em casa com todas as crianças, com e sem deficiência: “Pílulas do Brincar: proposições de brincadeiras inclusivas para famílias e crianças”, “Fios do Brincar: tecendo o acolhimento de todos os bebês e crianças pequenas” e “Arquitetura Infantil: reinventando os espaços”. Os três materiais pedagógicos acessíveis e inclusivos e seus respectivos materiais complementares desenvolvidos pelo Projeto Brincar tiveram 24.389 downloads; e colaborou com o conteúdo do material “Trilhas de Aprendizagem”, em que a equipe contribuiu com sugestões de atividades acessíveis e inclusivas para todas as crianças. O material, que foi enviado em formato impresso para todas as famílias da educação infantil da RME-SP, contou com links para os materiais acessíveis e inclusivos do Projeto Brincar e com a incorporação de uma versão reduzida do material do “Arquitetura Infantil: reinventando os espaços”, e fez formação para 7.813 profissionais da educação, sendo esse total composto por 6.011 professoras (77% das participantes). É importante dizer que deste número, cerca de 640 (10%) são professoras do Ensino Fundamental.

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p>3.</p> <p>Melhorar a qualidade da educação infantil</p>	<p>3.5</p> <p><i>Ampliar na rede municipal de ensino as equipes de profissionais de educação para atender à demanda do processo de escolarização de educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professoras(es) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares.</i></p>	<p><i>Serviços de Educação Especial ofertados pela Rede Municipal de Ensino: 13 Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão – CEFALs; 132 Professor de Apoio e Acompanhamento à Inclusão – PAAl; 447 Salas de Recursos Multifuncionais – SRMs; 390 Professores de Atendimento Educacional Especializado – PAEEs; 19 Instituições Parceiras de Educação Especial; 6 Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos – EMEBSs; 2 Unidades Polo de Educação Bilíngue; 1.200 Auxiliares de Vida escolar que, e 2660 Estagiários que cursam Licenciatura em Pedagogia incluindo as equipes multidisciplinares com Fonoaudióloga, Assistente Social e Psicóloga em cada um dos territórios. Com prioridade no atendimento em escolas regulares, organiza e corrobora com os serviços e apoio da Educação Especial que visem à eliminação de barreiras, descritos na Política de Educação Especial na rede municipal disponibilizados ao estudante público da Educação Especial, na oferta de formação a professores, supervisores, gestores e coordenadores que atuam na Educação Especial. As equipes dos CEFALs analisam e atendem a demanda de todo o território da Cidade de São Paulo, otimizando o uso de serviços e apoios da Educação Especial visando ampliar a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Este atendimento acontece por meio do acompanhamento sistemático das Unidades Educacionais nas seguintes ações: Itinerâncias agendadas; Participação das discussões e ações formativas referentes aos estudantes com deficiência, altas habilidades/ superdotação e transtornos globais do desenvolvimento. A oferta da Tecnologia Assistiva, colaboração com o professor regente da classe comum, elaboração e acompanhamento do Plano de Atendimento Educacional Especializado; Acompanhamento e orientação aos Professores do Atendimento Educacional especializado, ação intersecretarial e atuação em parceria com a Equipe Multidisciplinar (Assistente Social, Fonoaudiólogo e Psicólogo) como serviço e ►</i></p>

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

AVANÇOS E DESAFIOS - 2020

► *suporte técnico. O fluxo de atendimento aos estudantes de acordo com a Política Paulistana de Educação Especial, a partir da matrícula na classe regular, identificada a necessidade de Atendimento Educacional Especializado, após a avaliação pedagógica e estudo de casos da Unidade Educacional com apoio do professor de Atendimento Educacional Especializado – PAEEs ou do Professor de Acompanhamento e Apoio à Inclusão (PAAI), elabora o Plano do AEE. O atendimento ao estudante acontece nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) de forma colaborativa e no contraturno, assim como pelos CEFAls de forma itinerante, para o atendimento às especificidades do estudante e realização das atividades próprias do Atendimento Educacional Especializado. O atendimento educacional especializado é uma forma de garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades dos bebês, crianças, jovens e adultos com deficiência, altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento. São consideradas materiais do atendimento educacional especializado: Língua brasileira de sinais (Libras); interpretação de Libras; ensino de Língua Portuguesa para surdos; Sistema Braille; orientação e mobilidade; utilização do soroban; ajudas técnicas, incluindo informática adaptada; mobilidade e comunicação alternativo-aumentativa; tecnologias assistivas; informática educativa; educação física adaptada; enriquecimento curricular e aprofundamento do repertório de conhecimentos; atividades da vida autônoma e social, entre outras.*

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<h1>3.</h1>	<h3>3.6</h3> <p><i>Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio de estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.</i></p>	<p><i>Estreitamento dos laços entre educadores/las e famílias/responsáveis e desenvolvimento de ações para lidar com o contexto da pandemia, como a publicação do documento “Trilhas de Aprendizagem”. Em virtude da pandemia, em 2020, as unidades tiveram que estreitar os laços entre os educadores e as famílias/responsáveis. Desta maneira, um grande esforço foi realizado para reforçar a comunicação e estabelecer um contrato pedagógico com as famílias de modo a ampliar as condições de cuidado, proteção e desenvolvimento dos bebês e crianças durante o período de isolamento social. O processo buscou se pautar por princípios de dialogicidade e respeito às diferenças e diversidades inscritas nos diferentes arranjos e constituições familiares. Nesta direção, a SME publicou o documento Trilhas de Aprendizagens vol.1 e vol.2., de 0 a 3 anos e 4 e 5, que pretendeu ser o fio condutor e instrumento organizador da ação a ser desenvolvida de forma colaborativa entre educadores/las e responsáveis. Assim, o documento buscou apresentar sugestões de brincadeiras, jogos, leituras, experiências e experimentos com elementos da natureza, músicas, atividades de pintura, desenhos e diferentes recursos que pudessem promover, por meio da ludicidade, o contato com os elementos da cultura de modo a possibilitar aprendizagem e desenvolvimento.</i></p>
	<h3>3.7</h3> <p><i>Assegurar condições para a efetivação da gestão democrática da educação, buscando fortalecer a autonomia da gestão escolar e aprimorar mecanismos efetivos de controle social e acompanhamento das políticas educacionais no Município.</i></p>	

Melhorar a qualidade da educação infantil

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p>4.</p> <p>Ampliar o envolvimento das famílias e da sociedade na valorização dos cuidados e vínculos na primeira infância</p>	<p>4.1</p> <p>Implementar programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças na primeira infância.</p>	<p>1.521 Unidades Educacionais do município de São Paulo e 1.665 equipes da Atenção Básica pactuadas no Programa Saúde na Escola – PSE, para o biênio 2019-2020, que alcançaram, em 2020, 224.723 estudantes, a partir da realização de 4.334 ações.</p> <p>Na educação, o PSE (Decreto Federal nº 6.286 de 05/12/2007) é desenvolvido no âmbito da Coordenadoria dos Centros de Educação Unificados e da Educação Integral – COCEU, por meio da Divisão de Gestão Democrática e Programas Intesecretariais – DIGP e norteada pelo Eixo do Cuidado, Saúde e Proteção Social, que promove ações de cuidado, saúde e proteção do estudante, sob a orientação da área técnica da Saúde da Criança e Adolescentes da Secretaria Municipal da Saúde do município de São Paulo. As ações que costumam ter forte abrangência sofreram grandes impactos em razão da pandemia do Coronavírus, no município de São Paulo. As ações realizadas envolveram: (1) Ações de combate ao mosquito <i>Aedes aegypti</i>; (2) Promoção das práticas corporais, da atividade física e do lazer nas escolas; (3) Prevenção ao uso de álcool, tabaco, crack e outras drogas; (4) Promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos; (5) Prevenção das violências e dos acidentes; (6) Identificação de educandos com possíveis sinais de agravos de doenças em eliminação; (7) Promoção e avaliação de saúde bucal e aplicação tópica de flúor; (8) Verificação e atualização da situação vacinal; (9) Promoção da alimentação saudável e prevenção da obesidade infantil; (10) Promoção da saúde auditiva e identificação de educandos com possíveis sinais de alteração; (11) Direito sexual e reprodutivo e prevenção de DST/AIDS; (12) Promoção da saúde ocular e identificação de educandos com possíveis sinais de alteração. As ações são desenvolvidas também pelas equipes dos NAAPAs. No final de 2020, foi elaborada a portaria conjunta entre SME e SMS que dispõe sobre a apresentação da Declaração de Vacinação Atualizada (DVA) no ato da matrícula nas unidades educacionais da rede municipal de ensino como medida de proteção e promoção à saúde, publicada em janeiro de 2021 (Portaria Conjunta SME/SMS nº 001, de 18 de janeiro de 2021). Na assistência social, houve a continuidade do Programa Criança Feliz no contexto dos 54 Serviços de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio (SASFs) do município. Com a pandemia, muitas das ações de acompanhamento e orientações foram realizadas remotamente visando sensibilizar as famílias para os cuidados e atividades a serem realizadas com as crianças na primeira infância.</p>

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<h1>4.</h1>	<h3>4.2</h3> <p><i>Criar um plano de comunicação sobre a importância do desenvolvimento integral na primeira infância.</i></p>	<p><i>A elaboração de um plano de comunicação específico para a primeira infância permanece um desafio. Muitas ações, contudo, como a realização das semanas municipais, contribuem para a divulgação e valorização da pauta da primeira infância. Em 2020, as ações realizadas, de forma virtual, na III Semana Municipal da Primeira Infância, tiveram ao longo da sua semana de realização mais de 123 (cento e vinte e três) mil visualizações no canal da Primeira Infância no Youtube, o que demonstrou o alcance e a grande visibilidade da pauta da primeira infância.</i></p>
<p><i>Ampliar o envolvimento das famílias e da sociedade na valorização dos cuidados e vínculos na primeira infância</i></p>	<h3>4.3</h3> <p><i>Sensibilizar a sociedade sobre os mecanismos de exclusão e invisibilidade das crianças na primeira infância no espaço público, a fim de ampliar a percepção sobre a importância de espaços acessíveis adequados à primeira infância.</i></p>	<p><i>O estabelecimento de ações para sensibilização da sociedade sobre os mecanismos de exclusão e invisibilidade das crianças na primeira infância no espaço público permanecem como um desafio para os próximos anos.</i></p>

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p data-bbox="226 467 338 597">4.</p> <p data-bbox="159 695 478 911">Ampliar o envolvimento das famílias e da sociedade na valorização dos cuidados e vínculos na primeira infância</p>	<p data-bbox="516 402 636 483">4.4</p> <p data-bbox="516 505 993 610">Promover a ampliação do período da licença paternidade no setor público e privado.</p> <p data-bbox="516 1230 636 1312">4.5</p> <p data-bbox="516 1317 982 1456">Criar um prêmio de reconhecimento para ações de impacto na primeira infância para órgãos do governo, sociedade civil e iniciativa privada</p>	<p data-bbox="1062 386 1944 1198">Ampliação da licença paternidade regulamentada para servidores da prefeitura municipal de São Paulo e curso sobre Paternidade Responsável lançado. De acordo com a Lei nº 17.200, de 14 de outubro de 2019, regulamentada pelo Decreto nº 59.279, de 12 de março de 2020, os servidores municipais de São Paulo poderão prorrogar a licença-paternidade por 14 (quatorze) dias, além dos 6 (seis) dias estabelecidos por lei, bem como ampliar para 3 meses no caso de criança com deficiência, mediante a participação em programa ou atividade de orientação sobre parentalidade responsável, oferecido ou indicado pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas. Em dezembro de 2020, a Prefeitura de São Paulo lançou o curso “Paternidade Responsável”, ministrado em modalidade EAD pela Escola Municipal de Administração Pública – EMASP. O certificado recebido após a conclusão do curso serve como comprovante a ser utilizado pelo futuro pai para que tenha sua licença-paternidade estendida de acordo com a legislação vigente. O curso foi elaborado no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Prefeitura e a ANDI, com o apoio da Fundação Bernard van Leer e desenvolvido pela organização 4Daddy. O curso envolve informações e conteúdos midiáticos, desde questões básicas de pré-natal, parto e amamentação até puericultura afetiva, igualdade de gênero e diversidade de paternidades contemporâneas. Destina-se a todos os pais e futuros pais, sejam biológicos, adotivos, padrastos, pais socioafetivos, e que vivem ou não com seus filhos e filhas.</p> <p data-bbox="1062 1312 1944 1417">A criação de um prêmio de reconhecimento para ações de impacto na primeira infância para órgãos do governo, sociedade civil e iniciativa privada permanece como um desafio.</p>

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<h1>5.</h1> <p>Tornar o ambiente da cidade mais acolhedor para as crianças de 0 a 6 anos</p>	<h3>5.1</h3> <p><i>Adequar as calçadas e o transporte público para garantir mobilidade segura e acessível para as crianças na primeira infância e seus cuidadores.</i></p>	<p><i>Buscando a melhoria da segurança e da acessibilidade nas calçadas de uso público, em 2020, foi realizada a readequação de 680.835,92 m² de calçadas, incluindo intervenções de remodelação, implantação de piso direcional, rampas de acesso e demais requisitos de acessibilidade para pessoas com deficiência. Em relação ao transporte público, os novos contratos do sistema de ônibus permitirão a reorganização e modernização da frota e de todo o sistema. As mudanças tiveram início um ano após a assinatura, ocorrida em setembro de 2019, e serão realizadas de forma gradativa, levando até três anos para sua conclusão. Devido ao período de pandemia pelo novo coronavírus, as adequações na rede de transporte foram suspensas. Principais destaques alcançados no período mesmo com a pandemia: aumento da cobertura das vias atendidas dos atuais 4.680 km para 5.100 km; ampliação de 10% na capacidade de transporte de passageiros; eliminação da sobreposição de linhas; e redução nos intervalos entre os ônibus. Atualmente, 100% da frota do sistema municipal de ônibus possui acessibilidade, o que auxilia na locomoção das pessoas com deficiência, idosos, crianças e/ou seus cuidadores/as.</i></p>
	<h3>5.2</h3> <p><i>Estimular a criação e revitalização de espaços urbanos, ociosos ou não, tornando-os áreas verdes ou praças com espaços de brincar acessíveis, por meio de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada ou sociedade civil, prevendo mecanismos que garantam sua preservação, a fim de promover a integração família/criança/natureza.</i></p>	<p><i>Em 2020, as ações voltadas para estímulo da criação e revitalização de espaços urbanos, por meio de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada ou sociedade civil, ficaram prejudicadas em função de todo o contexto da pandemia e de isolamento social. Não obstante, o projeto Territórios Educadores, conforme apresentado na estratégia 5.4, atua neste sentido.</i></p>

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<h1>5.</h1> <p>Tornar o ambiente da cidade mais acolhedor para as crianças de 0 a 6 anos</p>	<h3>5.3</h3> <p>Ampliar a oferta de espaços lúdicos e acessíveis, em equipamentos públicos e privados, considerando as especificidades da primeira infância, o princípio do livre brincar e a convivência intergeracional.</p>	<p><i>Implantados pela Secretaria Municipal de Cultura, em 2020, 10 espaços lúdicos e educativos nos distritos prioritários para a primeira infância, que consideram as necessidades e as especificidades das crianças na primeira infância, além da reequipagem de dois equipamentos culturais por meio da aquisição de brinquedos (playgrounds). A partir do mapeamento das Casas de Cultura e de um processo de escuta das comunidades envolvidas, os espaços lúdicos e educativos foram instalados nas seguintes Casas de Cultura: São Rafael, Guaianases, Raul Seixas, M'Boi Mirim, Campo Limpo, Brasilândia, Butantã, Vila Guilherme, Hip Hop Sul. e Hip Hop Leste. Ainda, em 2020 foi licitada a contratação de empresa para reforma de 2 salas da primeira infância na Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato, estando a inauguração prevista para 2021. Foram, ainda, reequipados 2 equipamentos culturais, em 2020, por meio da aquisição de brinquedos (playgrounds) para atender demanda existente nos equipamentos culturais da SMC, voltada para o público infantil de 03 a 08 anos e seus responsáveis. Os playgrounds de madeira foram instalados na Biblioteca Álvares de Azevedo e na Casa de Cultura Chico Science. Importante ressaltar que todos os espaços e equipamentos da educação seguem as diretrizes de acessibilidade conforme informado na estratégia 3.2 do Eixo II.</i></p>
	<h3>5.4</h3> <p>Estimular a criação de territórios educadores com a participação de equipamentos públicos e privados, promovendo parcerias para sua preservação.</p>	<p><i>Desenvolvidos, em 2020, os projetos de segurança viária e das trilhas e estações educadoras para os 10 distritos mais vulneráveis para primeira infância, além da realização de obras de readequação de geometria e requalificação das calçadas nos distritos da Brasilândia e Cidade Tiradentes. Desde o início de 2020, o programa conta com o apoio técnico da parceria realizada com o WRI Brasil, com financiamento da Fundação Bernard van Leer. A implantação ocorrerá de forma gradativa a partir de 2021.</i></p>

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p data-bbox="226 516 340 646">5.</p> <p data-bbox="163 743 449 886">Tornar o ambiente da cidade mais acolhedor para as crianças de 0 a 6 anos</p>	<p data-bbox="516 407 642 483">5.5</p> <p data-bbox="516 505 961 688">Garantir a construção de áreas de lazer para crianças no interior dos novos conjuntos habitacionais, considerando as especificidades da primeira infância.</p>	<p data-bbox="1062 407 1944 678">24 conjuntos habitacionais (5.643 unidades habitacionais) do total de 27 empreendimentos entregues em 2020 contaram com área de lazer infantil devidamente equipada. As restrições quanto ao distanciamento social impostas pela pandemia da Covid-19 impactou na velocidade de execução das atividades com as famílias de pré-ocupação, acarretando em atrasos nas entregas dos empreendimentos, e de certo modo afetou qualitativamente no treinamento e orientações para convívio em condomínios devido às dificuldades de acesso remoto para muitos.</p>

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p>6.</p> <p>Ampliar a participação de gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias/cuidadores em atividades voltadas à primeira infância, que estimulem e favoreçam o desenvolvimento humano</p>	<p>6.1</p> <p>Desenvolver ações durante a Semana do Brincar visando a sensibilização das famílias, dos cuidadores e da sociedade em geral sobre a importância do brincar para o desenvolvimento integral da criança.</p>	<p>Promoção de ações voltadas para o brincar entre os dias 25 e 29 de maio de 2020. Em 2020, a segunda edição da Semana Municipal do Brincar voltou-se principalmente para as áreas da educação e da assistência, não sendo realizada de forma mais ampla em função da situação de emergência do Covid-19. Como ainda era o início da pandemia, os serviços e os recursos virtuais ainda estavam sendo adaptados para o novo contexto de restrições. Não obstante, durante a última semana de maio, a Secretaria Municipal de Educação promoveu atividades especiais dedicadas à temática do brincar na primeira infância, dentro da sua programação virtual voltada tanto aos educandos e suas famílias, quanto aos educadores. As atividades aconteceram de forma remota por meio do Webinar intitulado WebsemanadoBrincar. O evento contou com a participação de especialistas e pesquisadores do campo da educação Infantil e seguiu o seguinte cronograma: 25/05 – Gisela Wasjkop: O que é o Brincar?; 26/05 – Maria Helena Pelizon – Emmi Pikler e a Importância do movimento autônomo no desenvolvimento e aprendizagem de Bebê e crianças; 27/05 – Suely Amaral – O Brincar para as crianças de 4 e 5 anos; 28/05 – Carla Mauch – Arquitetura Infantil: reinventando os espaços em perspectiva inclusiva; 29/05 – Maria Carmem Barbosa – Como, onde e com o que brincar?. Além dos diálogos e reflexões promovidas pelo Webinar, houve importante investimento na produção de materiais, recursos pedagógicos voltados ao fomento de práticas docentes promotoras de desenvolvimento e aprendizagem dos bebês e crianças. Os educadores ainda tiveram acesso a um repositório de vídeos que tinham como objetivo abordar a importância e a potência do brincar para o desenvolvimento infantil, disponível em no Portal: https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/educacao-infantil/semana-do-brincar-2020/. Na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, houve a socialização com todos os SASFs de diversos materiais, como Capacitação – Ministério da Cidadania – Ano 2020 BLOCO II – Divulgação de Guia- Semana Mundial do Brincar – Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Os SASFs oportunizaram remotamente, no período da semana, atividades que reforçaram a importância do brincar e a essência da infância.</p>

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p>6.</p> <p><i>Ampliar a participação de gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias/ cuidadores em atividades voltadas à primeira infância, que estimulem e favoreçam o desenvolvimento humano</i></p>	<p>6.2</p> <p><i>Sensibilizar gestantes, famílias, cuidadores e a comunidade do entorno das crianças de 0 a 6 anos para a utilização e preservação de locais para a primeira infância e para a participação em atividades culturais, esportivas e de lazer.</i></p>	<p><i>Nas ações realizadas nas Semanas do Brincar, em maio, e na da Primeira Infância, em agosto, foram tematizadas a importância da utilização e preservação de locais para a primeira infância e para a participação em atividades culturais, esportivas e de lazer, como forma de sensibilizar a sociedade.</i></p>

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p data-bbox="226 570 352 699">6.</p> <p data-bbox="157 824 501 1114">Ampliar a participação de gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias/cuidadores em atividades voltadas à primeira infância, que estimulem e favoreçam o desenvolvimento humano</p>	<p data-bbox="541 464 674 542">6.3</p> <p data-bbox="541 573 1037 740">Ampliar a oferta de atividades para a primeira infância nos centros culturais, cinemas, teatros, museus, bibliotecas e parques municipais, garantindo acessibilidade.</p>	<p data-bbox="1064 396 1936 1430">Criação de programações culturais on line e do projeto “Biblioteca Online” pela SMC, como forma de manter atividades em funcionamento mesmo no contexto da pandemia. Em 2020, devido ao surto mundial da Covid-19 que resultou no fechamento temporário das bibliotecas e de outros serviços municipais, em março de 2020, como forma de conter a propagação do coronavírus, os projetos presenciais foram interrompidos. O destaque, em 2020, foram as programações culturais online, programações transmitidas nas redes sociais como YouTube, Instagram e Facebook. A Secretaria Municipal de Cultura (SMC) criou o projeto “Bibliotecas Online”, convidando artistas das mais diversas áreas a proporem atividades artísticas em quatro linhas de ação: Apresentações Artísticas, Vivências, Intervenções Artísticas e Livro, Leitura e Literatura. As programações online que ocorreram, trabalharam a difusão literária, desde a primeira infância. Foram selecionados diversos projetos de contações de histórias, misturando música, brincadeiras e literatura, voltada para a primeira infância (crianças de 0 a 6 anos) para compor a programação das bibliotecas municipais. Dentre os projetos da primeira infância, destacamos 232 apresentações. Os funcionários das bibliotecas também realizaram e disponibilizaram programações culturais, desde a primeira infância, em suas redes sociais. Destaca-se os projetos: Abraça Pirituba - contação de histórias (https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/noticias/?p=28253), Contação de Histórias Online (https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/catalogo_eletronico/dicas_de_leitura/index.php?p=27792), Simbá, o marujo (https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/noticias/?p=27854) e Vamos ler com o bebê? (https://www.youtube.com/watch?v=HBk7vxCsJrA&list=PLGaU25Ou-oTgGYzRKfMIQ8annUTVGyOht). A Escola Municipal de Iniciação Artística (EMIA) ofereceu 264 vagas para crianças de 5 e 6 anos, no curso regular de iniciação artística. Como forma de assegurar a continuidade dos processos artístico pedagógicos durante o período de distanciamento social,mposto pela pandemia da Covid-19, ►</p>

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

AVANÇOS E DESAFIOS - 2020

► a EMIA passou a oferecer suas atividades de modo remoto a partir de abril de 2020. De abril a dezembro de 2020 a EMIA ofereceu cerca de 220 aulas online de iniciação artística e disponibilizou 175 propostas de atividades artístico pedagógicas para serem realizadas em casa por meio do seguinte endereço eletrônico: https://emiasp.blogspot.com/search/label/05e06_anos. Essas atividades podem ser realizadas por quaisquer crianças desta faixa etária. A CEA-UMAPAZ também possui programas e atividades que atendem a primeira infância, porém por conta da pandemia por coronavírus, em atendimento às orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Decreto nº 59.283 de 16 de Março de 2020, estas atividades foram paralisadas. Entretanto, a UMAPAZ organizou uma estratégia indireta de contribuir com o fortalecimento desta faixa etária. A UMAPAZ organizou e lançou uma publicação com o nome Escola Sem Paredes em dezembro de 2020, trata-se de um registro de experiência de um projeto que atende crianças de 5 anos por meio de uma parceria com o Colégio Santi, nesta publicação estão descritas as atividades lúdicas de interação com a natureza, e que podem ser replicadas por mães, pais e cuidadores em lugares abertos com as crianças.

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<h1>6.</h1>	<h3>6.4</h3> <p><i>Ampliar a oferta de atividades físicas e modalidades esportivas nos equipamentos públicos para crianças na primeira infância com e sem deficiência.</i></p>	<p><i>A realização e ampliação de atividades físicas orientadas para crianças na primeira infância e para gestantes, em 2020, foi interrompida em função da impossibilidade da realização presencial por causa da pandemia.</i></p>
<p><i>Ampliar a participação de gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias/cuidadores em atividades voltadas à primeira infância, que estimulem e favoreçam o desenvolvimento humano</i></p>	<h3>6.5</h3> <p><i>Ampliar a oferta de atividades físicas orientadas para gestantes.</i></p>	
	<h3>6.6</h3> <p><i>Ampliar a instalação de bibliotecas infantis nas bibliotecas municipais.</i></p>	<p><i>Realização, em 2020, da licitação para implantação de duas salas da primeira infância na Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato. Uma das salas será voltada aos bebês, e a outra a crianças um pouco maiores (até 6 anos). A ideia do projeto foi construída pela equipe técnica da SMC junto com a comunidade e arquitetos do entorno da Biblioteca, especialmente a Associação Amigos da Praça. A licitação ocorreu em 2020 e a entrega será em 2021.</i></p>

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p>6.</p> <p>Ampliar a participação de gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias/cuidadores em atividades voltadas à primeira infância, que estimulem e favoreçam o desenvolvimento humano</p>	<p>6.7</p> <p><i>Implementar iniciativas de estímulo à leitura parental.</i></p>	<p><i>Adaptação de ações da SMC voltadas para o incentivo à leitura parental para o formato on line, com mais de 232 apresentações voltadas para a primeira infância, e continuidade do projeto “Minha Biblioteca” para Educação Infantil, que adquiriu, em 2020, 693.312 exemplares para serem entregues aos bebês e crianças de 0 a 3 anos e 469.474 destinados às crianças de 4 e 5 anos matriculadas na rede municipal. A situação da pandemia da Covid -19 impôs novos desafios relativos à forma como a escola constrói suas relações com os adultos responsáveis por efetivar os cuidados essenciais aos bebês e às crianças. Diante deste cenário, duas estratégias foram implementadas, a primeira se refere ao desenvolvimento das trilhas de aprendizagem para a educação Infantil, que buscou apresentar um conjunto de sugestões de momentos de leitura, brincadeiras e situações de aprendizagem que poderiam ser desenvolvidas com as crianças no período em que elas se encontravam em casa. A abordagem também foi cotidianamente realizada pelos professores de educação infantil que promoveram contações de estórias e formas de interação virtuais que envolviam a família e a criança. Desta forma, as redes sociais e todos os recursos disponibilizados pela escola foram acionados de modo a abordar essa dimensão do cuidado dos bebês e das crianças. A segunda ação complementar se traduziu na compra de 693.312 exemplares a serem entregues aos bebês e crianças de 0 a 3 anos e 469.474 destinados às crianças de 4 e 5 anos. Ao considerarmos ainda a compra destinada aos estudantes do ciclo de alfabetização, no qual estão inseridas as crianças de 6 anos, foram adquiridos 255.336 exemplares. Ainda como iniciativa destinada a ampliar as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento dos bebês por meio da ludicidade e das mediações realizadas pela cultura, a SME realizou a compra de 1.556.408 exemplares para a composição de acervo inicial das Unidades Educacionais de Educação Infantil. Em 2020, as ações de incentivo à leitura para a primeira infância ocorreram por meio das programações culturais online disponibilizadas nas redes sociais das bibliotecas da rede municipal, do projeto “Ebooks gratuito para ler em casa” ►</i></p>

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p data-bbox="226 516 348 646">6.</p> <p data-bbox="142 743 478 1036"><i>Ampliar a participação de gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias/cuidadores em atividades voltadas à primeira infância, que estimulem e favoreçam o desenvolvimento humano</i></p>	<p data-bbox="520 402 646 483">6.9</p> <p data-bbox="520 500 1012 646"><i>Promover a divulgação da agenda cultural e de outras atividades voltadas para gestantes e crianças na primeira infância nos respectivos territórios.</i></p>	<p data-bbox="1058 394 1944 670"><i>Mensalmente, toda a programação cultural das bibliotecas, incluindo as programações voltadas para a primeira infância e gestantes, são divulgadas no site do Sistema Municipal de Bibliotecas (https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/noticias/index.php?p=29265). Também, as 53 bibliotecas de bairro e a Biblioteca Monteiro Lobato mantém suas respectivas, redes sociais e mailings, nos quais divulgam suas atividades para parceiros, público do território, usuários e demais interessados.</i></p>

EIXO II: Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<h1>7.</h1>	<h2>7.1</h2> <p><i>Criar instrumentos legais de regulamentação e fiscalização da publicidade infantil.</i></p>	
<p><i>Restringir a exposição das crianças de 0 a 6 anos à comunicação mercadológica e à pressão consumista</i></p>	<h2>7.2</h2> <p><i>Criar mecanismos de dissuasão (lista de denúncia) e conformidade (selo Primeira Infância) para agentes do campo mercadológico.</i></p>	<p><i>O fortalecimento das ações e articulações com a sociedade civil e setor privado para restringir a exposição das crianças de 0 a 6 anos à comunicação mercadológica e à pressão consumista permanece como um desafio.</i></p>
	<h2>7.3</h2> <p><i>Informar e sensibilizar a sociedade e as famílias sobre os efeitos nocivos da exposição precoce de crianças na primeira infância aos meios de comunicação.</i></p>	

EIXO III: Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p>I.</p> <p>Garantir o acesso aos serviços públicos dispostos neste plano a todas as crianças em situação de vulnerabilidade</p>	<p>II</p> <p>Integrar e estruturar redes de serviços públicos, de acordo com as especificidades territoriais, para gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias, especialmente as que se encontram em situação de rua, violência, extrema pobreza e/ou com deficiência.</p>	<p>Elaborada metodologia para construção de fluxos de alertas, sendo publicados dois fluxos integrados: o de atenção à criança e ao adolescente vítima de violência e de atenção à gravidez na adolescência, além do fortalecimento dos serviços específicos. Os fluxos, construídos no âmbito do Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância, contribuem para a interação e a estruturação de redes de serviços. Além destes, as diversas políticas possuem áreas e serviços destinados aos mais vulneráveis. Na Assistência Social, o Serviço de Assistência Social e Proteção Básica no Domicílio (SASF) realiza o atendimento a gestantes e crianças de 0 a 6 anos, especialmente as que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Assim como o Serviço Especializado em Abordagem Social para Pessoas em Situação de Rua (SEAS) realiza a identificação de gestantes e crianças de 0 a 6 anos em situação de rua para providências imediatas para a inclusão na rede socioassistencial e/ou Sistema de Garantia de Direitos. Destaca-se a rede de serviços socioassistenciais para atendimento às mulheres e seus filhos tais como Centro de Acolhida Especial para Mulheres; Centro de Acolhida Especial para Mulheres Gestantes, mães e bebês e o Centro de Acolhida Especial para Mulher em Situação de Violência. Importante ressaltar o serviço do Centro de Defesa e Convivência da Mulher que oferece proteção e apoio a mulheres em razão da violência doméstica e familiar, causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral. Na Saúde, os Consultórios na Rua atuam como equipes multiprofissionais que desenvolvem ações integrais de saúde frente às necessidades dessa população, que se encontra em condições de extrema vulnerabilidade e com os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados. As atividades são realizadas de forma itinerante e visam ampliar o acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde. As ações são compartilhadas e integradas às UBS, CAPS, serviços de urgência e emergência e de outros pontos de atenção conforme a necessidade. Em 2020, houve ampliação no número de equipes de 19 para 26 equipes. Houve, também, a atualização do documento “Atenção Integral em Saúde para Pessoas em Situação de Rua”, contemplando a Linha de Cuidado e a construção do projeto-lei do Decreto Regulamentadora ►</p>

EIXO III: Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

AVANÇOS E DESAFIOS - 2020

► Lei nº 17.252/2019 – Seção Crianças e Adolescentes em situação de rua. Na Atenção Básica e nos Consultórios na Rua é priorizado o atendimento integral de famílias em situação de rua que possuam crianças e adolescentes com idade entre 0 (zero) e 18 (dezoito) anos, de modo a promover o desenvolvimento físico, motor, cognitivo, psicológico e social dessas crianças, orientando, quando possível, no sentido de fortalecer os vínculos afetivos entre a criança e a família. A SMS, por meio da Rede de Atenção à Saúde, realiza atendimento em urgência/emergência à criança e adolescentes desacompanhados e/ou sem responsáveis, e aciona os familiares e/ou Conselho Tutelar, de acordo com o ECA. A partir de 12 anos de idade, o adolescente tem direito a consulta individualizada, sem acompanhante legal, caso desejem, garantindo o sigilo das informações obtidas durante o atendimento, desde que tenha condições maduras e cognitivas de entender as orientações recebidas e resguardadas as situações previstas em lei e aquelas que caracterizam risco de vida ao adolescente. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, tratamento cruel ou degradante, trabalho infantil, de maus-tratos de violência exploração ou abuso sexual contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar, e/ou se necessário à Vara da Infância e Juventude e ao Ministério Público, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Na educação, o NAAPA é uma área cujo atendimento visa assegurar os direitos fundamentais e o cuidado integral dos bebês, crianças e adolescentes, de modo a possibilitar o acesso e a permanência na Unidade Educacional, e tem as seguintes atribuições: a) Realizar atendimento itinerante nas UEs mediante a solicitação da equipe gestora da UE, supervisão escolar, DRE ou do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA; b) Apoiar e acompanhar as equipes gestoras e docentes no desenvolvimento de estratégias, recursos e práticas pedagógicas que contemplem as necessidades específicas dos estudantes; c) Promover a articulação entre Educação, Saúde, Conselho Tutelar, Assistência e Desenvolvimento Social, sociedade civil e SGDCA, considerando as

necessidades locais, as especificidades das UEs e o relatório descritivo apresentado ao NAAPA; d) Auxiliar a equipe gestora e docentes na avaliação do processo de desenvolvimento pedagógico e educacional; e) Organizar estudos das situações encaminhadas ao NAAPA, de modo a envolver as equipes gestora, docente e, se necessário, profissionais da Saúde, Conselho Tutelar, Assistência e Desenvolvimento Social, famílias ou responsáveis, sociedade civil e o SGDCA; f) Elaborar em conjunto com as equipes gestora e docente, o Plano de Acompanhamento Multidisciplinar da Escolarização – PAME, com o objetivo registrar e nortear as ações de apoio e acompanhamento ao estudante; g) Registrar os procedimentos e ações realizadas pelo NAAPA, de modo a permitir o monitoramento, avaliação e qualificação dos trabalhos desenvolvidos; h) Orientar as ações de apoio pedagógico domiciliar, auxiliando as equipes gestora e docentes no acompanhamento das aprendizagens de estudantes que, em razão das suas condições de saúde física, mental e de tratamento de saúde, apresentam frequência escolar irregular, resultando em prejuízos significativos para o processo de escolarização; i) Contribuir com os processos formativos das equipes gestora e docente por meio da realização de grupos de trabalho e diálogo nos espaços coletivos da UE; Há um compromisso permanente das equipes no desenvolvimento de atividades que promovam o fortalecimento da articulação entre a Unidade Educacional e os serviços da Rede de Proteção do território de modo que sejam ampliadas as condições de cuidado e proteção de todos os bebês e crianças matriculados na RME. O atendimento às situações apresentadas ao NAAPA pela UE são atendidas por meio do trabalho itinerante, da realização de grupos de trabalhos que reúnem coletivos de diferentes UEs, Grupos focais em que são discutidos temas específicos e que necessitam de maior espaço de reflexão, reuniões compartilhadas por diferentes setores da SME/DRE e ainda por meio das reuniões que envolvem diferentes serviços da rede de Proteção. Representantes de todas estas áreas estiveram envolvidas no processo de elaboração do Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância.

EIXO III: Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p>I.</p> <p>Garantir o acesso aos serviços públicos dispostos neste plano a todas as crianças em situação de vulnerabilidade</p>	<p>1.2</p> <p><i>Criar e implementar protocolos territoriais de atuação em rede, que envolvam a comunidade, para a realização da busca ativa de gestantes e crianças que não acessam os serviços públicos.</i></p>	<p><i>Como estratégia intersetorial para atuação em rede, foram desenvolvidos vários instrumentos no âmbito do Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância para o fortalecimento da atuação em rede e da realização da busca ativa de gestantes e crianças, houve, ainda, a implantação do apoio pedagógico domiciliar no âmbito da educação e o reforço da busca ativa na saúde para os recém nascidos que não concluíram o diagnóstico audiológico. No âmbito do protocolo, enquanto o instrumento da Jornada de Ofertas Básicas apresenta, de forma clara e sintética os principais serviços, projetos, programas e benefícios disponíveis para gestantes e crianças na primeiríssima infância, o instrumento da Integração para Acesso fornece um roteiro básico para a identificação de lacunas no acesso, utilizando-se das oportunidades no atendimento em qualquer um dos serviços da prefeitura nas áreas da educação, saúde e assistência social. Os fluxos de alerta são instrumentos que estabelecem fluxos intersetoriais e padronizados de modo a realizar os encaminhamentos de possíveis situações de alerta, articulando os diferentes serviços, programas e benefícios das secretarias municipais, com referência e contrarreferência. O Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância previu atribuições à rede socioassistencial, sobretudo aos Serviços de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio (SASF) e aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) na orientação e encaminhamento das famílias atendidas para os serviços de saúde, educação e outras políticas públicas, priorizando gestantes e crianças de 0 a 3 anos. Em março de 2020, a SME publicou a Instrução Normativa 2 que estabelece regras para implantação do apoio pedagógico domiciliar que poderá se configurar como importante estratégia de acompanhamento das adolescentes matriculadas em Unidades Educacionais da RME que vivam a experiência da gravidez.</i></p>

EIXO III: Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p>I.</p>	<p>1.3</p> <p>Capacitar 100% das equipes de atendimento direto e abordagem para atuarem de acordo com os protocolos de busca ativa e atendimento da população na primeira infância e suas famílias.</p>	<p>Em 2020, os novos profissionais contratados para compor as equipes dos Serviços de Assistência Social e Proteção Básica no Domicílio (SASF) foram capacitados remotamente para atuar no Programa Primeira Infância do SUAS.</p>
<p>Garantir o acesso aos serviços públicos dispostos neste plano a todas as crianças em situação de vulnerabilidade</p>	<p>1.4</p> <p>Garantir o acesso aos serviços da rede pública a todas as crianças independentemente de apresentarem registro civil, com atenção especial para imigrantes, refugiados, comunidades e povos tradicionais, crianças em situação de rua e crianças, crianças com deficiência.</p>	<p>Acesso a todas as crianças, independentemente da apresentação do registro civil, aos serviços da rede socioassistencial e orientações sobre direitos. Crianças e familiares que se encontram sem documentação são direcionados aos CRAS para as orientações, solicitação de segunda via do registro civil, e encaminhamentos aos órgãos/serviços competentes nas situações de imigrantes, refugiados e povos indígenas. Durante a pandemia, os CRAS permaneceram abertos das 8 às 18hs, orientando os/as usuários/as sobre as possibilidades disponíveis de atendimento remoto (SPI56, Consulta Cidadão, telefone, e-mail institucional, entre outras). O atendimento presencial ocorreu após identificada a necessidade no teleatendimento ou após agendamento para inscrição/atualização no CadÚnico ou ainda para atendimento em função da necessidade decorrente de violação de direitos ou agravamento da vulnerabilidade social. Importante ressaltar também a existência do Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante (CRAI), da SMDHC, que oferta apoio especializado e multilíngue para imigrantes, inclusive crianças e seus familiares, com foco em orientações sobre regularização migratória e acesso a direitos sociais, orientação jurídica e de serviço social, bem como encaminhamento de denúncias de violações de direitos humanos.</p>

EIXO III: Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<h1>2.</h1>	<h2>2.1</h2> <p>Ampliar o serviço de acolhimento conjunto qualificado.</p>	<p>Continuidade de serviços específicos para atendimento às mulheres e seus filhos, tais como Centro de Acolhida Especial para Mulheres e Mulheres Gestantes; e o Centro de Acolhida Especial para Mulher em Situação de Violência. Ressalta-se ainda a importância do serviço do Centro de Defesa e Convivência da Mulher. São desafios para o acolhimento institucional a garantia do processo de construção de autonomia das mulheres (mulheres em situação de violência; mulheres em situação de rua e extrema pobreza; mulheres com deficiência e/ou que apresentam quadros de saúde mental; e mulheres que fazem uso de substâncias psicoativas), além da não separação das mães e seus filhos, tendo como objetivo a preservação dos vínculos afetivos. A partir do acolhimento institucional articula-se o trabalho técnico junto às demais políticas públicas no sentido de fortalecer vínculos, cuidados e saúde da mãe e seus filhos. Em 2020, capacitações foram realizadas sobre a temática da primeira infância por meio do Espaço Público do Aprender Social (ESPASO/SMADS). Notou-se, em 2020, um número maior de desligamentos nos serviços de acolhimento de mulheres com filhos, por solicitação própria, o que pode estar associado ao auxílio emergencial, que teve um valor mais significativo para mulheres com filhos (R\$ 1.200,00), o que pode ter colaborado para que conseguissem se organizar financeiramente de outras formas, como o aluguel de um local para moradia, ou até mesmo o retorno à convivência familiar.</p>
<p>Garantir o acolhimento conjunto qualificado a todas as mulheres gestantes ou com filhos(as) na primeira infância em situação de rua ou vítimas de violência doméstica</p>	<h2>2.2</h2> <p>Capacitar 100% das equipes de acolhimento conjunto para a promoção do desenvolvimento na primeira infância.</p>	

EIXO III: Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

METAS

Três serviços de acolhimento familiar na cidade de São Paulo em funcionamento em 2020, com capacidade de 90 vagas, com atendimento prioritário para crianças de até 6 anos. Ao final de 2020, havia 47 famílias habilitadas para o acolhimento de crianças.

ESTRATÉGIAS

AVANÇOS E DESAFIOS - 2020

3.

3.1

Ampliar serviços de acolhimento familiar.

Três parcerias vigentes para execução do Serviço de Acolhimento Familiar – Modalidade Família Acolhedora, cada um com capacidade para 30 crianças, nas macrorregiões Sul, Norte e Centro. O Família Acolhedora é um serviço referenciado na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, executado por organizações da sociedade civil, que organiza o acolhimento, em residências de famílias acolhedoras cadastradas, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para adoção. Propicia o atendimento em ambiente familiar, garantindo atenção individualizada e convivência comunitária, permitindo a continuidade da socialização da criança/adolescente.

Garantir acesso aos serviços de acolhimento familiar para 100% das crianças de 0 a 6 anos, que tenham perfil para esse serviço

3.2

Criar e implementar o serviço de acolhimento familiar emergencial para situações que requeram um acolhimento imediato e de curta duração.

Todos os serviços de acolhimento já possuem caráter emergencial, provisório e excepcional, conforme preconiza o ECA.

3.3

Criar e implementar o programa família guardiã, oferecendo subsídios para que crianças que tenham seus direitos ameaçados ou violados possam permanecer nas famílias extensas, sem a necessidade da medida do acolhimento.

O Programa Família Guardiã foi substituído pelo Serviço Família Acolhedora por meio da regulamentação da Lei 16.691, de 13 de julho de 2017. A referida legislação remete a tipificação Nacional, no que tange às diretrizes do serviço, como também contempla no parágrafo único a "Guarda Subsidiada" que possibilita a crianças e adolescentes o fortalecimento de vínculos com a família de origem ou a família extensa.

EIXO III: Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p data-bbox="218 516 338 643">4.</p> <p data-bbox="155 743 443 846">Promover uma cultura de paz e não violência contra a criança</p>	<p data-bbox="516 483 625 558">4.1</p> <p data-bbox="520 581 1010 683">Aprimorar o sistema de notificação de violência contra a criança, incluindo a criação de um canal de denúncias.</p>	<p data-bbox="1062 410 1940 919">Canal para denúncias de violência contra criança e adolescente criado no portal SPI56, da prefeitura de SP e atualização de informações sobre localização e contato dos conselhos tutelares. Durante a pandemia a Ouvidoria Municipal de Direitos Humanos abriu um canal exclusivo para recebimento de denúncias de violências contra crianças e adolescentes por meio do SP 156. A ligação é anônima e a denúncia é analisada e encaminhada para órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, que solicitam os atendimentos e ações cabíveis conforme cada caso. O canal também está capacitado para receber denúncias feitas pelas próprias crianças e adolescentes. Houve, ainda, a atualização dos endereços e contatos dos 52 Conselhos tutelares da Capital junto a Central do Disque 100 assegurando o correto encaminhamento de denúncias de violência contra crianças e adolescentes no âmbito do Município de São Paulo e a elaboração do Mapa Georreferenciado de Abrangência dos Conselhos Tutelares, e sua disponibilização no site da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania para consulta pública e identificação do conselho tutelar competente.</p>

EIXO III: Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p>4.</p> <p>Promover uma cultura de paz e não violência contra a criança</p>	<p>4.2</p> <p>Garantir o encaminhamento de todas as denúncias de violência contra a criança recebidas.</p>	<p><i>Criação de fluxo específico para denúncia de violência contra a criança e o adolescente dentro do Fluxo Integrado de Atenção à Criança e ao Adolescente Vítima de Violência, sendo que todas as denúncias passam por análise preliminar da Ouvidoria de Direitos Humanos (ODH) e são encaminhadas ao Conselho Tutelar responsável, caso tenham as informações necessárias. As situações de violência são identificadas a partir de diferentes portas da rede de proteção intersetorial e, ainda, por meio de denúncia, sistema de justiça e conselhos tutelares. Os profissionais envolvidos no sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente devem primar pela não revitimização da criança ou adolescente e dar preferência à abordagem de questionamentos mínimos e estritamente necessários ao atendimento, conforme parâmetros da escuta especializada, definidos na Lei Federal nº 13.431, de 04 de abril de 2017. Nos casos em que o Centro de Assistência Social (CRAS) identifica a situação de violência realiza-se a acolhida e a escuta da situação, o estudo social das vulnerabilidades e posteriormente o encaminhamento do caso para acompanhamento e atendimento no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e para os demais atores do sistema de garantia de direitos. Por sua vez, o CREAS, por meio do PAEFI, recebe denúncias de violência contra crianças e adolescentes procedentes do Disque 100 (Secretaria Nacional de Direitos Humanos), MPSP por meio da Promotoria, Defensoria Pública, Conselho Tutelar e anônimas. O Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico, serviço vinculado ao CREAS, com a finalidade de assegurar atendimento especializado para apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. O Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência oferece um conjunto de procedimentos técnicos especializados por meio do atendimento; psicossocial na perspectiva da interdisciplinaridade e articulação intersetorial, para atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de violência doméstica, abuso ou exploração sexual, bem como aos seus familiares e, quando possível, ao agressor, proporcionando-lhes condições para o fortalecimento da auto-estima, superação da situação de violação de direitos e reparação da violência vivida. Estes serviços operam ►</i></p>

EIXO III: Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

AVANÇOS E DESAFIOS - 2020

► a referência e a contrarreferência com a rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial e com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares, outras Organizações de Defesa de Direitos e demais políticas públicas, no intuito de estruturar uma rede efetiva de proteção social. Em junho de 2020, a SME publicou a Instrução Normativa nº 20, com texto retificado pela IN nº 21 de julho do mesmo ano, que busca orientar a todos os servidores da RME sobre os procedimentos a serem adotados nos casos de suspeita ou confirmação de casos de violências praticadas contra Bebês e crianças matriculadas na RME. Ao longo do ano, o tema foi discutido com os educadores da rede e as atividades contaram com a participação da assessoria especializada. Outra importante frente de enfrentamento a violência se desenvolveu a partir do site do NAAPA em que foram publicados materiais voltados a autoproteção e ao reconhecimento das diversas formas de violência. O Site esteve no ar por 8 meses e recebeu cerca de 80 mil acessos, o que permitiu um importante diálogo com a rede sobre a temática. O percurso realizado nos diálogos com a rede permitiu a conclusão do texto Conhecer para Proteger – Enfrentando a violência contra bebês, crianças e adolescentes publicado em fevereiro de 2021. Dentre as ações consideradas prioritárias neste momento da pandemia do Covid-19 pela SMS está o funcionamento dos Núcleos de Prevenção à Violência (NPV) que continuaram com as atividades relacionadas ao atendimento de casos de suspeita ou confirmação de vítimas de violência. Instituiu-se o monitoramento de todos os casos que já estavam em acompanhamento através de contato telefônico e/ou de visita domiciliar. Aos casos novos, os NPV têm seguido o fluxo de atendimento e cuidado em rede: acolhendo, orientando e encaminhando para a rede de cuidados.

EIXO III: Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<h1>4.</h1>	<h3>4.3</h3> <p><i>Promover, anualmente, campanhas de promoção da cultura da não violência familiar e contra crianças.</i></p>	<p><i>Realização de campanha direcionada às famílias e cuidadores, com o objetivo de sensibilizar os adultos em relação às vulnerabilidades de crianças e adolescentes que podem surgir ou se agravar na situação de confinamento, bem como ações de capacitação, cursos e premiações relacionadas aos Direitos Humanos. O primeiro semestre de 2020, exigiu ações imediatas para o enfrentamento do impacto da emergência sanitária nas situações de violência contra crianças e adolescentes, em especial nos ambientes domésticos, uma vez que as escolas como espaço de proteção social passaram a atuar de forma remota. Como estratégia de proteção, foi traduzida e adaptada uma campanha internacional direcionada às famílias e cuidadores, com o objetivo de sensibilizar os adultos em relação às vulnerabilidades de crianças e adolescentes que podem surgir ou se agravar na situação de confinamento. A campanha foi veiculada em diversas mídias sociais dos serviços públicos e também distribuída conjuntamente com cestas básicas para famílias mais vulneráveis participantes de programas sociais. Paralelamente à veiculação da campanha, em maio de 2020, foi criado um canal exclusivo para denúncias de violência contra crianças e adolescentes articulado à Ouvidoria Municipal de Direitos Humanos. Em 2020, a SME, por meio da COCEU, realizou ações formativas para as Comissões de Mediação de Conflitos por meio do Projeto “Respeitar é Preciso!” Tendo em vista a pandemia decorrente do novo Coronavírus, foram oferecidas duas ações formativas na modalidade à distância, para as quais foram previstas 1.300 vagas, mas que tiveram quase 20 mil educadores inscritos, demonstrando o grande interesse da RME para questões relativas às mais diversas vertentes da Educação em Direitos Humanos. As Comissões de Mediação de Conflitos nas Unidades Educacionais objetivam atuar na prevenção e na resolução de conflitos escolares que prejudiquem o processo educativo e têm o objetivo de favorecer e estimular o diálogo entre as partes envolvidas ►</i></p>
<p>Promover uma cultura de paz e não violência contra a criança</p>	<h3>4.4</h3> <p><i>Elaborar e veicular material informativo para pais e cuidadores com foco em estratégias para a educação não violenta.</i></p>	<p><i>Realização de campanha direcionada às famílias e cuidadores, com o objetivo de sensibilizar os adultos em relação às vulnerabilidades de crianças e adolescentes que podem surgir ou se agravar na situação de confinamento, bem como ações de capacitação, cursos e premiações relacionadas aos Direitos Humanos. O primeiro semestre de 2020, exigiu ações imediatas para o enfrentamento do impacto da emergência sanitária nas situações de violência contra crianças e adolescentes, em especial nos ambientes domésticos, uma vez que as escolas como espaço de proteção social passaram a atuar de forma remota. Como estratégia de proteção, foi traduzida e adaptada uma campanha internacional direcionada às famílias e cuidadores, com o objetivo de sensibilizar os adultos em relação às vulnerabilidades de crianças e adolescentes que podem surgir ou se agravar na situação de confinamento. A campanha foi veiculada em diversas mídias sociais dos serviços públicos e também distribuída conjuntamente com cestas básicas para famílias mais vulneráveis participantes de programas sociais. Paralelamente à veiculação da campanha, em maio de 2020, foi criado um canal exclusivo para denúncias de violência contra crianças e adolescentes articulado à Ouvidoria Municipal de Direitos Humanos. Em 2020, a SME, por meio da COCEU, realizou ações formativas para as Comissões de Mediação de Conflitos por meio do Projeto “Respeitar é Preciso!” Tendo em vista a pandemia decorrente do novo Coronavírus, foram oferecidas duas ações formativas na modalidade à distância, para as quais foram previstas 1.300 vagas, mas que tiveram quase 20 mil educadores inscritos, demonstrando o grande interesse da RME para questões relativas às mais diversas vertentes da Educação em Direitos Humanos. As Comissões de Mediação de Conflitos nas Unidades Educacionais objetivam atuar na prevenção e na resolução de conflitos escolares que prejudiquem o processo educativo e têm o objetivo de favorecer e estimular o diálogo entre as partes envolvidas ►</i></p>

EIXO III: Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

AVANÇOS E DESAFIOS - 2020

► em conflitos, bem como promover a articulação com pais/responsáveis, comunidade escolar, lideranças comunitárias para que em seus territórios/ espaços encontrem soluções que minimizem os conflitos, potencializando o autoconhecimento, a aprendizagem e a melhor convivência entre todos e todas. Neste sentido, no que tange à atuação das CMCs no espaço escolar, faz-se importante saber que uma de suas premissas é a compreensão de que os conflitos são inerentes às nossas relações. Para tanto, faz-se de extrema relevância e necessidade a abertura de espaços de reflexões e construções coletivas para que toda a escola possa se reconhecer como mediadora de conflitos por meio do exercício da empatia, da comunicação não violenta, da promoção da cultura de paz, aprendendo a lidar com os conflitos de maneira crítica, reflexiva e transformadora, compreendendo que as CMCs atuam de forma preventiva aos conflitos que prejudicam o processo de ensino e aprendizagem. As CMCs têm como atribuições mediar conflitos ocorridos no interior da Unidade Educacional que envolvam educandos(as) e Profissionais da Educação, identificar as causas das diferentes formas de violência no âmbito escolar, identificar as áreas que apresentem risco de violência na Unidade Educacional, bem como orientar a comunidade escolar por meio da mediação independente e imparcial, sugerindo medidas para a resolução dos conflitos, além de apresentar soluções e encaminhamentos à Equipe Gestora da Unidade Educacional para equacionamento dos problemas enfrentados. Diante do exposto, as CMCs devem contribuir para mostrar a existência de alternativas não violentas para a resolução dos conflitos; compreender, valorizar e respeitar a diversidade cultural, tornando a convivência escolar pautada na ética e no respeito; promover e fortalecer o protagonismo infantil e juvenil; fortalecer a gestão democrática participativa e a construção da cidadania; reduzir as formas de violência no ambiente escolar, contribuindo para a melhoria das relações e potencializar as aprendi-

zagens na Educação Básica. Ademais, a mediação de conflitos aliada à Educação em Direitos Humanos devem permear os saberes das diversas áreas do conhecimento, democratizando, desta forma, as condições de acesso, permanência e sucesso no processo de ensino e aprendizagem, fomentando a consciência social crítica, tendo como princípio o respeito à diversidade e aos conceitos de sustentabilidade, propiciando, assim, o desenvolvimento integral do estudante e a consequente melhoria das relações e das aprendizagens. Sendo assim, tendo em vista potencializar a atuação das CMCs, bem como a Educação em Direitos Humanos em seu largo espectro de temas nas Unidades Educacionais, considerando a forma com que se expressam dentro das múltiplas linguagens e possibilidades, estes devem permear toda a construção, execução e (re)planejamento do Projeto Político Pedagógico de cada unidade, uma vez que trata-se de um documento que apresenta a essência e especificidades de cada território, devendo-se articular os temas tangentes à Educação em Direitos Humanos ao processo de ensino e aprendizagem, ressaltando o impacto do trabalho neste processo. Para tanto, o Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada Unidade Educacional deve propiciar que a escola seja um espaço social privilegiado para a construção de iniciativas para a reflexão sobre as desigualdades, as violências do cotidiano, os desafios do convívio, a xenofobia, as manifestações racistas, a LGBTfobia e as diversas formas de discriminação, tendo em vista uma gestão participativa e democrática. Além disso, o PPP deve abarcar o fortalecimento da rede de proteção social e garantia da dignidade e igualdade de oportunidades, considerando, para tanto, os eixos norteadores do Currículo da Cidade: igualdade, equidade e educação inclusiva. No que se refere ao Projeto “Respeitar é Preciso!”, finalizado em setembro de 2020, disseminar a cultura de Educação em Direitos Humanos nas Unidades Educacionais, por meio da adoção do respeito mútuo e do respeito à diversidade em ►

EIXO III: Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

AVANÇOS E DESAFIOS - 2020

► seu cotidiano, propiciando, desta forma, o autoconhecimento e a consequente melhoria das aprendizagens por meio de: gestão democrática e participativa, exercício ativo de cidadania, promoção da saúde e do bem estar físico, mental e social nas perspectivas da Equidade, da Educação Inclusiva e Integral, conforme estabelecido pelos eixos norteadores presentes no Currículo da Cidade, assim como da cultura de paz e não violência. O projeto foi, especialmente, voltado para a formação dos educadores que compõem os grupos de Mediação de Conflitos das Diretorias Regionais de Educação e as Comissões de Mediação de Conflitos das Unidades Educacionais, pautadas nas diretrizes da SME. Para 2021, a SME, por meio da COCEU, está no processo de construção de edital de chamamento público com ações formativas sobre Educação em Direitos Humanos, prevendo: a) Formação sobre o convívio nos novos tempos após retorno das aulas; b) Formação sobre Educação em Direitos Humanos a ser oferecida para todos os educadores da RME; c) Formação para subsidiar e fortalecer as ações da Mediação de Conflitos nas atribuições das Comissões de Mediação de Conflitos; d) Formação sobre a importância de participação ativa no contexto escolar, tendo em vista o Grêmio Estudantil e as instâncias de participação democrática; e) Eventos formativos integradores, como Seminários Regionais e Grandes Encontros, envolvendo todas as Comissões de Mediação de Conflitos; f) Ações formativas com vistas a construir práticas positivas para fortalecer as atividades dos 04 Centros de Educação em Direitos Humanos, a saber: CEU Casa Blanca – DRE Campo Limpo; CEU São Rafael – DRE São Mateus; CEU Jardim Paulistano – DRE Freguesia Brasilândia; CEU Pêra Marmelo – DRE Pirituba Jaraguá. g) Conteúdos sobre Educação em Direitos Humanos e práticas de fortalecimento de gestão democrática divulgadas em ambientes virtuais para comunicação em Rede. Capacitação anjos de carnaval: O curso busca lançar um olhar sobre a rede de atendimento na área de direitos humanos, bem como sobre os dispositivos legais que regulamentam a ação

dos agentes públicos em situações de violações de direitos nas situações que se apresentarem durante o Carnaval de 2020. Para tanto, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania por meio de parceria com o Ministério Público do Estado de São Paulo e a Catraca Livre promoveu encontro entre voluntários e especialistas nas temáticas citadas. Participaram dos encontros a Coordenação de Mulheres, Comissão da Mulher Advogada, Coordenação de Promoção da Igualdade Racial, Coordenação de Políticas para Criança e Adolescente, Divisão de Localização Familiar e Desaparecidos, Coordenação de Políticas para a População em Situação de Rua, Coordenação de Políticas para LGBTI, Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente, Coordenação de Políticas para Juventude, Coordenação de Álcool e Drogas e palestra sobre o tema Masculinidades.

• Realização de dois cursos voltados aos servidores públicos: Introdução aos Direitos Humanos e Desvendando o Arco Iris: mitos e realidades. Dentre os público participante, contava com professores da rede municipal de ensino. Além disso, por meio da publicação Espalha EDH, foram divulgados projetos de educação em direitos humanos que aconteceram em escolas de ensino infantil.

• Premiação do Selo Direitos Humanos: 3 projetos contemplam a Primeira Infância (ADHPS – tratamento de crianças com Câncer, Associação Maria Helen Drexel, acolhimento institucional e Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (IMESC), promovendo a facilitação do acesso à Justiça pela universalização da coleta de material biológico para exames de DNA por intermédio do IMESC e TJSP (CEJUSCs).

• ECA 30 anos: No dia 13 de julho de 2020, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou 30 anos de proteção aos direitos da criança e adolescente, tornando-se um marco histórico no Brasil. A comemoração “ECA 30 anos” buscou promover a preservação e o fortalecimento das legislações, políticas públicas e ações presentes no município, bem como incentivar a sociedade civil a participar, por meio da construção de um ►

EIXO III: Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

AVANÇOS E DESAFIOS - 2020

► espaço mais democrático e digno às crianças e adolescentes no município. Nesse sentido, a SMDHC desenvolveu as seguinte programação: Elaboração e divulgação do Vídeo lúdico “30 anos do ECA”; gravação do Podcast “ Acontece em SP : 30 anos do ECA”, série de Webinars com as temáticas: 30 anos do ECA: avanços e desafios; Estratégias para romper o ciclo da exploração do trabalho infantil e violência sexual; Primeira infância e direito à convivência familiar e comunitária; Garantia de direitos e inclusão em tempos de Covid-19. Foi realizada ainda um live com o cantor Toquinho; e Vídeo artístico – Hope in frame: 30 anos do ECA.

• Gravação de vídeos informativos no período de Carnaval orientando sobre possíveis violações de direitos de crianças e encaminhamentos necessários. Curso de formação para professores do ensino infantil sobre racismo desenvolvidos no âmbito da Coordenação de Igualdade Racial. Houve a realização de ações articuladas com as comissões municipais e demais coordenações da SMDHC tais como palestras em escolas sobre “Direitos Humanos na Infância”. Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos, a partir do qual são selecionados projetos voltados para Educação em Direitos Humanos em quatro categorias distintas: Unidade Escolar, Professor, Aluno e Grêmios Estudantis. Há várias outras iniciativas voltadas para a promoção da cultura da não violência familiar e contra as crianças citadas em outras estratégias, o estabelecimento de uma campanha anual permanece como um desafio para os próximos anos. No âmbito da violência sexual, a CMESCA foi instituída por meio do Decreto nº 48.358, de 17/05/2007, alterada pelo Decreto nº 57.992, de 23 de Novembro de 2017 e pela portaria 22/SMADS/2019, de 20 de maio de 2019, e está sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS. Como órgão de caráter consultivo e propositivo tem como uma de suas atribuições participar de mobilizações e articulações junto aos setores do governo e da sociedade acerca da problemática da violência e exploração sexual de crianças

e adolescentes, bem como interagir com os diversos programas setoriais de órgãos ou entidades executores de políticas públicas que tratem das questões das crianças, dos adolescentes e de suas famílias. No âmbito desta comissão, o Grupo de Trabalho 18 de maio: Dia Nacional de Combate ao abuso e exploração sexual infantil - fomenta discussões e planeja a realização de eventos online por meio dos serviços da rede socioassistencial direta e indireta.

EIXO III: Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<h1>5.</h1>	<h3>5.1</h3> <p>Acionar a rede de proteção antes da alta da maternidade para as mulheres em situação de vulnerabilidade, particularmente as que se encontram em situação de rua, são usuárias de drogas ou respondem a processo criminal ou ato infracional.</p>	<p>Em 2020 houve ampliação no número de equipes de 19 para 26 equipes de consultoria na rua, tendo sido solicitado o credenciamento das equipes junto ao Ministério da Saúde. A SMS e a SMADS atuam em parceria para assegurar a gestão de alta responsável à puérpera e seus bebês ao Centro de Acolhida vinculado à SMADS que comporte mãe, bebê, outros filhos e, se o caso, seu/sua companheiro/a por meio do estabelecimento de protocolo conjunto. A SMS, por meio da Rede de Atenção à Saúde, garante o atendimento ao pré-natal, parto, puerpério e puericultura com orientações e assistência em saúde, considerando as condições e vulnerabilidades específicas das famílias em situação de rua. A Atenção Básica, por meio dos Consultórios na Rua, realiza abordagem, atendimento médico e multiprofissional e acompanha as gestantes, parto e puerpério, inserindo-a no Programa Mãe Paulistana/Rede Cegonha para realização do pré-natal, ofertando assistência em saúde, tendo em vista as individualidades e particularidades de cada mulher em situação de rua.</p>
<p>Garantir atendimento especializado e individualizado a todas as mães e gestantes em situação de rua, dependentes químicas ou respondendo por processo criminal ou ato infracional</p>	<h3>5.2</h3> <p>Garantir que mães e gestantes em prisão domiciliar tenham plano individualizado de acompanhamento.</p>	<p>A implementação de ações para garantir que mães e gestantes em prisão domiciliar tenham plano individualizado de acompanhamento envolve outras instâncias permanece um desafio para a Prefeitura.</p>

EIXO III: Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p>5.</p> <p>Garantir atendimento especializado e individualizado a todas as mães e gestantes em situação de rua, dependentes químicas ou respondendo por processo criminal ou ato infracional</p>	<p>5.3</p> <p><i>Garantir atendimento e acompanhamento às adolescentes (gestantes e mães) que cumprem medidas socioeducativas de liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade.</i></p>	<p><i>Continuidade no atendimento e acompanhamento de adolescentes (gestantes e mães) em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade realizada pelo Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (SMSE-MA). Houve, ainda, a publicação do documento “Diretrizes Intersectoriais para Garantia de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, Prevenção e Atenção Integral à Gravidez de Adolescentes no Município de São Paulo”. No âmbito dos serviços de medidas socioeducativas de liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade, as adolescentes são acompanhadas pelo serviço e são orientadas sobre a importância do acompanhamento pré-natal, orientações para a construção/reformulação do projeto de vida, verificação se o atendimento pela Saúde está acontecendo mensalmente, realização de encaminhamento às unidades de saúde, discussão de caso com os profissionais da Saúde. De acordo com as condições de saúde da adolescente, o técnico, mediante relatório médico, pode solicitar a suspensão do cumprimento da prestação de serviços à comunidade (PSC) em razão dos riscos. Para além das orientações e sensibilização em relação ao acompanhamento pré-natal de forma referenciada na rede de saúde, foram definidas ações de contingência e proteção para o cumprimento de medida socioeducativa (Portaria 33/SMADS/2020). As Diretrizes Intersectoriais foram construídas em parceria com Plan International, Instituto Kaplan, Ecos Comunicação em Sexualidade e Associação Santa Fé, no âmbito da Plataforma dos Centros Urbanos (2017-2020), iniciativa do Unicef pela redução das desigualdades e garantia dos direitos de meninas e meninos que vivem na cidade. Tratar a gravidez na adolescência numa perspectiva preventiva e de atenção integral à menina e ao menino adolescente proporciona a estes sujeitos o exercício da vida sexual e reprodutiva baseado em valores e comportamentos mais autônomos, bem como em tomadas de decisão mais responsáveis, além da construção de projetos de vida a longo prazo. Também favorece que a gestante adolescente tenha uma gravidez saudável e uma rede de cuidado e proteção com ela e o bebê, garantindo apoio a suas necessidades psicossociais, como a permanência na escola, o apoio da comunidade, da família e do adolescente pai.</i></p>

EIXO III: Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
6. Garantir que todas as crianças tenham registro civil	6.1 Garantir que todas as maternidades ofereçam o registro de nascimento.	Em 2020 pelo menos 42,9% das maternidades SUS tiveram contrato com a presença de cartório, entretanto esse número foi reduzido para 25,8%, durante a pandemia.
	6.2 Garantir que todos os cartórios de registro civil forneçam informação para o registro de filhos nascidos em casas de parto.	As casas de parto do município de São Paulo entregam aos pais a declaração de nascido vivo – DNV, documento de identidade provisória, com o qual é possível a emissão da certidão de nascimento por um cartório, e o acesso a serviços públicos até que o registro civil seja expedido.
	6.3 Ampliar a dupla filiação nas certidões de nascimento.	Ações específicas da prefeitura para a ampliação da dupla filiação nas certidões de nascimento permanecem como um desafio para os próximos anos.

EIXO III: Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<h1>7.</h1>	<h2>7.1</h2> <p>Promover maior integração das políticas públicas e das ações do Sistema de Justiça.</p>	<p>Realização de atividades formativas com os/las conselheiros tutelares ao longo de 2020 e elaboração de curso EAD. Em janeiro de 2020, após a posse dos/las novos/las conselheiros/las eleitos/las para a gestão 2020 - 2024, foi realizada formação inicial, pelo SENAC, de acordo com as diretrizes previstas na Resolução nº 135 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. As ações de formação foram desenvolvidas em 3 fases: 1. Encontro Formativo; 2. Visitas aos Conselhos Tutelares; 3. Encontro Regional. Ao final do processo formativo, houve uma solenidade de formatura para os conselheiros tutelares e entrega do relatório final produzido pelo SENAC. A Coordenação de Políticas para Criança e Adolescente, em parceria com o Departamento de Educação em Direitos Humanos, elaborou, também, a proposta de realização dos “Encontros Temáticos em Direitos da Criança e do Adolescente”, a fim de favorecer o alinhamento de conceitos e conteúdos pertinentes à atuação dos conselheiros e com a participação de profissionais da própria SMDHC e de outras instituições públicas. O enfoque dos encontros privilegiou informações, orientações e regras gerais sobre a utilização dos diversos equipamentos públicos e suas relações com os Conselhos Tutelares. A formação aconteceu em formato virtual entre os meses de Abril e Maio de 2020 com os seguintes temas: Política pública em direitos humanos: a interação entre a SMDHC e os Conselhos Tutelares; Políticas Públicas e a Rede de Proteção de Crianças e Adolescente; Estatuto da Criança e do Adolescente e o Sistema de Justiça de São Paulo; Serviços e Centros de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Houve também a elaboração do curso EAD “Promoção do cuidado e prevenção do trabalho infantil” que será executado no 1º semestre de 2021. Com o seguinte conteúdo programático: Módulo I - Cenário do trabalho Infantil e Sistemas de Garantia de Direitos; Módulo II - Políticas de Prevenção ao Trabalho Infantil; Módulo III - Promoção e Vigilância em Saúde do Trabalhador; Módulo IV- Promoção da Saúde e Intersetorialidade – A Formação da Rede de Proteção à Criança e Adolescente. O curso será disponibilizado em plataforma digital pela Escola Municipal de Saúde com material didático instrucional (vídeo-aula, apresentação, texto sobre a temática, atividade - questionário); direcionado a profissionais da saúde e conselheiros tutelares do município. Foi entregue material desenvolvido pelo ►</p>
<p>Aprimorar o sistema de garantia de direitos</p>	<h2>7.2</h2> <p>Desenhar e implementar ações de qualificação dos conselhos tutelares.</p>	

EIXO III: Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

AVANÇOS E DESAFIOS - 2020

► Instituto Fazendo História (IFH), intitulado: “Conselhos Tutelares: desafios e boas práticas na Cidade de São Paulo – Suporte Técnico aos conselhos tutelares da Sé, Brasilândia e Vila Maria”, financiado por emenda parlamentar com gestão técnica e administrativa da SMDHC. Em parceria com a SMPED, foi desenvolvida a formação “Conhecer para Incluir”, destinada aos conselheiros tutelares, com objetivo de levar a todos o conhecimento sobre o tema “pessoa com deficiência”, promovendo sua inclusão na sociedade e mostrando que barreiras precisam ser eliminadas, sejam elas arquitetônicas, digitais, comunicacionais e atitudinais, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações nos atendimentos à crianças, adolescentes e famílias com deficiência. Houve a aquisição de material lúdico para os 52 Conselhos Tutelares, tendo em vista o contexto de atendimentos realizados no órgão, de modo a contribuir para a construção de um espaço lúdico e acolhedor. Além da valorização do brincar, tão importante para a construção do indivíduo, os materiais podem auxiliar no estímulo ao contato e cooperação com o outro – socialização. Foram realizadas melhorias nas estruturas físicas dos conselhos tutelares, adequando os espaços para o melhor funcionamento dos serviços; celebração de contratos que visam desde a melhoria nas instalações (manutenção predial), troca de veículos para modelos mais adequados às necessidades dos conselhos, mudanças de sedes para atender as exigências quanto ao espaço necessário, contratação de serviço de recepcionista para auxiliar no atendimento inicial e telefônico junto aos conselhos; substituição de equipamentos de informática e oferta de curso básico de informática para conselheiros tutelares.

EIXO III: Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<h1>8.</h1>	<h2>8.1</h2> <p><i>Estimular pesquisas que contribuam para a detecção precoce de situações que requerem atenção especializada.</i></p>	<p><i>O estímulo para o desenvolvimento de pesquisas que contribuam para a detecção precoce de situações que requerem atenção especializada no âmbito da prefeitura de São Paulo permanece como um desafio para os próximos anos e precisa ser articulada com as universidades e as organizações da sociedade civil.</i></p>
<p><i>Garantir o acesso às políticas para a primeira infância às famílias de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e outras situações que requerem atenção especializada, atendendo às determinações legais sobre sua inclusão</i></p>	<h2>8.2</h2> <p><i>Garantir nos protocolos intersetoriais procedimentos para a detecção de situações que requerem atenção especializada, para o encaminhamento e para o atendimento adequado dessa população.</i></p>	<p><i>Publicado, em 2020, o Protocolo de Atenção à Primeiríssima Infância, com o estabelecimento de dois fluxos integrados de alerta para situações que envolvam gravidez na adolescência e violência contra criança e adolescente além dos atendimentos das equipes setoriais. A SMADS, SME, SMS, SMDHC, com a coordenação de SGM e o apoio da FMCSV, construíram no âmbito do protocolo uma metodologia para a identificação e atendimento da rede intersetorial de casos que configuram alertas, iniciando pelo da gravidez na adolescência e violência, situações que foram agravadas pela pandemia. Além disso, cada uma das áreas possui equipes, serviços e equipamentos que trabalham na identificação e atendimento de casos que requeiram atenção especializada. A SME conta com as equipes dos NAAPAS, sendo 91 profissionais distribuídos entre as 13 DREs, que realizam o apoio e o acompanhamento das situações de alta complexidade que envolvem bebês, crianças e adolescentes matriculados em Unidades Educacionais da RME. Assim, além das atividades que são desenvolvidas com os educadores das Unidades com o objetivo de desenvolver práticas pedagógicas equânimes e inclusivas, as equipes se engajam em ações que promovam o cuidado integral da criança. As ações se desenvolvem a partir das solicitações realizadas pela UE, pela rede de proteção, sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente e da própria família. No ano de 2020 as equipes realizaram 780 encontros envolvendo a Rede de Proteção que contou com a participação de 17.620, de modo que as situações de alta complexidade pudessem ser compartilhadas entre os diferentes agentes envolvidos na garantia do direito de bebês e crianças. ►</i></p>

EIXO III: Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

AVANÇOS E DESAFIOS - 2020

► A prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Saúde, atende as necessidades de saúde da população em situação de rua nas 468 Unidades Básicas de Saúde e principalmente por meio de suas 26 equipes de Consultório na Rua e 08 equipes do Redenção na Rua. As equipes do Consultório na Rua e Redenção na Rua seguem os Protocolos e Diretrizes da SMS para o acompanhamento das gestantes no pré-natal, com orientações quanto a importância de continuarem esse processo de avaliação após o nascimento do bebê, assim como para fazerem a marcação de consultas nas UBS de referência. Para o enfrentamento da Covid-19, durante o período da pandemia, as equipes do Consultório na Rua e Redenção na Rua têm realizado ações de prevenção e acompanhamento dos casos pós Covid-19. Em relação ao serviço de acolhimento Institucional, compete ao serviço de acolhimento institucional disponibilizar à criança acolhida as ofertas e atividades existentes no território nas áreas da educação, saúde, assistência social, esporte e lazer, cultura, dentre outras.

EIXO III: Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p data-bbox="226 662 340 782">8.</p> <p data-bbox="149 886 464 1357"><i>Garantir o acesso às políticas para a primeira infância às famílias de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e outras situações que requerem atenção especializada, atendendo às determinações legais sobre sua inclusão</i></p>	<p data-bbox="527 415 653 490">8.3</p> <p data-bbox="520 526 1024 815"><i>Ampliar e garantir o acesso a informações sobre direitos e deveres de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e outras situações que requerem atenção especializada, nos serviços públicos municipais.</i></p>	<p data-bbox="1066 428 1940 678"><i>Em 2020 a SMPED lançou uma coleção de publicações em diversos formatos acessíveis que tratam de direitos e deveres, de convivência, de trabalho, foram instalados também 97 Postos de Atendimento Presencial PAP-CIL da Central de Intermediação em Libras em serviços públicos de modo a ampliar a garantia do atendimento do município em LIBRAS. As publicações podem ser encontradas em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa_com_deficiencia/publicacoes/index.php?p=294966.</i></p>

EIXO III: Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
9.	9.1 <i>Integrar os programas de combate à pobreza aos protocolos de atendimento na primeira infância, a fim de reduzir a vulnerabilidade das crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.</i>	<i>Elaborado e publicado, em 2020, o projeto intersetorial de elaboração do protocolo integrado de atenção à primeiríssima infância, busca integrar os serviços, programas e benefícios voltados à primeira infância, inclusive aqueles de combate à pobreza, com o intuito de contribuir para a redução da vulnerabilidade das crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.</i>
	9.2 <i>Integrar os programas de habitação aos protocolos de atendimento na primeira infância, a fim de reduzir a vulnerabilidade das crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.</i>	<i>Continuidade das articulações com as demais Secretarias que integram a rede. Diante do cenário de pandemia, discussões de novas propostas de melhorias foram iniciadas.</i>
	9.3 <i>Integrar os programas de prevenção e tratamento do abuso de drogas e álcool aos protocolos de atendimento na primeira infância, a fim de reduzir a vulnerabilidade das crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.</i>	<i>A integração dos programas de prevenção e tratamento do abuso de drogas e álcool aos protocolos de atendimento na primeira infância permanece um desafio. Em 2020, em função da pandemia os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da SMADS, trabalharam de forma remota com seus usuários as temáticas relativas à prevenção e tratamento do abuso de drogas e álcool com vistas de reduzir a vulnerabilidade das crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.</i>

Articular as políticas para a primeira infância às políticas da agenda do desenvolvimento sustentável

EIXO IV: Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

METAS

RESULTADO SISPACTO: poliomielite 82,0%, pentavalente 92,8%; pneumo 10 valente 82,9%; SCR DI 85,4%.

ESTRATÉGIAS

AVANÇOS E DESAFIOS - 2020

I.

I.1

Registrar de forma adequada as doses de vacinas aplicadas.

Realizadas melhorias no módulo SIGA VACINA, qualificando os dados obtidos pelas unidades de saúde. Realizado treinamento com as Coordenadorias Regionais de Saúde do sistema SIPNI, (Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações) com a participação de 2 técnicos de cada região, totalizando 12 técnicos treinados, que atuaram como multiplicadores para os técnicos das Unidades de Vigilância de Saúde.

Alcançar 95% de cobertura vacinal para crianças de até 5 anos

I.2

Ofertar a vacina nas salas de vacina das UBS.

Todas as vacinas estiveram disponíveis nas salas de vacinas públicas do município de São Paulo

EIXO IV: Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
I. Alcançar 95% de cobertura vacinal para crianças de até 5 anos	1.3 <i>Intensificar a cobertura nos bolsões de baixa cobertura vacinal.</i>	<i>Publicada Portaria 434/2020, da SMS, que institui, no município de São Paulo, a vacinação para BCG, de todos os nascidos vivos, com peso a partir de 2.000 g, antes da alta hospitalar.</i>
	1.4 <i>Realizar a busca ativa dos faltosos através de visitas domiciliares, consultas e grupos educativos.</i>	<i>Busca ativa de faltosos realizada rotineiramente em todas as regiões da cidade por meio de teleatendimento, monitoramento de faltosos pela Consultório na Rua, monitoramento de situação vacinal, e Declaração de Vacinação Atualizada (DVA).</i>
	1.5 <i>Capacitar de forma permanente as equipes para o convencimento das famílias/cuidadores em relação à importância da vacinação.</i>	<i>Devido à pandemia causada pelo novo coronavírus, os treinamentos, fóruns e encontros não foram realizados.</i>

EIXO IV: Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p>I.</p>	<p>1.6</p> <p><i>Monitorar a caderneta de vacina de 100% das crianças no Sistema Único de Saúde (SUS) e vacinar nas escolas, quando necessário, a fim de aumentar a cobertura vacinal acompanhado do monitoramento da caderneta da criança.</i></p>	<p><i>Realização da verificação da situação vacinal das crianças e dos adolescentes em unidades educacionais em 2020 foi readequada em função do fechamento das escolas em virtude da pandemia.</i></p>
<p><i>Alcançar 95% de cobertura vacinal para crianças de até 5 anos</i></p>		

EIXO IV: Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<h1>2.</h1>	<h3>2.1</h3> <p><i>Promover o engajamento do setor privado na garantia do aleitamento mediante a disponibilização de salas de apoio à amamentação e a ampliação da licença maternidade.</i></p>	<p><i>A realização de ações, pela Prefeitura Municipal de São Paulo, no sentido do incentivo ao engajamento do setor privado na promoção do aleitamento materno permanece como um desafio para os próximos anos.</i></p>
	<h3>2.2</h3> <p><i>Ampliar a disponibilização de salas de apoio à amamentação nos equipamentos públicos</i></p>	<p><i>Em 2020, não foi possível ampliar salas de apoio à amamentação nas unidades educacionais e demais equipamentos públicos, considerando que boa parte permaneceu fechada em função da pandemia. Até março de 2020, as ações realizadas no âmbito da educação apontaram que das 1.143 escolas que responderam a pesquisa encaminhada, 43% relataram ter algum espaço/ambiente para implantar o programa de incentivo ao aleitamento materno ou seja, reservar um espaço específico para as mães amamentarem seus filhos; 63% dos CEIs realizaram alguma ação ou projeto de incentivo à manutenção do aleitamento materno; 57% dos CEIs receberam pelo menos uma mãe para amamentar dentro da escola, enquanto 20% dos CEIs receberam leite congelado de pelo menos uma mãe.</i></p>
	<h3>2.3</h3> <p><i>Fortalecer o programa de aleitamento materno nos Centros de Educação Infantil (CEIs).</i></p>	<p><i>Não foi possível intensificar o trabalho nos CEIs, pelas restrições impostas pela pandemia.</i></p>

EIXO IV: Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<h1>2.</h1>	<h3>2.4</h3> <p><i>Intensificar o incentivo e apoio ao aleitamento materno e à alimentação complementar saudável durante as consultas e as visitas domiciliares.</i></p>	<p><i>O incentivo e apoio ao aleitamento materno e à alimentação complementar saudável são realizados rotineiramente nos grupos de promoção ao aleitamento materno e alimentação complementar no âmbito das UBS.</i></p>
<p><i>Reduzir a desnutrição de gestantes e crianças de 0 a 6 anos e a obesidade na primeira infância.</i></p>	<h3>2.5</h3> <p><i>Garantir alimentação saudável em creche, pré-escola e outros equipamentos públicos que atendem crianças na primeira infância e ampliar o acesso à alimentação saudável para crianças em situação de vulnerabilidade.</i></p>	<p><i>Estabelecimento do Cartão Alimentação e continuidade da distribuição do Leve Leite, pela educação, além de distribuição de cestas básicas para os beneficiários da rede socioassistencial municipal para fazer frente ao contexto de isolamento e contribuir para a segurança alimentar das crianças. Face à pandemia e a suspensão das aulas presenciais, os recursos para alimentação foram repassados mensalmente para todos os alunos da rede municipal por meio do Cartão Alimentação. Os valores foram definidos por níveis de ensino. Também o Programa Leve Leite permaneceu vigente, beneficiando os alunos mais vulneráveis inscritos no CadÚnico. O Cartão Alimentação beneficiou mais de 1 milhão de alunos em 2020, com investimento de R\$ 530 milhões. Ainda pela educação, houve o envio de 445.368 mil cestas básicas aos alunos e 445.368 mil Kits dos Programa Alimento Solidário e Higiene Solidária, em parceria com o Governo Estadual, destinados aos alunos da RME mais vulneráveis. O Programa Leve Leite beneficiou alunos da RME inscritos no CadÚnico e mais 4 mil crianças inscritas aguardando vaga na RME. Na Assistência Social, foi autorizado que os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) da rede parceira efetuasse a compra de cestas básicas para distribuição para os/as usuários/as dos serviços a fim de garantir a segurança alimentar.</i></p>

EIXO IV: Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<h1>2.</h1> <p>Reduzir a desnutrição de gestantes e crianças de 0 a 6 anos e a obesidade na primeira infância.</p>	<h2>2.6</h2> <p>Sensibilizar a sociedade para a promoção da alimentação saudável.</p>	<p>Realização de ações nos equipamentos de saúde e desenvolvimento do projeto “Trilha Sustentável”, uma parceria da SMDet e da SME. No entanto, ambas ações foram impactadas pela pandemia. O número de atividades de Educação Alimentar e Nutricional nos equipamentos de saúde foi de 4.982 atividades de Educação Alimentar e Nutricional. O projeto Trilha Sustentável levou até a horta do Cresan Butantã 600 crianças acompanhadas pelas professoras para aprender sobre o plantio, cultivo e colheita dos produtos da horta e também sobre cooperativismo. Depois as crianças eram levadas para visitar o Parque Raposo Tavares. Com a pandemia, as visitas foram suspensas, mas a perspectiva é de retomar o projeto assim que possível. A SMDet/COSAN publicou também dois editais de Chamamento Público para receber propostas para ações voltadas para a primeira infância. Em ambos os editais não houve propostas que atendessem as exigências e sobretudo as documentações necessárias para a execução das atividades. A estimativa é republicar o edital.</p>
	<h2>2.7</h2> <p>Capacitar 100% das equipes de atenção básica para a promoção do aleitamento materno e alimentação complementar saudável.</p>	<p>As capacitações foram suspensas em função das ações de enfrentamento à pandemia.</p>
	<h2>2.8</h2> <p>Proibir a abordagem de empresas que incentivem a alimentação não saudável nos equipamentos públicos.</p>	<p>Não foram realizadas ações neste sentido em decorrência do fechamento das escolas</p>

EIXO IV: Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<h1>2.</h1>	<h2>2.9</h2> <p>Monitorar o crescimento e desenvolvimento de 90% das crianças abaixo da linha da pobreza.</p>	<p>Em 2020, foram analisados os dados referente ao ano de 2019 completo, de crianças menores de cinco anos cujas famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, obtendo-se o seguinte resultado: 8,4% com déficit de altura (indicador de subnutrição crônica); 4,5% com déficit de peso (indicador de subnutrição aguda) e 11,1% com excesso de peso (indicador de obesidade infantil), conforme o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN/DE/CEInfo/SMS. Em função da pandemia, houve a priorização do atendimento nutricional infantil e foram mantidas a produção de informações e monitoramento de indicadores.</p>
<p>Reduzir a desnutrição de gestantes e crianças de 0 a 6 anos e a obesidade na primeira infância</p>	<h2>2.10</h2> <p>Monitorar o estado nutricional da população atendida na atenção básica, visando a vigilância alimentar e nutricional por meio de marcadores antropométricos e de consumo alimentar para identificação das vulnerabilidades: abrangência de 80% de crianças de 0 a 7 anos para marcadores antropométricos e 85% para informação de aleitamento materno em crianças de 0 a 2 anos, dessa população.</p>	<p>A produção da informação e monitoramento dos indicadores do SISVAN foram mantidas durante o período de pandemia. Em 2020 foram analisados os dados referente ao ano de 2019 completo, obtendo-se os seguintes resultados: déficit de altura: 7,7%; déficit de peso: 5,7%; excesso de peso: 9,5%; aleitamento materno exclusivo: 49%, conforme dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN/DE/CEInfo/SMS. No ano de 2019 foram monitorados os indicadores de Estado nutricional, para acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil de 244.294 crianças menores de 5 anos. Foram produzidos e divulgados informes técnicos para qualificar a avaliação antropométrica em todos os ciclos de vida, para um correto diagnóstico do estado nutricional do indivíduo. Algumas ações planejadas não foram possíveis de serem executadas devido a pandemia.</p>

EIXO IV: Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

METAS

3.

Reduzir o coeficiente de mortalidade infantil para menos de 10/1000 nascidos vivos e da taxa de mortalidade materna para menos de 40/100.000

A Taxa de Mortalidade Infantil em 2020 na cidade de São Paulo foi de 10,1, configurando uma redução importante em relação a 2019, que foi de 11,2. Houve redução em 07 Distritos Administrativos – Brasilândia, Cidade Tiradentes, Grajaú, Iguatemi, Itaim Paulista, Jardim Ângela e São Rafael – dos 10 elencados para as ações prioritárias para a Primeira Infância. Ao considerar o total de distritos (96), houve redução da Taxa de Mortalidade Infantil em 55% dos distritos. Em 2020, apesar da pandemia da Covid-19, inúmeros esforços da Prefeitura e da Secretaria Municipal da Saúde foram empenhados para reduzir as taxas de mortalidade infantil, principalmente nos territórios mais vulneráveis. Foram realizadas uma série de ações para a redução da mortalidade no âmbito do Programa Mãe Paulistana, como: (1) a contratação das apoiadoras nas maternidades Municipais e Estaduais: auxiliares de enfermagem que realizam, por ocasião da alta da maternidade, orientações às mães sobre as rotinas e cuidados com o bebê, sinais de alerta para riscos e apoio ao aleitamento materno, além de garantir o agendamento da consulta de puerpério e da primeira consulta do recém – nascido na Atenção Básica (AB); (2) implantação do “Espaço Família”, que envolve adequação da ambiência das maternidades municipais com instalação de janelas ou visores para a família participar do momento do nascimento. Em 07 maternidades: H.Campo Limpo, H. M Boi Mirim, H. Ignácio Proença de Gouveia, H. Tide Setubal, H. Ermelino Matarazzo, H. Pirituba e H. Mário Degni; (3) Monitoramento da 1ª consulta de recém-nascidos até 07 dias na Atenção Básica: em 2.020 foram realizadas 77.415 consultas; (4) no Programa Palivizumabe, vacina que protege o bebê prematuro de infecção respiratória pelo vírus sincicial respiratório nas maternidades municipais e estaduais, foram imunizados 4.044 bebês. 5) Triagem neonatal (Teste do Pezinho), 131.894 crianças foram triadas entre janeiro e dezembro de 2020. Ampliação do Teste do Pezinho para 50 patologias triadas (anteriormente eram 06), a partir de 14 de dezembro; (6) Recém -nascido de risco: nos Centros Especializados Reabilitação, foram atendidos 56.751 recém-nascidos de risco, no mesmo período; (7) Programa Saúde na Escola, no primeiro trimestre de 2020, foram realizadas 4.334 ações em 428 UBSs e 1503 escolas, com um total de 224.723 participantes; (8) Assistência nutricional infantil: foram desenvolvidas ações pela Atenção Básica e pelo Centro de Recuperação e Educação Nutricional (CREN) em 5 (cinco) Distritos Prioritários do Programa da Primeira Infância (Brasilândia, Lajeado, Cidade Tiradentes, Grajaú e Jd. ngela), correspondentes a parte dos 14 distritos de maior incremento de casos suspeitos e confirmados de Covid-19. Em 2020, foram desenvolvidas 32.978 ações; (9) análise dos óbitos infantis pelos Comitês Regionais de Investigação de Óbito Infantil e devolutiva à rede de atenção à saúde para a evitabilidade.

EIXO IV: Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<h1>3.</h1>	<h3>3.1</h3> <p>Aumentar em 100% a disponibilidade anual de métodos contraceptivos de longa duração, principalmente às mulheres em situação de alta vulnerabilidade.</p>	<p>Em 2020 foram inseridos 3.225 DIUs a nível ambulatorial, 3017 DIUs nas maternidades e 1076 implantes subdérmicos a nível ambulatorial, realizados treinamentos e atividades polos de inserção. Em 2020 foram realizados treinamentos em Implante subdérmicos: 6 Treinamentos teóricos on line sendo com o treinamento de 305 médicos; 8 treinamentos práticos envolvendo 42 médicos e 210 pacientes. O resultado destes treinamentos proporcionou a ativação de 30 polos de inserção, totalizando 148 polos de inserção ativos. Compra de implantes: 31/03/2020 - 1.200 unidades; 15/05/2020 - 1.200 unidades; 10/07/2020 - 1.200 unidades; 15/10/2020 - 1.800 unidades; 02/12/2020 - 1.800 unidades.</p>
<p>Reduzir o coeficiente de mortalidade infantil para menos de 10/1000 nascidos vivos e da taxa de mortalidade materna para menos de 40/100.000</p>	<h3>3.2</h3> <p>Apoiar iniciativas de educação entre pares de lideranças locais.</p>	<p>Em 2020, a Educação entre Pares foi articulada no PSE, junto à SME, mas devido à pandemia e ao cenário epidemiológico, que impossibilitou as aulas presenciais, não foi realizada.</p>

EIXO IV: Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<h1>3.</h1>	<h3>3.3</h3> <p>Realizar busca ativa que garanta a captação precoce (até a 12ª semana) das gestantes para iniciar o pré-natal.</p>	<p>Em 2020 ocorreram 147.102 nascimentos no município de São Paulo, desses 127.383 foram partos cujas mães iniciaram o pré natal entre o 1º e o 3º mês de gestação, o que corresponde a 86.6%.</p>
<p>Reduzir o coeficiente de mortalidade infantil para menos de 10/1000 nascidos vivos e da taxa de mortalidade materna para menos de 40/100.000</p>	<h3>3.4</h3> <p>Realizar sete ou mais consultas de pré-natal para 90% das gestantes.</p>	<p>Do número total de gestantes que realizaram o pré-natal em 2020, 82,4% realizaram 7 ou mais consultas no Município de São Paulo. Assim, permanece o desafio de aumentar esse percentual para atingir a meta de 90%.</p>
	<h3>3.5</h3> <p>Realizar a primeira consulta do recém-nascido na atenção básica em até sete dias após o nascimento por meio de consulta ou visita domiciliar.</p>	<p>Implementadas, desde 2019, medidas específicas para garantir a realização da primeira consulta do recém-nascido na atenção básica em até sete dias após o nascimento: a) articulação das áreas envolvidas (Saúde da Mulher e da Criança) com o programa “Alô Mãe”, para continuidade do monitoramento do recém-nascido de risco e fomento ao controle da primeira consulta do recém-nascido de baixo risco em até 7 dias na atenção básica também por meio das 40 apoiadoras para atuarem nas maternidades municipais, responsáveis pelo agendamento direto da 1ª consulta do recém-nascido na atenção básica. Em 2020, foram realizadas 77.415 consultas.</p>

EIXO IV: Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<h1>3.</h1>	<h3>3.6</h3> <p><i>Realizar a primeira consulta de puerpério na atenção básica até trinta dias após o parto para pelo menos 80% das mulheres.</i></p>	<p><i>Adaptação da agenda do SIGA para manter o número estabelecido de oferta de vagas para a 1ª consulta de puerpério e intensificação do trabalho do Programa Rede Municipal de Atenção Materno Infantil (REMAMI) com a Área Técnica Saúde da Mulher-SMS, Coordenadorias de Saúde, Supervisões Técnicas de Saúde, para manter os agendamentos estabelecidos das 1ª consultas de puerpério. Considerando o total de 1ª consulta de puerpério agendadas em 2020 (81.238), a porcentagem média dos agendamentos pelas apoiadoras do REMAMI foi de 83%.</i></p>
<p><i>Reduzir o coeficiente de mortalidade infantil para menos de 10/1000 nascidos vivos e da taxa de mortalidade materna para menos de 40/100.000</i></p>	<h3>3.7</h3> <p><i>Realizar a formação continuada dos profissionais responsáveis pelo pré-natal.</i></p>	<p><i>Em 2020 foi atualizado o protocolo de diabetes na gestação e realizada capacitação virtual para os profissionais da atenção básica, sendo que 600 profissionais foram capacitados. Foram realizados também 3 fóruns de discussão de casos de Sífilis na gestação pela Coordenadoria de IST/AIDS de SMS on line com 1146 participantes.</i></p>

EIXO IV: Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

METAS		
<h1>4.</h1>	<i>Percentual de gestantes adolescentes no município de SP, em 2020, foi de 9,2%.</i>	
	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
Reduzir para menos de 10% o percentual de nascidos vivos de mães adolescentes	<h3>4.1</h3> <p><i>Apoiar iniciativas de educação entre pares na adolescência.</i></p> <h3>4.2</h3> <p><i>Promover formação continuada para a rede de proteção, com ênfase nos conselheiros tutelares, em relação aos direitos sexuais e reprodutivos.</i></p>	<p><i>O apoio a iniciativas de educação entre pares na adolescência permanece um desafio para a Prefeitura e será trabalhada nos próximos anos. Em 2020, a Educação entre Pares foi articulada no PSE, junto à SME, mas devido à pandemia e ao cenário epidemiológico não foi realizada.</i></p> <p><i>Não foram realizadas, em 2020, formações com ênfase nos conselheiros tutelares, em relação aos direitos sexuais e reprodutivos.</i></p>

EIXO IV: Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p>4.</p> <p>Reduzir para menos de 10% o percentual de nascidos vivos de mães adolescentes</p>	<p>4.3</p> <p><i>Discutir e articular as estratégias de intervenção de forma integrada promovendo as “habilidades para a vida” na rede de proteção do território com base em diagnóstico situacional de atenção ao adolescente.</i></p>	<p><i>Realizadas 110 ações no Programa Saúde da Escola, em 2020, visando habilidades para a vida com a participação de 7.856 educandos. A partir de março, com a pandemia, as ações foram suspensas. Na área da assistência social, os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos trabalham com temáticas relativas às “habilidades para a vida”, de acordo com o proposto pela Política Nacional de Assistência Social, destacando a democracia e o processo de participação como um caminho importante para o fortalecimento da função protetiva das famílias e sua emancipação social. Em função da pandemia, os trabalhos foram realizados de forma remota. Propicia a reflexão sobre o mundo que os cerca, a compreensão de que os saberes individuais se conectam com outros saberes, novas percepções da realidade se transformam, adquirindo um novo formato e se transformando em conhecimento coletivo. Neste sentido implementa ações a fim de propiciar conhecimento e informação sobre direitos civis, políticos e socioassistenciais; realidade social, cultural, ambiental, política e do trabalho no território em que vivem e de instâncias de denúncia e recursos em casos de violação de direitos. Além de promoção à saúde por meio de conhecimentos e informações sobre saúde sexual, DSTs, AIDS, gravidez na adolescência e uso de drogas, desenvolvendo práticas de autocuidado e do cuidado com o outro a fim de contribuir para a redução dos índices de violência entre os jovens; uso de drogas; doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce, junto às outras políticas públicas. A SME desenvolve a partir dos diferentes componentes curriculares considerando que o direito à educação implica a garantia das condições e oportunidades necessárias para que bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos tenham acesso a uma formação indispensável para a sua realização pessoal, formação para a vida produtiva e pleno exercício da cidadania. Assim sendo, A Secretaria Municipal de Educação define uma Matriz de Saberes ►</i></p>

EIXO IV: Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

AVANÇOS E DESAFIOS - 2020

► que se compromete com o processo de escolarização que orienta o papel da SME, das equipes de formação dos órgãos regionais, dos supervisores escolares, dos diretores e coordenadores pedagógicos das Unidades Educacionais e dos professores da Rede Municipal de Ensino na garantia de saberes, sobretudo ao selecionar e organizar as aprendizagens a serem asseguradas ao longo de todas as etapas e modalidades da Educação Básica e fomentar a revitalização das práticas pedagógicas, a fim de dar conta desse desafio. Ressalta-se que os documentos curriculares, orientações didáticas e normativas, materiais de apoio e demais publicações produzidas pela SME reconhecem a importância de se estabelecer uma relação direta entre a vida e o conhecimento sobre ela e de se promover a pluralidade e a diversidade de experiências no universo escolar. A Matriz de Saberes tem como propósito formar cidadãos éticos, responsáveis e solidários que fortaleçam uma sociedade mais inclusiva, democrática, próspera e sustentável, e indica o que bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos devem aprender e desenvolver ao longo do seu processo de escolarização.

EIXO IV: Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p data-bbox="233 483 352 613">4.</p> <p data-bbox="155 724 420 865"><i>Reduzir para menos de 10% o percentual de nascidos vivos de mães adolescentes</i></p>	<p data-bbox="478 423 604 500">4.4</p> <p data-bbox="478 516 1020 657"><i>Atender a 100% da demanda por métodos contraceptivos de longa duração para adolescentes, principalmente em situação de alta vulnerabilidade.</i></p>	<p data-bbox="1066 431 1944 621"><i>Em 2020 foram realizadas capacitações virtuais do implante subdérmico de etonogestrel e DIU de levonorgestrel para os profissionais da rede focando nas adolescentes vulneráveis e ampliado o número de UBS que inserem estes contraceptivos. No ano, foram inseridos 3.225 DIUs a nível ambulatorial, 3017 DIUs nas maternidades e 1076 implantes subdérmicos a nível ambulatorial.</i></p>

EIXO IV: Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<p data-bbox="233 464 352 594">4.</p> <p data-bbox="155 704 422 846">Reduzir para menos de 10% o percentual de nascidos vivos de mães adolescentes</p>	<p data-bbox="478 440 604 521">4.5</p> <p data-bbox="472 545 892 651">Trabalhar os direitos sexuais e reprodutivos no programa Saúde na Escola.</p>	<p data-bbox="1010 391 1946 1438">Orientações sobre os direitos sexuais e reprodutivos são parte dos 12 temas prioritários do PSE. O tema dos direitos sexuais e reprodutivos são discutidos a partir de diferentes possibilidades presentes nos documentos curriculares da RME, a saber: Por meio dos ODS em especial o nº 5 que trata da igualdade de gênero, possibilita articulações propositivas para abordar a temática em diferentes situações do cotidiano da escola, amparando todos os educadores sobre a relevância desta temática ser discutida com os estudantes com amplitude nos diferentes tempos e espaços da escola; No documento Curricular de Ciências Naturais, no eixo chamado Vida, Ambiente e Saúde, diversos Objetivos de Aprendizagem e desenvolvimento circundam este tema em diferentes anos do ensino fundamental; a partir das proposições indicadas no Caderno de Orientações Didáticas, sugere a composição de percursos formativos que dê significado ao aprendizado dos estudantes. Desta forma, é possível pensar no corpo humano e em suas mudanças e descobertas, como a sexualidade e as questões de gênero. O mesmo documento aborda as mudanças dos corpos dos seres vivos, que se conectam com a possibilidade de reprodução, conceito que representa mecanismos de manutenção de regularidades e de geração de biodiversidade até explicitar como, na espécie humana, a possibilidade de reprodução também, pode levar a discussões sobre métodos contraceptivos, relacionando-os com a prevenção de DSTs e gravidez precoce. Dentre os 12 temas prioritários do PSE, para os quais são planejadas e executadas, anualmente, ações conjuntas, de acordo com a demanda de cada território, estão: prevenção das violências e dos acidentes; prevenção de DSTs/AIDS e orientação sobre direitos sexuais e reprodutivos; e promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos. Além disso, foi realizada capacitação para profissionais das Secretarias de Educação e Saúde com o tema: “Métodos Contraceptivos para a prevenção da gravidez na Adolescência”. Em 2020, no entanto, as atividades foram suspensas a partir de março. Em 2019 a Secretaria de Educação contou com duas parcerias importantes (acordos de cooperação), que apoiaram as ações desenvolvidas nas temáticas prioritárias do PSE: Instituto Liberta – Projeto de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; e Instituto Paulista dos Magistrados – IPAM, – projeto Eu Tenho Voz, que visa desenvolver diferentes ações contra o abuso sexual, físico e psicológico de crianças e adolescentes.</p>

EIXO IV: Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<h1>4.</h1>	<h2>4.6</h2> <p>Abordar de forma adequada o adolescente para acesso à atenção básica.</p>	<p>Em 2020, devido ao cenário epidemiológico da Covid-19, a ação foi suspensa.</p>
<p>Reduzir para menos de 10% o percentual de nascidos vivos de mães adolescentes</p>	<h2>4.7</h2> <p>Aumentar a disponibilização de preservativos em espaços públicos e particulares (centros educacionais, culturais e esportivos).</p>	<p>Distribuídos, em 2020, 17.694.720 preservativos masculinos, o que corresponde a 78% do realizado em 2019, e 821.764 de preservativos feminino, que representa 140% do realizado em 2019.</p>

EIXO IV: Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

METAS

5.

Aumentar a prevalência de partos humanizados

Em 2020 ocorreram 424 partos naturais na Casa de Parto Angela, o que representa um aumento de 4,17% em relação à 2019 e 219 partos na Casa de Parto Sapopemba. No Município de São Paulo, 70% dos partos vaginais foram realizados por enfermeiras obstétricas .

ESTRATÉGIAS

AVANÇOS E DESAFIOS - 2020

5.1

Capacitar as equipes de saúde e implementar protocolo para atendimento humanizado no parto.

No ano de 2020, houve o impacto da pandemia sobre as ações coletivas e capacitações, mas, mesmo assim, importantes ações foram realizadas na Casa de Parto de Sapopemba e na Casa Ângela. Na Casa de Parto de Sapopemba foram realizadas ações, como encontros de acolhimento com gestantes, reuniões técnicas para discussão de casos, aprimorado o fluxo da Coleta Streptococcus e organizada a Agenda Ultrassom Obstétrico com vagas exclusivas para gestantes que estão em acompanhamento na casa. Na Casa Ângela também foram realizadas importantes ações como: monitoramento das mulheres que aderiram ao programa de pré-natal oriundas das UBS de referência; viabilização do espaço físico da Casa Ângela para capacitação prática de inserção do DIU de médicos oriundos das 12 UBS da Monte Azul, oferta de 90 bolsas para profissionais da ESF Monte Azul para o curso online sobre "Atualização em COVID-19 para profissionais que atendem gestantes, parturientes e puérperas" desenvolvido pelo Núcleo de Ensino do NUPEC- Casa Angela, visitas monitorada para profissionais da saúde, reuniões técnicas para implantação da pesquisa de satisfação do Programa Mãe Paulistana, grupo de acolhimento online como forma das gestantes conhecerem a Casa Ângela virtualmente; permanência da enfermeira obstetra/obstetriz da Casa Ângela no Hospital Municipal do Campo Limpo (HMCL) após a transferência, sempre que possível, de acordo com a demanda da mulher e necessidade/possibilidade do serviço.

5.2

5.2. Aumentar a proporção de partos normais para 65% dos partos na cidade.

A proporção de partos vaginais na cidade de São Paulo (rede pública e particular), em 2020, foi de 48,2%, já na rede SUS foi de 63,5%. Permanece o desafio de aumentar a proporção de partos normais para atingir a meta de 65% na cidade.

EIXO IV: Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<h1>5.</h1>	<h3>5.3</h3> <p>Garantir o direito de acompanhante em todos os partos em maternidades públicas e privadas, se a mulher assim o desejar.</p>	<p>Nas 8 maternidades municipais onde estão implantadas as ações do Programa “Parto Seguro”, 66% dos partos tiveram a presença de acompanhante, em 2020. Houve redução de acompanhantes no parto devido às orientações da COVISA para aumentar a segurança das pacientes e evitar circulação de acompanhantes. Realizadas também ações como aferição da temperatura do acompanhante e restrição no revezamento do número de acompanhantes no trabalho de parto e parto.</p>
<p>Aumentar a prevalência de partos humanizados</p>	<h3>5.4</h3> <p>Aumentar o número de casas de parto na cidade acopladas às maternidades.</p>	<p>Estão sendo realizados estudos sobre a possibilidade de implantação de Centros de Parto Normal nas maternidades sob gestão municipal.</p>
	<h3>5.5</h3> <p>Garantir a previsibilidade de vaga em maternidade previamente definida pela grade de parto.</p>	<p>A efetividade da grade de parto, em 2020, no Município de São Paulo ocorreu da seguinte forma: CRS Leste : 88% das parturientes residentes tiveram seus partos na Coordenadoria de residência; Centro: 63%; Norte: 98%; Oeste: 79%; Sudeste: 54%; Sul: 98%.</p>

EIXO IV: Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

METAS		
	<i>Elaboração Intersetorial do Protocolo da Primeiríssima Infância no qual constam a Jornada de Ofertas Básicas e o instrumento de Integração para Acesso, além de dois fluxos de alertas.</i>	
	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
6.	6.1 <i>Otimizar as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) dos territórios para o cuidado em saúde conforme o perfil de cada população.</i>	
<i>Garantir o acesso a serviços de saúde de qualidade a gestantes e crianças de 0 a 6 anos.</i>	6.2 <i>Desenvolver as ações na atenção básica com equidade e singularidade regionais.</i>	<i>O desenvolvimento das ações na atenção básica com equidade e considerando as singularidades regionais é uma das diretrizes da atuação da Saúde. A garantia do acesso aos serviços de saúde para gestantes e crianças de 0 a 6 anos se dá também por meio de mecanismos de busca ativa, que permitem a identificação de lacunas no acesso e a realização dos encaminhamentos necessários dentro da rede de atendimento e em articulação com as demais políticas.</i>
	6.3 <i>Monitorar o fornecimento de medicamentos elencados na Rede Municipal de Medicamentos.</i>	
	6.4 <i>Ajustar as condições de oferta de exames à demanda segundo os protocolos de acesso.</i>	

EIXO IV: Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

METAS		
<h1>7.</h1> <p>Reduzir os casos de sífilis congênita para 0,5 casos por mil nascidos vivos</p>	<p>Dados de 2020 ainda não estão disponíveis.</p>	
	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
	<h3>7.1</h3> <p>Captar precocemente as gestantes com sífilis no pré-natal (até a 12ª semana de gestação).</p>	<p>Em 2020, foram captadas 3.024 gestantes até 12 semanas.</p>
	<h3>7.2</h3> <p>Garantir tratamento adequado e intensificar a vigilância das gestantes com sífilis durante o pré-natal.</p>	<p>Realização de capacitações e ampliação do monitoramento por meio da ferramenta on-line - Monitora TV. Realizada capacitação virtual para médicos e enfermeiras através da plataforma virtual ECHO em 13 dias diferentes no decorrer de 2020, para um total de 5.495 profissionais, discutindo o protocolo de sífilis e casos clínicos. Em 2020 houve um total de 1112 casos de SC e 5662 casos de gestantes sífilis.b) ampliado o monitoramento de gestantes e crianças por meio de ferramenta on line - "Monitora TV", onde os dados da gestante com sífilis e de recém nascidos com sífilis congênita ou expostos à sífilis são acompanhados.100% das gestantes notificadas em 2020 foram acompanhadas pelo Monitora TV.</p>
<h3>7.3</h3> <p>Garantir teste rápido para sífilis em todas as UBSs.</p>	<p>134.639 testes rápidos foram feitos em gestantes em todas as UBS do município de São Paulo, em 2020. Ocorreram 95.897 NV no SUS em 2020.</p>	
<h3>7.4</h3> <p>Garantir a realização do teste rápido para sífilis para 100% das gestantes quando cadastradas no pré-natal do SUS.</p>		

EIXO IV: Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<h1>8.</h1>	<h3>8.1</h3> <p><i>Fortalecer a rede de apoio na comunidade e na família para detectar precocemente o sofrimento mental das gestantes, puérperas e crianças até 6 anos e realizar as intervenções necessárias.</i></p>	<p><i>Em 2020, em função da pandemia, os os fóruns de saúde mental, ações de matriciamento e as reuniões de rede para discussão de casos foram realizados por meios virtuais. Os encontros presenciais foram suspensos. Muitas ações de matriciamento foram realizadas por telematriciamento.</i></p>
<p><i>Detectar precocemente o sofrimento mental de gestantes, puérperas e crianças até 6 anos e realizar as intervenções necessárias</i></p>	<h3>8.2</h3> <p><i>Articular as ações e os equipamentos de saúde mental na rede do território: UBSs, NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família), CAPS IJ (Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil), Adulto e Álcool e Drogas.</i></p>	<p><i>No ano de 2020, frente à pandemia, as ações em saúde mental foram preponderantemente destinadas à readequação dos Serviços de Saúde Mental para atendimentos em situações de gravidade e crise e que envolveram realocação de leitos hospitalares, mudança no escopo das atividades, com suspensão de atividades grupais e utilização de teleatendimento. Ações de matriciamento foram realizadas entre os CAPS e UBS por meios virtuais. Diversas estratégias foram utilizadas, como os teleatendimentos (telefone fixo, telefone celular ou aplicativos de mensagens, a depender do modo de funcionamento de cada equipe); realização de "Lives": sobretudo em redes sociais e propondo atividades em grupo como substituição aos grupos presenciais e visitas domiciliares, dispositivo já bastante usado pelas equipes, que seguem priorizando os casos mais graves. Os CAPS IJ II e III têm proposto atividades lúdicas para serem entregues às crianças e jovens durante as visitas.</i></p>
	<h3>8.3</h3> <p><i>Realizar vigilância das gestantes, puérperas e crianças com sofrimento mental por meio de visitas domiciliares e consultas mais frequentes.</i></p>	<p><i>Em 2020, em função da pandemia, houve a priorização de visitas domiciliares e atendimento presencial individual dos casos mais graves. As gestantes/ puérperas e crianças de 0 a 6 anos que apresentam transtornos mentais severos e persistentes são atendidos pela rede de CAPS e/ou matriciadas pelos CAPS com a rede de Unidades Básicas de Saúde. Como citado na estratégia 8.2, diversas ações foram adaptadas para o contexto virtual.</i></p>

EIXO IV: Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

METAS											
<h1>9.</h1> <p>Aumentar a proporção de crianças livres de cárie com idade de 1 até 6 anos em 7%</p>	<p>Realização, em 2020, de aproximadamente 513 triagens de risco na faixa etária de 0 a 9 anos, antes da suspensão das aulas presenciais. Em função da pandemia, não foi possível a realização de Triagens de Risco no PSE em sua plenitude para as crianças de 0 a 6 anos. O acompanhamento de concentração de Flúor no abastecimento público do MSP tem sido realizado através de informações fornecidas pela Vigilância em Saúde Ambiental de COVISA. Observamos que nos meses de agosto, STS Lapa Pinheiros e novembro e dezembro, STS de São Miguel ocorreu queda na concentração de flúor na água.</p>										
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>ESTRATÉGIAS</th> <th>AVANÇOS E DESAFIOS - 2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td> <p>9.1 Realizar levantamento epidemiológico para atualizar a linha de base.</p> </td> <td> <p>A realização de um levantamento epidemiológico sobre a saúde bucal na primeira infância, no Município, demanda um grupo de profissionais Cirurgiões Dentistas que estejam capacitados e calibrados para a realização de um levantamento dessa natureza, fato que ainda permanece um desafio para a Prefeitura.</p> </td> </tr> <tr> <td> <p>9.2 Intensificar as ações educativas de saúde bucal nas CEIs e EMElS e em grupos de pais e responsáveis.</p> </td> <td> <p>Em 2020, algumas ações coletivas foram realizadas antes do início pandêmico da Covid-19, resultando em 677 ações realizadas (escovação dental supervisionada, fluoroterapia intensiva na escola, orientações educativas relacionadas ao Covid-19 e rastreamento de risco). Devido à pandemia de Covid-19, as ações coletivas foram suspensas, impossibilitando ações de Saúde Bucal no Programa Saúde na Escola (PS</p> </td> </tr> <tr> <td> <p>9.3 Promover ações intersetoriais para discussão e promoção da dieta não cariogênica.</p> </td> <td> <p>Devido à pandemia de Covid-19, as ações coletivas foram suspensas, impossibilitando ações de Saúde Bucal no PSE e ações Intersetoriais.</p> </td> </tr> <tr> <td> <p>9.4 Intensificar as ações curativas por meio do Tratamento Restaurador Atraumático.</p> </td> <td> <p>Realizados, em 2020, atendimentos nas UBS gerando 3.482 procedimentos em ART para crianças de 0 a 5 anos e na faixa etária de 06 à 09 anos 1.743 procedimentos , 5.191 restaurações em dentes decíduos para crianças de 0 a 5 anos e 6.621 para a faixa etária de 6 a 9 anos, e 823 restaurações em dentes permanentes na faixa etária de 6 a 9 anos de idade, seguindo as recomendações de Biossegurança pela ANVISA. Devido à pandemia de Covid-19, as aulas presenciais na rede pública e privada foram suspensas, impedindo ações planejadas no PSE.</p> </td> </tr> </tbody> </table>	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020	<p>9.1 Realizar levantamento epidemiológico para atualizar a linha de base.</p>	<p>A realização de um levantamento epidemiológico sobre a saúde bucal na primeira infância, no Município, demanda um grupo de profissionais Cirurgiões Dentistas que estejam capacitados e calibrados para a realização de um levantamento dessa natureza, fato que ainda permanece um desafio para a Prefeitura.</p>	<p>9.2 Intensificar as ações educativas de saúde bucal nas CEIs e EMElS e em grupos de pais e responsáveis.</p>	<p>Em 2020, algumas ações coletivas foram realizadas antes do início pandêmico da Covid-19, resultando em 677 ações realizadas (escovação dental supervisionada, fluoroterapia intensiva na escola, orientações educativas relacionadas ao Covid-19 e rastreamento de risco). Devido à pandemia de Covid-19, as ações coletivas foram suspensas, impossibilitando ações de Saúde Bucal no Programa Saúde na Escola (PS</p>	<p>9.3 Promover ações intersetoriais para discussão e promoção da dieta não cariogênica.</p>	<p>Devido à pandemia de Covid-19, as ações coletivas foram suspensas, impossibilitando ações de Saúde Bucal no PSE e ações Intersetoriais.</p>	<p>9.4 Intensificar as ações curativas por meio do Tratamento Restaurador Atraumático.</p>	<p>Realizados, em 2020, atendimentos nas UBS gerando 3.482 procedimentos em ART para crianças de 0 a 5 anos e na faixa etária de 06 à 09 anos 1.743 procedimentos , 5.191 restaurações em dentes decíduos para crianças de 0 a 5 anos e 6.621 para a faixa etária de 6 a 9 anos, e 823 restaurações em dentes permanentes na faixa etária de 6 a 9 anos de idade, seguindo as recomendações de Biossegurança pela ANVISA. Devido à pandemia de Covid-19, as aulas presenciais na rede pública e privada foram suspensas, impedindo ações planejadas no PSE.</p>
	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020									
	<p>9.1 Realizar levantamento epidemiológico para atualizar a linha de base.</p>	<p>A realização de um levantamento epidemiológico sobre a saúde bucal na primeira infância, no Município, demanda um grupo de profissionais Cirurgiões Dentistas que estejam capacitados e calibrados para a realização de um levantamento dessa natureza, fato que ainda permanece um desafio para a Prefeitura.</p>									
	<p>9.2 Intensificar as ações educativas de saúde bucal nas CEIs e EMElS e em grupos de pais e responsáveis.</p>	<p>Em 2020, algumas ações coletivas foram realizadas antes do início pandêmico da Covid-19, resultando em 677 ações realizadas (escovação dental supervisionada, fluoroterapia intensiva na escola, orientações educativas relacionadas ao Covid-19 e rastreamento de risco). Devido à pandemia de Covid-19, as ações coletivas foram suspensas, impossibilitando ações de Saúde Bucal no Programa Saúde na Escola (PS</p>									
<p>9.3 Promover ações intersetoriais para discussão e promoção da dieta não cariogênica.</p>	<p>Devido à pandemia de Covid-19, as ações coletivas foram suspensas, impossibilitando ações de Saúde Bucal no PSE e ações Intersetoriais.</p>										
<p>9.4 Intensificar as ações curativas por meio do Tratamento Restaurador Atraumático.</p>	<p>Realizados, em 2020, atendimentos nas UBS gerando 3.482 procedimentos em ART para crianças de 0 a 5 anos e na faixa etária de 06 à 09 anos 1.743 procedimentos , 5.191 restaurações em dentes decíduos para crianças de 0 a 5 anos e 6.621 para a faixa etária de 6 a 9 anos, e 823 restaurações em dentes permanentes na faixa etária de 6 a 9 anos de idade, seguindo as recomendações de Biossegurança pela ANVISA. Devido à pandemia de Covid-19, as aulas presenciais na rede pública e privada foram suspensas, impedindo ações planejadas no PSE.</p>										

EIXO IV: Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2020
<h1>10.</h1>	<h3>10.1</h3> <p><i>Garantir que todos os serviços que atendem à criança tenham suas instalações em cumprimento com as normas e requisitos de segurança existentes.</i></p>	<p><i>Atendimento aos critérios de segurança nos equipamentos da educação, conforme definido pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) NBR 9050, o Novo Código de Obras - Lei 16.642/2017 e o Decreto 57.776/17. Com relação à acessibilidade, a SME desenvolveu projetos de acessibilidade dos prédios escolares, os quais visam promover tanto a adequação arquitetônica quanto a dos mobiliários e de sinalização, previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – NBR 9050/2004/2015, que aponta os critérios de acessibilidade a serem observados no planejamento do espaço escolar contribuindo para o desenvolvimento inclusivo das escolas, no sentido de efetivar o direito de acesso e de participação de todos. Os espaços voltados para a primeira infância que são implementados atendem às normas de segurança vigentes, como é o caso dos dez espaços lúdicos instalados em Casas de Cultura e das salas reformadas na Biblioteca Infanto-Juvenil Monteiro Lobato.</i></p>
<p><i>Reduzir em 25% o coeficiente de mortalidade por acidente até 5 anos de idade</i></p>	<h3>10.2</h3> <p><i>Oferecer formação em prevenção de acidentes para as mães durante a gestação e profissionais que atendem às crianças.</i></p>	<p><i>Devido ao cenário epidemiológico da Covid-19, a capacitação foi suspensa.</i></p>
	<h3>10.3</h3> <p><i>Realizar campanhas de conscientização para prevenção de acidentes na infância.</i></p>	<p><i>Devido ao cenário epidemiológico da Covid-19, não houve a realização de campanhas voltadas para esta temática.</i></p>